

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Ciências Sociais – INCIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Análise das emoções e desafios de mães adolescentes em situação de pobreza: um estudo comparativo entre Uberlândia (Brasil) e Marañonal (Costa Rica)

Aluna:
Sarah Melissa González Cordero

Uberlândia
Fevereiro 2025

Sarah Melissa González Cordero

Análise das emoções e desafios de mães adolescentes em situação de pobreza: um estudo comparativo entre Uberlândia (Brasil) e Marañonal (Costa Rica)

Qualificação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza

Uberlândia
Fevereiro 2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C794 Cordero, Sarah Melissa Gonzalez, 1996-
2025 Análise das emoções e desafios de mães adolescentes em
situação de pobreza: [recurso eletrônico] : um estudo
comparativo entre Uberlândia (Brasil) e Marañonal (Costa
Rica) / Sarah Melissa Gonzalez Cordero. - 2025.

Orientador: Marcio Ferreira de Souza .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Ciências Sociais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.255>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Sociologia. I. , Marcio Ferreira de Souza,1968-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco H, Sala 37 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3230-9435 - www.ppgcs.incis.ufu.br - ppgcs@incis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Sociais				
Defesa de:	Dissertação de mestrado				
Data:	21/02/2025	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	11h40
Matrícula do Discente:	12312CSC008				
Nome do Discente:	Sarah Melissa González Cordero				
Título do Trabalho:	Análise das emoções e desafios de mães adolescentes em situação de pobreza: um estudo comparativo entre Uberlândia (Brasil) e Marañonal (Costa Rica)				
Área de concentração:	Sociologia e Antropologia				
Linha de pesquisa:	Cultura, Identidades, Educação e Sociabilidade				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	INVESTIGAÇÕES SOBRE A HUMILHAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL: BASES TEÓRICAS, EPISTEMOLÓGICAS E EMPÍRICAS.				

Reuniu-se por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, assim composta: Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza - Orientador e Presidente da banca (PPGCS/INCIS/UFU), Prof. Dr. Raphael Bispo dos Santos - Examinador (ICH/UFJF) e Prof.ª Dr.ª Rafaela Cyrino Peralva Dias - Examinadora (DECIS/UFSJ).

Iniciando os trabalhos, o presidente da mesa, Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença dos membros da banca, e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir, o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores Prof. Dr. Raphael Bispo dos Santos e Prof.ª Dr.ª Rafaela Cyrino Peralva Dias, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca Examinadora, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

APROVADA

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza - Orientadora e Presidente da banca

Prof.ª Dr.ª Rafaela Cyrino Peralva Dias - Examinadora (DECIS/UFSJ)

Prof. Dr. Raphael Bispo dos Santos - Examinador (ICH/UFJF)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Ferreira de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/02/2025, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Bispo dos Santos, Usuário Externo**, em 21/02/2025, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Cyrino Peralva Dias, Usuário Externo**, em 21/02/2025, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6119426** e o código CRC **31532682**.

Resumo

Analisa-se comparativamente as emoções e os desafios enfrentados por mães adolescentes em situação de pobreza em dois contextos socioculturais distintos: Uberlândia (Brasil) e Marañonal (Costa Rica). A pesquisa baseia-se em entrevistas narrativas com jovens mães, buscando compreender os impactos da maternidade precoce nas dimensões escolar, familiar, afetiva e estrutural. Fundamentada nas teorias de Bourdieu, Radcliffe-Brown e Gennep, a investigação revela que a maternidade na adolescência gera um descompasso entre a idade biológica e a idade social, colocando essas jovens em uma posição de vulnerabilidade. A ausência ou fragilidade das redes de apoio, a desigualdade de gênero e os limites institucionais contribuem para a perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão social. Propõe-se uma análise crítica das estruturas sociais e institucionais que deveriam proteger essas jovens, destacando a necessidade de políticas públicas efetivas e sensíveis ao contexto. As emoções vivenciadas por essas adolescentes não são apenas individuais, mas refletem realidades sociais profundas.

Palavras-chave

emoções, mães adolescentes

Abstract

Presents a comparative analysis of the emotions and challenges faced by adolescent mothers living in poverty in two distinct sociocultural contexts: Uberlândia (Brazil) and Marañonal (Costa Rica). The study is based on narrative interviews with young mothers, exploring how early motherhood affects their educational, familial, emotional, and structural experiences. Grounded in the theories of Bourdieu, Radcliffe-Brown, and Gennep, the research reveals a mismatch between biological and social age, placing these adolescents in a vulnerable position. The lack or weakness of support networks, gender inequality, and institutional shortcomings contribute to the persistence of poverty and social exclusion cycles. A critical analysis of the social and institutional structures that should protect these young women is presented, emphasizing the need for effective and context-sensitive public policies. The emotions experienced by these adolescents are not merely individual but reflect broader social realities.

Keywords

emotions, teenage mothers

Sarah Melissa González Cordero

Análise das emoções e desafios de mães adolescentes em situação de pobreza: um estudo comparativo entre Uberlândia (Brasil) e Marañonal (Costa Rica)

Qualificação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Márcio Ferreira de Souza (Orientador-INCIS)

Dra. Rafaela Cyrino Peralva Dias – Universidade Federal de Uberlândia (PPGCS- UFU)

Dr. Raphael Bispo dos Santos – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Uberlândia - MG 2025

Dedico este trabalho a todo o meu legado matriarcal.

À Pita, por ter saído de casa para trabalhar e garantir o sustento da família, assumindo com coragem e determinação todas as responsabilidades parentais.

À Tita, que dedicou seu conhecimento, habilidades, tempo e esforço ao cuidado, criação e educação de seus filhos. Foi administradora e estrategista das finanças do lar, paciente e amorosa ao ensinar ao seu esposo, Carlos, que o amor se constrói com paciência, felicidade e transparência. Um verdadeiro pilar da família.

À Irene Cordero, porque, contra todas as expectativas, maternar seis filhos não a impediou de concluir seus estudos universitários, nos criar com amor, exercer sua vocação profissional e, além disso, contribuir com um segundo sustento econômico para melhorar a qualidade de vida da família. Nada foi dado, nem fácil; tudo foi conquistado por meio de inúmeros desafios. Ainda assim, segue viajando pelo mundo, demonstrando que determinação e esforço são forças transformadoras.

A mim mesma, pelas correntes que também rompi para realizar o sonho de me tornar Mestre, migrando para outro país, deixando para trás bens materiais e afetivos, renunciando a um trabalho estável no governo e apostando nos meus objetivos profissionais e pessoais. Apesar dos desafios que a migração impõe, sigo trilhando o caminho dos meus sonhos. Sinto gratidão por todos os esforços do meu legado, que hoje contribuem para minha realização e liberdade. Aprendi a trabalhar com firmeza, a lutar pelo que faz meu coração pulsar forte e a ser dona do meu próprio destino.

À minha irmã Carolina, que escolheu trilhar o caminho da maternidade, e ile bebê que está a caminho. Celebro sua decisão de viver uma maternidade desejada, planejada e livre. Que este processo seja repleto de amor, conhecimento e oportunidades para fortalecer suas habilidades e paixões.

Por fim, às minhas amigas, primas, sobrinhas e tias, que diariamente lutam por sua autonomia e pela realização de seus sonhos.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, em algum momento, enfrentaram relações desiguais de gênero, que as excluíram e tentaram limitá-las. No entanto, todas se levantaram quantas vezes foi necessário, demonstrando sua força, resiliência e capacidade de triunfar. Dedico o conhecimento gerado nesta pesquisa como um impulso para contribuir com as lutas futuras, com a esperança de um mundo mais justo e igualitário.

Porque o acesso à informação move estruturas, desdobra bases e rompe barreiras.
Vai cair.

Agradecimentos

Agradeço ao PPGCS por confiar no meu trabalho e valorizá-lo no processo seletivo internacional. À CAPES, pela bolsa e pelas inúmeras oportunidades que me proporcionou por meio desse apoio. Graças a ela, tive uma experiência transformadora tanto no âmbito acadêmico quanto profissional.

Ao meu orientador, Márcio Ferreira de Souza, por sua admirável paciência e dedicação, por tornar este processo enriquecedor e, acima de tudo, agradável. Não apenas aprendi com seu conhecimento, mas também com sua ética, vocação e generosidade ao ensinar. À Professora Rafaela Cyrino e ao Professor Raphael Bispo, por compartilharem seu valioso conhecimento, e dar apoio na melhoria desta pesquisa científica.

À minha família, GonCor, por ser meu refúgio e porto seguro. Por me oferecerem o amparo afetivo que me permitiu sonhar, com a certeza de que sempre terei um lar para onde voltar, para recarregar-me de amor, risadas, admiração e inspiração para criar novos sonhos.

Ao meu namorado, Isaac, por me acompanhar em cada etapa com paciência e apoio incondicional. Por cruzar meio continente para segurar minha mão nos momentos mais críticos. Por aplicar seu conhecimento em engenharia ao serviço desta pesquisa qualitativa, desenvolvendo programas para a transcrição de entrevistas e identificando codificadores que facilitaram sua organização. Sua paciência e comprometimento foram inestimáveis para a conclusão deste trabalho. Obrigada por acreditar em mim e me lembrar do que sou capaz.

Às minhas amigas Jaira-Anlly, Daniela Pi-k e Jimena, por estarem presentes mesmo a 5.000 quilômetros de distância. Por serem uma ponte essencial de amor e apoio ao longo desta jornada.

À Chela, Krissia e Livia por seu amor incondicional e escuta sincera, por serem sempre um suporte inabalável

Sumário

1. Introdução e justificativa.....	9
2. Delimitação do problema e objeto de investigação.....	13
3. Objetivos.....	20
3.1. Geral.....	20
3.2. Específicos.....	20
4. Hipótese.....	20
5. Marco contextual.....	21
5.1. Instituições que regulam a aplicação das leis por país.....	26
5.2. Conceito de juventude segundo o contexto.....	32
5.3. Conceito de Juventudes e sua Estruturação Sociológica.....	33
5.4. Percepção da maternidade adolescente, segundo evolução histórica e construção cultural.....	37
5.5. Situação particular do problema em Brasil e Costa Rica.....	40
6. Metodologia e procedimentos da pesquisa.....	43
6.1. Registro de avaliação domiciliar.....	47
6.2. Método de coleta de dados.....	48
6.2.1. Método de análise dos dados obtidos nas entrevistas.....	51
6.2.2. Enfoque analítico dos dados.....	51
6.2.2.1. Pré-análise.....	52
6.2.2.2. Exploração do material.....	52
6.2.2.3. Tratamento dos resultados.....	54
6.3. Critérios de inclusão das participantes.....	55
7. Apresentação dos resultados.....	56
7.1. Contextualização dos perfis das jovens entrevistadas.....	56
7.2. Análisis de resultados.....	64
7.2.1. Sociologia das emoções.....	64
7.2.2. Redes de apoio e as repercuções nas vidas das jovens.....	80
7.2.3. Vivências e Transformações nas rotinas diárias das jovens.....	90
8. Conclusões.....	104
9. Recomendações.....	107
9.1. Ampliação e reestruturação das redes de apoio para mães adolescentes.....	107
9.2. Educação Sexual Integral.....	108
9.3. Incentivo a Pesquisas Futuras sobre a Maternidade Adolescentes.....	108
10. Referência bibliográfica.....	109

Lista de tabelas

Tabela 1. Dados de referência da pobreza na Costa Rica, do ano 2024.....	22
Tabela 2. Salários mínimos da Costa Rica, do ano 2024.....	23
Tabela 3. Salário mínimo nominal e necessário no Brasil.....	25
Tabela 4. Desempenho escolar.....	91

Lista de quadros

Quadro 1. Leis e instituições na Costa Rica que visam proteger direitos das adolescentes mães.	26
Quadro 2. Leis e instituições no Brasil que visam proteger direitos das adolescentes mães.....	29
Quadro 3. Fases principais da entrevista narrativa.....	50
Quadro 4. Organização econômica.....	96
Quadro 5. Dados gerais das mães pesquisadas.....	102

Lista de gráficos

Gráfico 1. Taxa comparativa de nascimentos na adolescência no nível mundial, na América Latina, Costa Rica e Brasil (15-19 anos).....	42
Gráfico 2. Composição dos lares.....	58
Gráfico 3. Organização financeira.....	59
Gráfico 4. Escolaridade em relação à maternidade.....	60
Gráfico 5. Grau máximo de escolaridade.....	61
Gráfico 6. Status socioeconômico das entrevistadas.....	62
Gráfico 7. Relação do pai com a criança.....	63

1. Introdução e justificativa

Partindo da realidade enfrentada pelas mulheres mães adolescentes, esta pesquisa tem como objetivo analisar comparativamente entre Uberlândia (Brasil) e Marañonal (Costa Rica), quais são as emoções e impactos decorrentes no curso da vida de mães adolescentes em situação de pobreza, nos níveis escolar, familiar, afetivo e estrutural.

A escolha de Uberlândia e Marañonal como contextos para esta pesquisa comparativa se fundamenta nas similaridades sociodemográficas e nas condições de marginalidade que as jovens mães compartilham. Essas similaridades proporcionam um marco comum que permite estabelecer comparações significativas entre ambas localidades. No entanto, apesar dessas semelhanças, os diferentes contextos culturais do Brasil e da Costa Rica geram dinâmicas sociais únicas que influenciam de maneira particular as experiências das mães adolescentes. Portanto, esta pesquisa busca identificar tanto os padrões comuns como as diferenças nas experiências da maternidade adolescente, com o objetivo de compreender como os fatores culturais criam padrões e moldam essas trajetórias de vida.

O trabalho de campo do estudo se concentrou no Assentamento Glória, em Uberlândia, e no Assentamento Esparzol e Marañonal. Entre as principais características em comum identificadas, ambos os espaços sociodemográficos apresentam alta vulnerabilidade social, como pobreza, marginalização social, alto índice de desemprego, deserção escolar e falta de infraestrutura adequada. Apesar dessas condições, essas áreas estão próximas a bairros de classe alta, o que acentua a extrema desigualdade social.

De acordo com Smith (2010), a análise comparativa entre diferentes contextos culturais pode revelar padrões universais e específicos que não apenas facilitam a compreensão de fenômenos complexos como a gravidez na adolescência, mas também oferecem perspectivas que valiosas sobre as causas subjacentes e possíveis intervenções para mitigá-los. Esta abordagem comparativa permite identificar tanto as características comuns quanto variações contextuais, fornecendo uma base robusta para o desenvolvimento de análises mais eficazes sobre o fenômeno e criação de políticas públicas adequadas à realidade da população (Smith, 2010). Cabe destacar que este tema será explorado com mais profundidade no item da metodologia, onde são analisadas detalhadamente as outras características etnográficas do espaço.

A importância do tema, é também reforçada pela análise dos dados estatísticos do país, pois afirmam que, comparativamente, a média brasileira de mães adolescentes é maior que a

média mundial. Se confiram os dados com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2022):

No Brasil, a taxa de nascimentos de crianças filhas de mães entre 15 e 19 anos é 50% maior do que a média mundial — a taxa mundial é estimada em 46 nascimentos por cada 1 mil meninas, enquanto no Brasil estão estimadas 68,4 gestações nesta fase da vida

Quanto às estatísticas em respeito à situação na Costa Rica, o Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC) (2022) registra dentro do noticiário La República que em 2021 houve mais de 5 mil gravidezes em meninas e adolescentes.

Ao longo da história, a proteção da maternidade tem sido construída a partir de abordagens de saúde pública, que fornece direitos às mães e aos recém-nascidos, garantindo um desenvolvimento físico adequado no processo de gestação e pós-parto. Para o efeito, existem várias leis e políticas públicas que tentam cumprir com o objetivo, no entanto, o serviço de saúde é apenas uma das áreas desde as quais se pode ou deve se abordar a maternidade na adolescência.

O tema pode ser abordado, também, do ponto de vista das ciências sociais, já que as limitações e os problemas das mães adolescentes se manifestam também por meio do abandono escolar, na entrada precoce no mercado de trabalho, na formação profissional deficiente frente à pouca possibilidade de estudos e/ou no desemprego. Pontos que estão diretamente ligados a questões de ordem social, ou seja, além dos riscos no nível de saúde, existem estruturas sociais e culturais que moldam oportunidades ou desafios nas classes sociais, questão que vai persuadir o curso de vida das adolescentes (Bourdieu, 1989).

Por consequência, além das delimitações estruturais e outros problemas emocionais e afetivos, as jovens devem cuidar da criação de outro ser humano e atender a uma responsabilidade que não foi exatamente planejada, mas que agora devem dar prioridade, o que resulta numa negligência dos seus estudos, aspirações, metas e juventude.

Sobre isso, Bourdieu (1983, p. 3) denomina-lhe *status* temporário, “porque são adultas para algumas coisas, são crianças para outras, jogam nos dois campos”: “meio-criança, meio-adulto”, “nem criança, nem adulto”. Ou seja, não podem se ocupar da sua juventude devido às obrigações de cuidado com filhas e filhos e, por outro lado, geralmente não conseguem desempenhar de modo completo as responsabilidades de uma pessoa adulta, já que ainda não dispõem de maturidade para tal.

Mas, o objetivo não é indagar sobre as visões que definem a ação correta ou incorreta por idade. Preparadas ou não, é importante considerar que, mesmo que haja um risco generalizado de gravidez no nível físico para essa população, o risco no nível social pode variar de acordo com os recursos econômicos e as redes de apoio que elas possuem.

Considera-se, portanto, que a sexualidade é um instinto humano que é direcionado aos desafios naturais de cada adolescente, resultando, por vezes, na maternidade e nos riscos associados a essa condição. No entanto, é crucial pensar a maternidade para além de um instinto humano, entendendo-a como uma construção social. Sob uma perspectiva sociológica, a maternidade pode ser vista não apenas como um fenômeno biológico, mas também como uma imposição social. Nesse sentido, observa-se que, em diversas sociedades, as mulheres são frequentemente pressionadas a ter filhos após o casamento, mesmo quando isso não faz parte de seus planos pessoais. Essa pressão social evidencia o descompasso entre a idade biológica e a idade social dessas jovens, reforçando a necessidade de produzir conhecimento que transcend a dimensão físico-biológica da maternidade adolescente, abordando suas implicações sociais e culturais.

Diante desse ambiente convulsivo e tenso para as mães adolescentes, surge a questão de quais práticas elas realizam como forma de sobrevivência diante do descompasso entre as responsabilidades adultas e as capacidades juvenis; o desenvolvimento de um estudo sobre esse descompasso poderia abordar e apoiar as limitações existentes ao longo da existência humana, pois, embora seja verdade, é uma questão que esteve presente ao longo da história e é possível que se perpetue, mas o ideal seria que fosse acompanhada de avanços teóricos que facilitassem a atenção e a orientação, mitigando assim os impactos negativos.

Pensando nas práticas e na vida cotidiana das mulheres, mães adolescentes, Bourdieu (1983, p. 1) afirma que existem "classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe...) e elas sempre acabam impondo limites e produzindo uma ordem em que cada um deve ser mantido em relação ao outro, e ser mantido em seu lugar". É importante esclarecer que o citado surge como resposta a um contexto histórico correspondente à França, razão pela qual se toma cuidado para a verificação e filtragem das ideias centrais, mas valorizando as variações que poderiam surgir ao analisá-lo no Brasil ou Costa Rica.

De fato, é possível reconhecer a existência de uma divisão de poder de acordo com a idade, se pode deduzir que dentro do segmento juvenil também há subdivisões hierárquicas em

que aspectos como a gravidez as colocam em uma situação de vulnerabilidade ainda maior, assim como:

A exposição à violência, a estrutura familiar, a idade do primeiro parto da mãe, a situação sentimental e o grau de instrução dos pais atuaram como fatores de risco para a gravidez em adolescentes. Esses fatores não apenas aumentam a probabilidade de gravidez em adolescentes, como também dificultam suas vidas após engravidarem, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e desigualdade. (Castaneda Paredes & Santa-Cruz-Espinoza, 2021, p. 116) (tradução própria)¹

A citação mostra as consequências sistêmicas enfrentadas pelas adolescentes quando iniciam a maternidade e, além de o impacto ser suficientemente forte, o fenômeno da maternidade na adolescência tem uma estrutura maior do que pode ser percebido à primeira vista, esta pesquisa também tem como objetivo revelar como o fenômeno expressa sua estrutura de desigualdade e opressão muito antes da gravidez, por meio de um estudo das emoções, práticas e ideais apresentados em nível histórico pela população.

A partir do que foi descrito, é possível reconhecer que os temas de maternidade, juventude e gênero funcionam como sistemas interligados de subordinação e desigualdade, portanto, a presente pesquisa permitiria a criação de construções teóricas que facilitem uma abordagem da realidade que as afeta e, com isso, ferramentas de orientação que possam facilitar e aliviar o peso dos problemas e limitações que elas enfrentam. Portanto, o benefício, em primeira instância, é redirecionado para a população, mães adolescentes, que dia a dia se encontram submersas em situações críticas com ferramentas desiguais de luta e mudança devido a trajetórias de vida não escolhidas.

Em termos de outros benefícios e impactos proporcionados pelo desenvolvimento da pesquisa, do campo científico, se mostra no caso do Equador, no qual foi demonstrado que "em 2017 o custo de oportunidade da educação devido à gravidez na adolescência e à maternidade precoce devido à evasão escolar e ao atraso representou uma perda econômica para o país de US\$ 59,6 milhões"² (UNICEF Equador, 2020, tradução própria).

Em outras palavras, além de ser um problema em relação com as desigualdades de gênero, educação, trabalho e desigualdade, o mesmo princípio de análise pode ser aplicado em

¹ Citação original em espanhol: La exposición a la violencia, la funcionalidad familiar, la edad del primer embarazo de la madre, la situación sentimental y el grado de instrucción de los padres actuaron como factores de riesgo para el embarazo en adolescentes. Estos factores no solo aumentan la probabilidad de embarazo en adolescentes, sino que también dificultan su vida una vez embarazadas, perpetuando un ciclo de vulnerabilidad y desigualdad.

² Citação original em espanhol: Según UNICEF (2020) para el 2017 en Ecuador, el costo de oportunidad de la educación debido al embarazo adolescente y la maternidad temprana por deserción y rezago escolar representó una pérdida económica para el país de 59,6 millones de dólares.

nível global para reconhecer que é responsabilidade dos Estados e dos centros de pesquisa, realizar estudos que identifiquem as origens do problema e, com eles, identificar os fatores atenuantes. Dessa forma, e com base no princípio que a Universidade Federal de Uberlândia (2022) apresenta como parte de sua missão "(...) produzir e disseminar ciência, inovação e cultura, e formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social", assim, seria uma honra contribuir com a instituição por meio do avanço de estudos que apoiam e fortaleçam a transformação social.

2. Delimitação do problema e objeto de investigação

Em primeiro lugar, podemos começar especificando que a gravidez não é apenas um aspecto fisiológico, mas também é moldada por uma série de fatores sociais e culturais. Em apoio a isso, Gennep (2013) afirma que qualquer mulher grávida passa por um estado físico e social temporariamente anormal, pois há separações em sua vida diária em termos de alimentação, sexo, suspensão de atividades físicas e econômicas, reclusão, entre outros.

Com base no exposto, este estudo questiona e problematiza os impactos recorrentes que as mulheres adolescentes, em situação de pobreza, enfrentam ao ingressar na maternidade, entendendo isso a partir de princípios teóricos como ritos de passagem, idade social versus idade biológica, retorno social do parto, juventude social, desigualdade, gênero e oportunidades.

Muitas Mulheres durante a gravidez e a maternidade enfrenta mudanças significativas, tanto físicas quanto sociais, mas, com o passar do tempo, as necessidades do bebê e as novas situações começam a se entrelaçar e a se adaptar ao cotidiano da mãe; isso é conceituado por Gennep (2013, p. 56) como o retorno social do parto, quando ele descreve que:

O regresso social do parto na nossa sociedade tende a coincidir com o regresso do parto físico, tendência também observada em relação a outras instituições, à natureza e às leis enumeradas; nomeadamente, a reintegração da mulher na sociedade (...) cada mulher tem etapas e graus de iniciação para recuperar progressivamente as suas capacidades.

Agora, a problematização da questão é delimitada pela pergunta: como ocorre o retorno no caso das adolescentes? Na totalidade, essas mulheres conseguem voltar ao seu cotidiano juvenil? E, com isso, atendem adequadamente às necessidades e aos estágios de desenvolvimento ainda pendentes de acordo com sua idade? Quais fatores intervêm em suas ações?

Para uma análise mais ampla, vamos nos referir ao caso hipotético das mulheres que trabalhavam antes da gravidez. Essa população, além de estar protegida pela lei para ter garantias

trabalhistas que asseguram um salário meses antes e depois do parto, também sabe que tem estabilidade econômica em seu retorno social e em si mesma para o atendimento das necessidades básicas e intermediárias de seu filho.

De outro ponto de vista, pode-se considerar também a situação de uma adulta desempregada, que certamente enfrentará dificuldades econômicas e sociais, pois não terá recursos para proporcionar a si mesma e a seu filho alimentação, segurança, moradia, educação, saúde e auto realização. Consequentemente, nesse cenário, o núcleo familiar se encontra em um alto grau de vulnerabilidade e risco social, o que pode ameaçar o desenvolvimento ideal da criança.

No entanto, é importante considerar que, nesse caso, a mãe, sendo adulta, tem uma maturação específica de seu sistema nervoso central, e seu lobo frontal atingiu a maturidade, área responsável pelas habilidades de planejamento, tomada de decisões razoáveis, controle da atenção e até mesmo autocontrole emocional (Izaguirre, 2017).

No entanto, ao enfocar a maternidade na adolescência, as jovens enfrentam várias necessidades e estágios de desenvolvimento físico e cognitivo que ainda não foram alcançados, Izaguirre (2017, p. 40) afirma que "o lobo frontal, justamente por ser a última área a completar a mielinização no final da adolescência, essa população tem problemas no controle de suas emoções e raciocínio".

Apesar de serem mostradas, em um primeiro momento, como questões puramente físicas, elas são trazidas à tona com o objetivo de mostrar as implicações sociais que emanam e se perpetuam de forma significativa na vida, nos objetivos, nos desejos, nas habilidades, nas limitações e na interação das jovens mães. Nas jovens, mesmo estando em uma fase de desenvolvimento e crescimento, sua maternidade implica ações e decisões para as quais nem sempre dispõem das ferramentas cognitivas e materiais necessárias. De fato, a maternidade em relação à juventude muitas vezes apresenta práticas contraditórias.

Consequentemente, quando as adolescentes se tornam mães, elas experimentam uma mudança de categoria social, em que surgem novas ocupações, responsabilidades e necessidades, mais inclinadas a uma vida adulta. Nas palavras de Bourdieu (1983), isso resulta em uma luta geracional interna, pois as trajetórias da juventude lutam e se chocam ao mesmo tempo com as decisões e ações que aspiram a uma vida adulta.

No processo de vida e no cotidiano da juventude, exige-se o direito e o dever de frequentar a educação formal, conforme decretado na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) nos artigos:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 229. Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade

No entanto, em termos de tempo e escopo para uma mãe adolescente, é muito difícil se dedicar aos estudos ao mesmo tempo em que trabalha e gera dinheiro para poder arcar com as despesas básicas de seu novo núcleo familiar. Portanto, esse tema reflete uma questão de falta de direitos humanos e de risco social, dada a impossibilidade de atender simultaneamente às demandas polares da maternidade e, ao contrário, da juventude. A mesma discussão também é sustentada pelo por dados do IBGE, ao concluir que 90% das mulheres jovens com filhos deixam de estudar (Abdala, 2004).

Em outras palavras, a juventude implica uma série de responsabilidades sociais e o desenvolvimento do cérebro, o que não permite que os "retornos sociais do parto" descritos acima sejam atendidos da maneira esperada; pois, ao pensar no período pós-parto, uma adulta, por meio da licença-maternidade de seu emprego, tem tempo suficiente para recuperar sua estabilidade cognitiva, hormonal, emocional e física antes de retomar sua rotina; no caso de uma mulher jovem, a ideia de se excluir por um tempo de suas ocupações diárias para se recuperar, cuidar de si e de seu filho, significaria também um abandono dos estudos e de outras etapas de sua juventude.

Assim, além das consequências biológicas negativas, a gravidez na adolescência traz sérios riscos para o bem-estar integral e as expectativas de vida da adolescentes; incluindo a marginalização social e a perpetuação do ciclo de pobreza, devido à deserção e/ou discriminação nos contextos educacionais e sociais; ingresso precoce no mercado de trabalho; maiores probabilidades de desemprego ou subemprego; tensões familiares e emocionais e reconfigurações ou desvios nos projetos de vida (Taborda et al., 2014).

A partir do panorama exposto até aqui, e visualizando em uma primeira abordagem teórica as limitações enfrentadas pelas jovens mães, assim se estabelece um recorte de

abordagem para estudar a grande dificuldade que essa população apresenta para retornar ao seu cotidiano (ou necessidades) de jovem, além de retomar as práticas que utilizam como forma de sobrevivência de acordo com as deficiências apresentadas, e como essas práticas poderiam revelar, ou não, uma transgressão em sua fase de vida.

Ao abordar o acima exposto, estabelece-se como princípio conceitual e explicativo a maneira pela qual a vida orgânica e social das jovens mães é influenciada e configurada pela estrutura social em que se encontram, bem como a função que desempenham para prover sua subsistência. Assim, a ordem em que as mães adolescentes são obrigadas a satisfazer suas necessidades por meio de ordenação e priorização, se coloca como foco central para ser analisada e compreendida o funcionamento da estrutura orgânica estabelecida por Radcliffe-Brown (1973, p. 221), que afirma que "o organismo é concebido como o funcionamento de sua estrutura", ou seja, aplicado a esse assunto, a maneira como as relações e a existência dos adolescentes são configuradas em seus papéis diários determinam as inter-relações, que, por sua vez, levam ao funcionamento da dinâmica social como sistemas organizacionais.

Sob esse aspecto, é possível reconhecer uma lacuna entre a idade biológica e a idade social da população em estudo, ou, analisando-a a partir de Radcliffe-Brown (1973), consolida-se uma fragmentação entre a vida social e a vida orgânica da pessoa, pois as jovens que estão tendo filhos apresentam interesses específicos diferentes dos de sua geração, pois também se encontram em um estado diferente na estrutura sistemática.

Dessa forma, a vida ou idade social, deve ser entendida:

Como o funcionamento da pessoa dentro da estrutura, a contribuição que ela faz para a manutenção da continuidade estrutural, e assim a estrutura é mantida por um processo vital composto pelas atividades das unidades constituintes (...) A estrutura social como um todo só pode ser observada em seu funcionamento (Radcliffe-Brown, 1973, p. 205).

Cada um dos diferentes papéis que as mães adolescentes desempenham em relação à família, à escola, ao ambiente de trabalho, ao parceiro, e ao filho, contribuiativamente para o funcionamento da estrutura social como um todo, ao mesmo tempo que essa estrutura configura as regras e cotidianidades que devem atingir e cumprir as mulheres, ainda mais se se tornam mães.

A teoria também serve de base para o fato de que não é possível analisar a maternidade adolescente a partir de agentes individuais ou de um estudo isolado de suas vidas; pelo contrário,

ela se baseia nas atividades sociais que elas realizam na dinâmica social e em cada uma das atividades e funções.

Isso se torna essencial para que se possa fundamentar e compreender que a idade social apresenta desconformidades na vida biológica (também entendida como vida orgânica, segundo Radcliffe-Brown (1973)) das mães adolescentes devido às obrigações e funções para as quais estão contribuindo dentro da estrutura social, e isso nem sempre é resolvido por seus próprios interesses ou decisões, mas por uma rede de relações sociais que as exclui forçosamente da idade biológica. A esse respeito, Bourdieu (1983, p. 2) afirma que:

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente.

Em outras palavras, as funções dos adolescentes, além de serem mediadas por uma estrutura social, também estão imersas em cortes geracionais existentes, o que coloca a população do presente estudo em um maior índice de exclusão, a partir de sua origem social e condição de mulher, jovem mulher, mãe e, mais ainda, de uma condição de empobrecimento.

Para entender a influência e o aspecto da idade biológica, traz-se à baila a conceituação teórica de juventude, que para o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no artigo 2º, conceitua-a como "a pessoa entre doze e dezoito anos de idade", descrevendo ainda, no artigo 4º, que:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras, 1990).

Com base no exposto, as instituições políticas, culturais, educativas, familiares e outras com as quais se pode interagir cotidianamente, as mães adolescentes atribuem um papel importante em suas vidas, e nem sempre é possível pensar que isso é positivo, pois os lares oferecem contenção e apoio como se estipula, porém, isso nem sempre se logra na prática, nesse processo de "proteção". As instituições, na realidade, também delimitam e restringem a função e o papel que a personalidade pode exercer dentro de seu espaço específico. Nos casos em que existe uma falta de conhecimento prático, isso não só aumenta a vulnerabilidade, mas também perpetua um ciclo de pobreza e exclusão social. Por isso, é necessário questionar até que ponto

essas instituições cumprem realmente sua função protetora ou se, por outro lado, contribuem para reforçar as barreiras estruturais que limitam ainda mais as possibilidades desses jovens.

Em vista do exposto, apresenta-se uma importante conceituação de juventude que transcende o aspecto biológico. A juventude, além de um fenômeno biológico, é também um constructo social, influenciado pelas instituições e pelas relações sociais. Gennep (2013), de fato, corrobora essa ideia ao diferenciar a puberdade física da puberdade social. Enquanto a primeira se baseia em mudanças biológicas e na contagem de anos, a segunda é moldada por tradições culturais e ritos de passagem que marcam a transição da infância para a idade adulta. Esses ritos envolvem, por exemplo, a aquisição de novas responsabilidades, a transformação de identidades e a incorporação de novos valores e comportamentos, como aqueles associados à sexualidade.

Uma vez que essas modificações na interação social são iniciadas a partir das mudanças físicas, as mudanças sociais são reforçadas, Gennep (2013, p. 97) expressa que dentro dos ritos de passagem são identificadas práticas como as seguintes

Abandono de brinquedos, descarte de jogos infantis, ao mesmo tempo em que os antigos laços domésticos entre a pessoa, a mãe e as irmãs também são quebrados (...) ele se torna uma pessoa educada, consciente dos deveres que não são cumpridos como membro de uma comunidade.

Da mesma forma, o autor expressa que "dentro da puberdade social há uma mudança de hábitos, na qual o uso de novas interações com o mundo exterior reconfigurará conscientemente suas ações e funcionalidades" (Gennep, 2013, p. 97), sendo, nesse caso, as instituições mencionadas acima as que moldam essas novas interações nos jovens.

Ora, a interação das instituições jurídicas e políticas com os grupos sociais, de acordo com Radcliffe-Brown (1973), são aquelas que se encarregam de executar uma unidade social, sendo também uma manifestação do funcionamento e da consciência interna do sistema social. Da mesma forma, o mesmo autor se refere a uma hipótese que é central para esta pesquisa,

A saber a questão sobre se a mudança de tipo social é dependente ou não da função, isto é, das leis da filosofia social. A única espécie de mudança que se pode observar é a desintegração das estruturas sociais. (Radcliffe-Brown, 1973, p. 226).

Portanto, considerando que a estrutura social apresenta uma possibilidade remota de mudança, esta investigação posiciona a dinâmica social das mães adolescentes como um tema central de debate. Nesse contexto, os desafios enfrentados por essas jovens estão organizados de forma a garantir o funcionamento mínimo do organismo social; no entanto, esse funcionamento é

condicionado e manipulado para preservar estruturas desiguais. Como resultado, as mães adolescentes já se encontram em uma posição de desvantagem antes mesmo de vivenciarem a gravidez.

Essa condição é agravada pelo condicionamento das práticas das mulheres adolescentes, causado pela ausência de segurança e cuidado por parte das instituições competentes. Além disso, a deficiência de algumas legislações existentes contribui para que delitos relacionados a essa vulnerabilidade não sejam devidamente controlados ou enfrentados.

Aliás, Connell (2011) refere que a desigualdade estrutural, social e educativa, são fatores que impedem o desenvolvimento das pessoas, pois se perpetuam as condições de vulnerabilidade, sobretudo para jovens mães, que já estão imersas em outros riscos, e devem enfrentar a ausência de oportunidades equitativas, acesso limitado a serviços públicos, como saúde e educação, antes e depois da maternidade.

Diante do contexto de alta vulnerabilidade social em disputa, questiona-se também se a gravidez na adolescência é uma prática e/ou o resultado do raciocínio humano como forma de subsistência na tentativa de modificar a realidade, o lugar e o cenário em que se encontra.

A esse respeito, Bourdieu (1983, p. 4) expressa que:

uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é pelo desejo de aceder o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas, em relação às meninas e sua carência.

Portanto, ao pensar se é possível o retorno do cotidiano juvenil após a gravidez, ao contemplar a teoria exposta e a historicidade da realidade, é possível refletir que as mães adolescentes, mesmo antes de estarem grávidas, estão imersas em um contexto que não lhes permite atender de forma ideal aos rituais da puberdade; assim, diante dos contextos insalubres condicionados pelas instituições secundárias de poder e pela estrutura social em que se encontram, as jovens buscam múltiplas formas de solução, sobrevivência e aceitação de seu círculo.

Com base na teoria apresentada por Mary Garcia Castro, Míriam Abramovay e Lorena Bernadete da Silva (2004), que também expuseram conceitos básicos que norteiam esta pesquisa, como a iniciação sexual dos jovens, a gravidez na juventude, a causa, as consequências, entre outros, que expressam que na maternidade adolescente há também um ideal que condiciona as práticas das jovens, pois "quanto mais próxima for essa iniciação, mais experiência e eficiência

as jovens levarão para a vida adulta". O discurso sobre a virilidade, marca da "atividade", é um dispositivo de controle sobre o que é ser pessoa na cultura brasileira" (Castro, et al, 2004, p. 73), pois "a busca dos jovens por autonomia vem se configurando como uma tendência à emancipação" (p. 68).

Com tudo o que foi descrito, é possível reconhecer múltiplos fatores causais que interferem na transmutação dos ritos de passagem de mulheres, mães e adolescentes, que, a partir de contextos de empobrecimento, são incentivadas a se engajar em práticas que as colocam em uma posição de risco mesmo antes, durante e depois da gravidez.

Dessa forma, contemplando os fatores multicausais que interferem e afetam a gravidez na adolescência, e com o objetivo de transcender o que parece ser essa realidade, esta pesquisa pretende responder ao seguinte problema:

Quais são os fatores estruturais que provocam o descompasso entre a idade social e a idade biológica das jovens antes e durante a gravidez na adolescência?

3. Objetivos

3.1. Geral

Analisar comparativamente, entre estudos de casos no Uberlândia (Brasil) e Marañonal (Costa Rica), quais são as emoções e impactos decorrentes no curso da vida de mães adolescentes em situação de pobreza.

3.2. Específicos

- a) Investigar quais são as emoções principais que impactam sobre a maternidade não planejada em adolescentes em condição de pobreza.
- b) Identificar a existência de redes de apoio (familiares, educacionais, religiosas e político-institucionais) nos contextos costarriquenho e brasileiro e como tais redes repercutem nas emoções das adolescentes mães.
- c) Refletir sobre o impacto da maternidade na adolescência em suas práticas cotidianas

4. Hipótese

A hipótese que guia esta pesquisa indica que os ritos de passagem na maternidade adolescente colocam as mulheres numa condição social de vulnerabilidade, devido ao papel

atribuído pela estrutura, o que implica um descompasso na sua idade social e orgânica, diante de responsabilidades adultas e percepção ainda jovem. O que também representa dificuldades para retornar à sua cotidianidade adolescente, e ter acesso a direitos reservados constitucionalmente, como educação. Essas dificuldades têm repercussões em sua formação, emprego, estabilidade econômica e projetos de vida

5. Marco contextual

Como parte do marco contextual, continuamente mostra-se as diversas camadas que compõem o cenário da maternidade na adolescência em contextos de pobreza no Brasil e Costa Rica, com o objetivo de traçar um panorama amplo que servirá como base para a investigação. Para isso, será feito uma descrição das diferentes concepções de pobreza em cada país, a explicação das variáveis do conceito de juventude, as políticas públicas, programas sociais e instituições direcionados à maternidade adolescente, as leis que visam garantir o acesso e a permanência das mães adolescentes na escola, e as estatísticas e dados relevantes que apoiam a importância do tópico da pesquisa, como a porcentagem em cada país, o abandono escolar, a inserção precoce no mercado de trabalho.

Com base nos resultados obtidos sobre a conceptualização de pobreza, no referente à Costa Rica, é definida utilizando dois enfoques principais, a Linha de Pobreza e o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI), o primeiro deles funciona baseado no ingresso mínimo per capita que uma pessoa precisa para cobrir suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação, o montante do valor mínimo, é definido cada ano pelo pelo *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INEC).

Segundo o INEC (2022) podem existir níveis de pobreza, um deles são as "famílias em pobreza extrema", serão os casos com renda per capita igual ou inferior ao valor da Cesta Básica de Alimentos (CBA). Em outras palavras, a pessoa não tem recursos financeiros para acessar a uma alimentação que satisfaça o mínimo de calorias necessárias que precisa todo organismo humano, o qual é um indicador da complexidade e limitação que as pessoas em pobreza extrema enfrentam para atender as outras necessidades básicas.

Segundo o INEC (2022), a pobreza não extrema se configura quando um lar, apesar de superar o custo da CBA per capita, não consegue atender às necessidades e custos básicos de vestuário, moradia, saúde e educação com o restante de seu salário. Nessa situação, os recursos

disponíveis impedem que as famílias tenham a possibilidade de investirem em educação de qualidade, saúde preventiva adequada e moradias dignas, perpetuando um ciclo de privações.

Para facilitar o entendimento do acima mencionado, se mostra uma tabela que resume os valores mínimos que conceituam o status econômico no qual *Linha de Pobreza* a família pertence de acordo com sua renda e particularidades.

Tabela 1. Dados de referência da pobreza na Costa Rica, do ano 2024

Categoria socioeconômica	Nível de pobreza Per Capita Área urbana		Nível de ingresso Per Capita Zona Rural	
Pobreza Extrema	R\$ 0	R\$ 617,38	R\$ 0	R\$ 511,87
Pobreza não extrema	R\$ 617,74	R\$ 1272,63	R\$ 511,87	R\$ 981,12
Vulnerabilidade	R\$ 1,272,63	R\$ 1,781,68	R\$ 981,68	R\$ 1,374,34
Sem pobreza	R\$ 1,781,68	R\$ <	R\$ 1,374,34	<

Fonte: Elaboração própria com base em INEC (2022). Todos os valores apresentados foram convertidos de colones para reais, à taxa de câmbio de 3 de junho de 2024.

Agora, em relação com o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI), é um indicador que mede a pobreza não em termos de renda, o IPM adota uma perspectiva de análise acrescentada, avaliando o acesso e a qualidade de vida da população em cinco áreas essenciais: saúde, educação, proteção social, moradia e condições de saneamento. Cada uma dessas cinco dimensões é composta por indicadores específicos que permitem identificar a gravidade e a extensão da pobreza em cada área. Ao combinar esses indicadores, o governo dispõe uma visão geral da realidade socioeconômica da população, permitindo identificar as áreas que apresentam maiores desafios (NEC, 2022).

Oferecendo uma visão mais profunda das condições de vida da população de Costa Rica com relação à pobreza, e com base nos dados examinados e obtidos pelo *Ministerio de trabajo y seguridad social* (2023) são exibidos continuamente os salários mínimos (Tabela 2), de acordo com as disposições da lei que todo trabalhador deveria receber:

Tabela 2. Salários mínimos da Costa Rica, do ano 2024

Trabalhadores em ocupações não qualificadas	R\$ 3.579,36
Trabalhadores em ocupações semiqualificadas	R\$4.023,58
Trabalhadores em ocupações qualificadas	R\$4.162,68
Técnicos de nível médio em educação diversificada	R\$4.362,39
Trabalhadores em ocupações especializadas	R\$4.779,75
Técnicos de Educação Superior	R\$5.376,18
Diplomado em Ensino Superior	R\$5.586,47
Graduação em Ensino Superior	R\$6.585,91
Licenciado ou Bacharel com especialidade ³	R\$7.903,17

Fonte: Elaboração própria com base em Ministério do Trabajo y Seguridad Social (2023).

Todos os valores apresentados foram convertidos de colones para reais, à taxa de câmbio de 3 de junho de 2024.

Agora, aprofundando na realidade da pobreza no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão responsável por definir e medir a pobreza, usando uma metodologia baseada na linha de pobreza, o valor que coloca o instituto para delimitar quais são as pessoas que ficam por baixo da linha, está associado a:

O mínimo necessário para que um indivíduo funcione adequadamente na referida sociedade, é dizer se consideram estritamente o aporte nutricional e o preço dos alimentos, em uma despesa alimentar que permita atender às necessidades calóricas recomendadas" (IBGE, 2023).

A metodologia aplicada pelo instituto, é usada para sistematizar as principais características sociodemográficas da população, o custo de vida dos municípios do país, e principalmente para ter um registro dos crescimentos ou de quedas da pobreza.

À diferença da Costa Rica, no Brasil não existe um valor específico para a conceitualização da pobreza, a categorização socioeconômica dos indivíduos realizada nos institutos e órgãos governamentais ocorre a partir do estudo de indicadores quantitativos

³ A Licenciatura na Costa Rica é um conceito que corresponde apenas a uma especialidade depois da Graduação, antes do Mestrado.

articulados e indissociáveis à análise qualitativa, mesmos indicadores são estabelecidos pelas equipes técnicas de cada órgão conforme o objetivo para qual a análise está destinada.

Um exemplo do que precede se complementa com um estudo de Rodrigues et all (2019), nele se mostra metodologias socioeconômicas para fins de acesso aos auxílios da assistência estudantil da Universidade Federal de Uberlândia, faz-se uma análise dos seguintes indicadores: composição familiar; renda familiar per capita bruta mensal; procedência escolar do(a) estudante; condição de moradia da família; situação de residência do(a) estudante durante a graduação; bens patrimoniais e financeiros; situação ocupacional dos membros do grupo familiar.

Por conseguinte, se entende que a categorização de vulnerabilidade poderia apresentar variações em uma mesma pessoa de acordo com a instituição e a metodologia que é aplicada, pois, cada órgão possui autonomia na construção da categoria de pobreza. No entanto, pode servir como ponto de partida para a análise o valor da Cesta Básica de Alimentos; segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) o custo mais alto do país, foi registrado em São Paulo, por R\$822,84; esse valor, será portanto o mínimo que cada pessoa precisa para atingir as calorias básicas de subsistência.

Em conformidade com DIEESE (2024), o salário-mínimo nominal é de R\$1.412 (desde 1º de janeiro de 2024), assim o valor da Cesta Básica, representa 58% do salário mínimo do país, deixando apenas R\$589,16 restantes do salário para a pessoa conseguir suprir suas necessidades básicas de moradia, saúde, educação, vestuário, transporte e lazer.

É evidente que o saldo restante é insuficiente para atender a todas as necessidades básicas, gerando um cenário de constante exclusão e vulnerabilidade, pois as mães adolescentes que se encontram nessa situação, estão obrigadas a priorizar algumas necessidades em detrimento de outras, o que vai fortalecer um ciclo incessante de privações e dificuldades, comprometendo seu bem-estar físico, mental e social.

Por outro lado, o DIEESE (2024) mostra o conceito de "salário mínimo necessário", que é um conceito mais amplo que vai além da remuneração bruta; levando em consideração o valor que uma pessoa precisa para suprir a totalidade de necessidades básicas ditas anteriormente. Buscando uma reflexão sobre o comportamento do valor, se apresenta (Tabela 3) continuamente os reajustes mensais do presente ano e o ano passado dos salários no país:

Tabela 3. Salário mínimo nominal e necessário no Brasil

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
Maio 2024	R\$ 1.412,00	R\$ 6.946,37
abril 2024	R\$ 1.412,00	R\$ 6.912,69
Março 2024	R\$ 1.412,00	R\$ 6.832,20
Fevereiro 2024	R\$ 1.412,00	R\$ 6.996,36
Janeiro 2024	R\$ 1.412,00	R\$ 6.723,41
Dezembro 2023	R\$ 1.320,00	R\$ 6.439,62
Novembro 2023	R\$ 1.320,00	R\$ 6.294,71
Outubro 2023	R\$ 1.320,00	R\$ 6.210,93
Setembro 2023	R\$ 1.320,00	R\$ 6.280,13
agosto 2023	R\$ 1.320,00	R\$ 6.389,72
Julho 2023	R\$ 1.320,00	R\$ 6.528,93
Junho 2023	R\$ 1.320,00	R\$ 6.578,41
Maio 2023	R\$ 1.320,00	R\$ 6.652,09
abril 2023	R\$ 1.302,00	R\$ 6.676,11
Março 2023	R\$ 1.302,00	R\$ 6.571,52
Fevereiro 2023	R\$ 1.302,00	R\$ 6.547,58
Janeiro 2023	R\$ 1.302,00	R\$ 6.641,58

Fonte: Elaboração própria com base em DIEESE (2024)

Em conformidade com o exposto, é assim que a realidade da pobreza nos países pode ser entendida, levando em consideração o custo de vida em determinadas regiões; não obstante, deve indicar-se claramente que existem outros fatores multidimensionais que constituem e agudizam a pobreza das pessoas em geral, por exemplo, fatos importantes de considerar também são o ambiente, o porcentagem de violência, as condições sanitárias, a saúde da pessoa, acesso à propriedade, proteção social, porcentagem de desemprego, qualidade na educação, acesso a anticonceptivos, analfabetismo, entre outros.

Isto é, os dados estatísticos da pobreza podem variar ligeiramente de acordo com a fonte e a metodologia utilizada, porém, existem pilares que devem-se levar em conta para entender a totalidade do fenômeno. Dito isso, é importante ressaltar que de acordo com o INEC (2023)

Costa Rica tem uma população de 5.163.691, e um 21,8% das pessoas pertencem à classe social baixa, e dizer 1.125.685 pessoas não conseguem ter acesso total às necessidades básicas; no caso de Brasil, tem uma população de 212.559.793 (IBGE, 2023) com um porcentagem de 29,6% habitantes pertencentes à classe social baixa, quer dizer 62.900.000 de pessoas em condição de pobreza. Mesmo sendo percentagens diferentes, ambos valores representam profundas desigualdades estruturais que prolongam no tempo a disparidade e vulnerabilidade.

5.1. Instituições que regulam a aplicação das leis por país.

Este trabalho busca descrever as principais instituições governamentais que se relacionam com a população em estudo: mulheres e mães adolescentes em condição de pobreza. Além disso, são apresentados os marcos legais e as políticas públicas que visam assegurar seus direitos e promover bem-estar, com foco no papel dessas instituições em suas vidas.

A intenção do quadro 1, abaixo apresentado, é a de oferecer um sumário informativo, reunindo as principais instituições de cada país e as leis que regem suas ações. No entanto, não se tem por objetivo aprofundar a análise delas, em virtude das delimitações impostas pelo tema e pelos objetivos deste trabalho.

Quadro 1. Leis e instituições na Costa Rica que visam proteger direitos das adolescentes mães

Leis	Descrição
Ley de Promoción de la Igualdad Social de la Mujer (Ley N° 7142)	Promove a igualdade de oportunidades e direitos para as mulheres em todos os âmbitos.
Ley de Paternidad Responsable (Ley N° 8101)	Estabelece os direitos e deveres dos pais em relação aos seus filhos, promovendo a paternidade responsável.
Ley de Protección a la Mujer en Situación de Violencia Intrafamiliar (Ley N° 7586)	Fornece medidas de proteção e apoio para mulheres que sofrem violência doméstica.
Ley de Penalización de la Violencia contra las Mujeres (Ley N° 8589)	Define e penaliza a violência contra as mulheres em suas diversas formas.
Código de la Niñez y la Adolescencia (Ley N° 7739)	Protege os direitos das crianças e adolescentes, estabelecendo seu bem-estar como prioridade em todas as decisões que lhes afetam

Ley General de Protección de la Madre Adolescente (Ley N° 7735)	A lei regulará todas as políticas, ações e programas preventivos e de apoio implementados por instituições governamentais para mães adolescentes.
Política Nacional de la Persona Joven 2020-2024	Focada em garantir os direitos das pessoas jovens, incluindo aspectos relacionados com a educação, saúde e participação social.
Ley de Derechos de la Persona Adolescente Embarazada (Ley N° 7739)	Garante os direitos das adolescentes grávidas, incluindo acesso à educação e atendimento médico adequado.
Ley de Fortalecimiento de la Atención de Niños y Adolescentes en Riesgo Social (Ley N° 9477)	Fortalece os serviços de proteção e atendimento para crianças e adolescentes em situação de risco social.
Lei de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (Lei nº 10.216/2001)	Garante o acesso das mulheres à saúde sexual e reprodutiva, incluindo adolescentes grávidas e mães jovens.
Lei de Proteção Integral à Infância e à Adolescência (Lei nº 8.069/1990)	Estabelece os direitos e deveres das crianças e adolescentes, incluindo o direito à saúde, educação, trabalho e proteção contra a violência sexual.
Política Nacional de Niñez y Adolescencia (2021-2030)	Define estratégias e ações para proteger e promover os direitos das crianças e adolescentes na Costa Rica
Política de Igualdad y Equidad de Género en el Sistema Educativo (PIEGSE)	Implementa ações para promover a igualdade de gênero no âmbito educativo, beneficiando meninas e adolescentes.
Instituições com Relação à Adolescência	
Poder Judicial de Costa Rica	Aplica as leis que protegem os direitos das adolescentes grávidas e mães jovens, como o direito à saúde, educação e trabalho Punição de crimes relacionados à gravidez na adolescência, como o abuso sexual de menores.
Ministerio de Educación de Costa Rica	Alguns dos centros educativos dispõem de programas de apoio psicossocial e orientação profissional para adolescentes grávidas e mães jovens em idade escolar
Ministério da Salud	Implementa

	Políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva para adolescentes, incluindo acesso a métodos contraceptivos e serviços de pré-natal e parto qualificados.
Patronato Nacional da Infância e Adolescência (PANI)	É a principal instituição responsável pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes
IMAS (Instituto Mixto de Ayuda Social)	Trabalham para resolver o problema da pobreza extrema no país, para o que planejam, dirigem, executam e controlam um plano nacional destinado a esse fim

É importante destacar que as leis, políticas e instituições mencionadas anteriormente não são as únicas disponíveis. Existem muitas outras no país que podem ser aplicadas conforme as particularidades do caso, em temas de adolescência, gênero, família, violência, entre outros.

Esta seleção destaca as necessidades, problemas e riscos específicos das mães adolescentes em condição de pobreza. No entanto, é crucial reconhecer que as leis e políticas existentes ainda precisam ser mais inclusivas e abrangentes em relação ao tema em questão.

Ao aplicar uma análise sob as leis existentes na Costa Rica, é possível reconhecer que há áreas que merecem maior atenção, como exemplo, o apoio à saúde mental das mães adolescentes, a reintegração educacional e a capacitação profissional, além de programas de moradia segura para as mães e seus filhos, outro aspecto importante para fortalecer são os serviços de cuidados infantis de qualidade. Além disso, é essencial promover o acesso à tecnologia e à informação, permitindo que essas mães tenham os recursos necessários para tomar decisões informadas.

Quadro 2. Leis e instituições no Brasil que visam proteger direitos das adolescentes mães

Leis	Descrição
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei N° 8.069/1990)	Estabelece os direitos das crianças e adolescentes e promove a proteção integral.
Lei Maria da Penha (Lei N° 11.340/2006)	Visa proteger as mulheres contra a violência doméstica e familiar.
Programa Bolsa Família e Auxílio Brasil	Programas de transferência de renda que visam combater a pobreza e a desigualdade social.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	A LDB estabelece que a educação deve garantir a inclusão e a permanência dos alunos na escola.
Lei do Planejamento Familiar (Lei N° 9.263/1996)	Estabelece diretrizes para o planejamento familiar e a saúde reprodutiva. Inclui acesso a informações e métodos contraceptivos.
Lei de Assistência Social (Lei N° 8.742/1993)	Institui a política de assistência social e define os serviços e benefícios destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade.
Lei da Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher (Lei N° 11.108/2005)	Cria a Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher, com foco na saúde integral e na prevenção de doenças específicas.
Lei de Acompanhamento da Gestação e Parto (Lei N° 13.257/2016)	Estabelece medidas para o acompanhamento da gestação e do parto, com foco na saúde e bem-estar da gestante e do recém-nascido.
Lei de Criação do Sistema Nacional de Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero (Lei N° 13.320/2016)	Institui políticas públicas para promover a igualdade de gênero e combater a violência contra a mulher.
Instituições com Relação à Adolescência	
Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM)	Parte do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a SNPM desenvolve e coordena políticas públicas para promover a igualdade de gênero.
Ministério da Saúde	Responsável pela implementação de políticas de saúde, incluindo programas específicos para a saúde da mulher e da criança.

Ministério da Educação (MEC)	Encarregado da formulação e implementação das políticas educacionais no Brasil.
Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)	Faz parte do Ministério do Desenvolvimento Social e é responsável pela política de assistência social.
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Unidades locais que oferecem serviços de proteção e apoio social para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade
Defensoria Pública	Oferece assistência jurídica gratuita para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em suma, é crucial reconhecer que nas políticas e leis no Brasil, também existem lacunas e desafios significativos.

As políticas públicas no Brasil demonstram uma mudança histórica em sua forma de compreender e abordar a questão da igualdade de gênero, especialmente a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003, na criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que foi acompanhado pela gestão de Dilma Rousseff (2011-2016). O principal objetivo da secretaria foi “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente” (SPM, 2019). Assim, a SPM desempenhou um papel importante no avanço dos direitos das mulheres, implementando políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades de gênero e para a promoção da participação feminina em todas as esferas da vida social.

Sob o governo de Jair Bolsonaro, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres sofreu várias alterações significativas. De acordo com González e Máximo (2022) no noticiário Nuevatribuna, o orçamento destinado ao combate à violência contra as mulheres foi reduzido em 90%, o que representou uma efetiva regressão no funcionamento dos programas e na consecução dos objetivos das políticas públicas.

Posteriormente, durante o mandato de Jair Bolsonaro como presidente da República (2019-2022), a SPM sofreu uma deterioração em seu alcance e funcionamento quando foi integrada à estrutura administrativa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MFDH). O ministério possuía um enfoque e uma ordem de prioridades diferentes, o que

resultou na subordinação dos objetivos específicos da SPM às novas diretrizes impostas (GONZÁLEZ e MÁXIMO, 2022).

A diferença observada justamente nas estruturas de trabalho reflete com precisão o enfoque de extrema-direita adotado durante o governo de Bolsonaro. Essa situação provocou, desde o início, um tipo de rejeição e críticas ao MMFDH, pois, além de dissolver o funcionamento da Secretaria, seu próprio nome enfatiza valores conservadores e repressão ao gênero feminino.

Nesse sentido, a inclusão da palavra "Família" em um ministério voltado para as mulheres redireciona a atenção para uma suposta estrutura familiar nuclear tradicional como base fundamental da sociedade, onde a presença feminina dentro da família se torna essencial. Essa perspectiva misógina de parte do Ministério, pelo contrário, condena e reforça desigualdade de gênero.

Outro fator que agravou a efetividade do MMFDH foi sua ministra, a senhora Damares Alves, que, em várias ocasiões, impôs crenças religiosas evangélicas e fez declarações públicas de caráter misógino e violento que atentam contra os direitos humanos.⁴

Em 2023, com a mudança de governo, novamente liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, o nome foi alterado para Ministério das Mulheres, com o objetivo de direcionar metas e esforços para questões centradas na validação de direitos e igualdade de gênero, agora sob um enfoque de esquerda. A nova ministra, Cida Gonçalves (apud Alcântara, 2013), declarou:

A família será vista de forma plural e o ministério as acolherá. A família, no singular, apaga a diversidade brasileira e a centralidade da mulher enquanto foco da elaboração e implementação das políticas. [...] Este é um ministério que as reconhece e acolhe, completou.

Nem toda a existência de leis ou Ministérios, como os mostrados nos quadros 1 e 2, implica necessariamente uma validação e prática adequada dos direitos humanos. Foram enumeradas as principais leis, instituições e políticas em ambos os países, justamente com o propósito de refletir os contextos políticos e, assim, demonstrar por meio de sua historicidade a maneira como as pessoas têm sido prejudicadas diante da aplicação insuficiente dessas medidas.

⁴ Por exemplo, Taymã Carneiro (2022) destaca isso no noticiário Globo, ao relatar que existiram casos de tortura e abuso infantil na Ilha do Marajó, e a ministra tentou justificar os abusos sexuais argumentando que “os abusos sexuais ocorrem porque as meninas não têm calcinhas, elas não usam calcinhas porque são pobres”. A perspectiva com que o ministério era liderado gerou, em todos os programas, projetos, políticas e recursos econômicos destinados aos objetivos iniciais da Secretaria, uma deterioração no acesso aos direitos humanos.

Consequentemente, para garantir uma proteção mais efetiva e uma inclusão plena, no se trata de uma ampliação de novas leis, se deve iniciar primeiramente por empregar um compromisso e aplicação real sobre as já existentes, e que as mesmas se verifiquem que estão adaptando-as às realidades específicas das mães adolescentes, nesse caso. Assim, é importante pensar que a verdadeira mudança exige não apenas a implementação de leis, mas também uma transformação na forma como a sociedade vê e as emprega.

Portanto, por parte de ambos os países, coloca-se em questão os princípios epistemológicos e ontológicos das políticas, a fim de poder questionar e entender a verdadeira origem das dificuldades que sofrem as mulheres mães adolescentes. Muitas vezes, existe um imaginário social preconceituoso, que culpa essa população e as responsabiliza pela evasão escolar, pobreza, fome, problemas de saúde decorrentes de uma gravidez precoce, limitação econômica e desemprego devido à escassa formação acadêmica.

Essa visão equivocada sugere que elas devem assumir “as condenas de uma gravidez em idade prematura”, ignorando as causas estruturais e desigualdades de gênero; invisibilizando o peso e as correntes de um sistema patriarcal, sistema que exerce verdadeiramente a responsabilidade pela exclusão e pelo profundo desfavorecimento das populações vulneráveis. Com tudo, as políticas, longe de serem atos caritativos, devem atender de raiz às afetações e desvantagens dos mais vulneráveis, reconhecendo que tais questões são, de fato, responsabilidades governamentais e públicas.

5.2. Conceito de juventude segundo o contexto

As políticas públicas são frequentemente moldadas pela forma como a juventude é conceituada e entendida, impactando diretamente a eficácia dessas políticas na abordagem das necessidades específicas das jovens. Após analisar as diversas políticas implementadas tanto no Brasil quanto em Costa Rica para apoiar as mulheres mães adolescentes, é essencial aprofundar a compreensão das variáveis que definem a juventude em diferentes contextos.

De acordo com Organiza Mundial de Saúde (OMS, 2024) a juventude é definida por aspectos físicos, sociais e psicológicos, além disso, também se propõe uma delimitação da faixa etária, o período se estende dos 10 aos 19 anos de idade; Não entanto, é importante considerar que na transição da infância para a vida adulta se apresentam variações significativas entre os

indivíduos, o que permite entender que existem mudanças diferentes, de acordo as particularidades que cada pessoa apresenta.

Agora, ao abordar o conceito de juventude no Brasil, é considerada a definição que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituição governamental que ampara o marco legal dos direitos das crianças e adolescentes. Segundo o ECA (2013), para os efeitos da Lei Nº 8.069, são consideradas adolescentes as pessoas entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos, e a juventude, as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Para compreender o conceito de juventude na Costa Rica, é fundamental analisar a Política Pública de la Persona Joven 2020-2024 e a Ley General de la Persona Joven Nº 8261. Esta última lei, em seu artigo 2º, define jovens como aqueles entre 12 e 35 anos de idade, abrangendo adolescentes, jovens e jovens adultos. A lei também reconhece a particularidade e a heterogeneidade desse grupo etário. Também resulta importante levar em consideração o Código da Criança e do Adolescente, que em seu artigo 5º, define a adolescência como a "fase que abrange todas as pessoas com mais de doze anos e menos de dezoito".

Segundo os fins desta pesquisa, é importante considerar as faixas etárias da juventude e da adolescência de acordo com o contexto e as variações demográficas e culturais, a fim de delimitar as características e particularidades da população em estudo. No entanto, é fundamental salientar que a concepção de juventude que fundamenta a pesquisa é muito mais abrangente do que aspectos físicos e idade orgânica.

Para efeitos de análise, a juventude é muito mais do que uma questão etária. Bourdieu (1983) demonstra que “a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável”; além das mudanças no nível corporal e das responsabilidades sociais que os jovens adquirem, nesta pesquisa, a juventude segundo Bourdieu, é considerada como uma transição de um estado de dependência para outro de relativa autonomia, no qual frequentemente enfrentam alta vulnerabilidade ao abandonar hábitos da infância para atender, nas palavras do autor, a 'novas exigências em um período de marginalização social e simbólica.

5.3. Conceito de Juventudes e sua Estruturação Sociológica.

Para além dos conceitos teóricos anteriormente apresentados sobre a juventude, esta parte introduz conceitos mais analíticos que permitem um maior grau de profundidade para a realização de uma análise exaustiva sobre que é a juventude. Esses conceitos são abordados a

partir de uma perspetiva macro, definindo o que entendemos por juventude, e serão progressivamente delimitados para subtemas mais específicos do objeto de estudo, como a juventude expressada nas mulheres, pobres e mães.

Embora existam diferentes conceitos de juventude, essa variabilidade permite, em primeiro lugar, identificar subcategorias sociológicas e, em segundo lugar, criar hierarquias ou segmentações dos conceitos, determinadas por classes sociais e demarcações históricas.

Em relação a juventude, Bourdieu (1983, p. 1) define que existem “as classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe e acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar”. Portanto, pode-se deduzir que dentro do segmento juvenil também há subdivisões hierárquicas. Aspectos como a gravidez na adolescência colocam as mulheres numa situação de maior vulnerabilidade e numa posição desfavorável face à hierarquia, numa perspectiva coerciva, dominante e desigual de poder.

Sobre o conceito específico de juventude, Bourdieu (1983) afirma que a “juventude” não deve ser percebida como uma etapa uniforme e igualitária, pois sua constituição advém de uma estrutura social, portanto, a interpretação ou representação do conceito pode variar de acordo com o contexto cultural e geográfico. Desse modo, nas palavras de Bourdieu, a mudança de entorno permite a existência de diferentes expressões e experiências de juventude, eis a razão pela qual o autor denomina, como termo mais apropriado, juventudes, reconhecendo que estes podem ser múltiplos e devem ser consideradas variáveis de acordo com a etnia, o estatuto econômico e o gênero.

Parte dos conceitos centrais do autor, que também permite abordar com criticidade o objeto de estudo da investigação, é o “Habitus”. A ele Bourdieu (1983) se refere como um conjunto de esquemas que orientam os costumes das pessoas. No caso da população jovem, o habitus reflete-se através das emoções, ideias, pensamentos, ações segundo o modo como os constitui os seus ambientes educativos, sociais, laborais. Esta condição estrutural mostra um tipo de desigualdade estrutural que delimita os campos de ação da população, o que afeta significativamente seu desenvolvimento.

A iniciação sexual pode ser vista como uma experiência chave dentro do “habitus” da juventude, pois consequentemente está ligada às expectativas e normas de gênero, classe social e contexto cultural, os quais impõem limites e direcionam as vivências dos adolescentes. Assim, a

forma como se dá a iniciação sexual nas juventudes não pode ser dissociada das condições estruturais que envolvem a desigualdade social e o contexto em que as jovens estão inseridas.

Ou seja, os hábitos relacionados à iniciação sexual podem variar de acordo com o contexto e a estrutura social na vida das jovens. A ausência ou presença de práticas adequadas de proteção contra doenças, princípios de respeito nas relações interpessoais, planejamento de hormônio, entre outros, depende da magnitude em que se naturaliza ou se concebe como tabu o tema da sexualidade na juventude.

Em várias culturas, a discussão sobre a iniciação sexual precoce costuma ser confundida com visões morais sobre nupcialidade e família. Bozon (2004) argumenta a ideia ao afirmar que

nas tradições mediterrâneas e latino-americanas, assim como em certas culturas asiáticas, a perda da virgindade antes do casamento permaneceu (e ainda permanece em alguns lugares) uma transgressão grave, levando essa mulher para fora da categoria das mulheres honestas que podem ser desposadas, trazendo a desonra para os homens de sua família e para o seu esposo (Bozon, 2004, p. 28)

A partir disso, as mulheres experimentam um tipo de julgamento ao serem associadas à pureza e à castidade; dupla moral que atribui à mulher um papel passivo e submisso, e dizer, que além de ser uma carga emocional, restringe sua liberdade sexual e a expõe a situações de vulnerabilidade. Resultando a sexualidade, uma ferramenta utilizada historicamente para manter as relações de poder desiguais.

Os estereótipos sobre a virgindade são aspectos que fazem parte do modelo de repressão nas estruturas de poder. A falta de orientação institucional sobre sexualidade tem servido como uma ferramenta para perpetuar a ignorância e, por sua vez, o controle.

Consequentemente, a falta de orientação sexual nas escolas e apoio familiar leva os jovens a buscar informações em outras fontes, entre colegas ou fontes informais na internet. Embora o acesso à internet ofereça diversas possibilidades, a falta de capacidade para avaliar a qualidade das informações disponíveis é escassa.

Obter a informação da internet, sem critérios adequados para avaliar a confiabilidade pode ser prejudicial, levando-os a agir sobre informações não verídicas e expondo-lhes a riscos como gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis.

A estrutura social promove desigualdades não apenas de gênero, mas também de classes sociais, pois nem todas as jovens dispõem das ferramentas tecnológicas ou das redes de apoio para atender as afetações na sua sexualidade diante a falta de educação e orientação sob ela.

Agora bem, ao realizar uma análise sobre o conceito de juventude e seus conectores teóricos, entra em jogo o conceito de virgindade, que atualmente pode ser identificado a partir de duas vertentes: em primeiro lugar, Castro (2024) expõe um conceito em um nível histórico e hierárquico:

a virgindade, possibilita a visualização do controle do corpo feminino que ainda ocorre hoje. Sua naturalização no domínio público, dentro dos diversos discursos, se baseia na prova física da honra: o hímen, que faz parte da construção cultural do feminino, sustentando e justificando comportamentos e discriminações. O rompimento do hímen e um conjunto de sentimentos configuram essa experiência como um marco na vida da maioria das jovens (Castro, et al, 2004, p. 83)

Em segundo plano, conforme a perspectiva atual dos jovens, ainda entre grupos de jovens é possível identificar resquícios de ideais que se referem à desigualdade de gênero. No entanto, predomina a ideia da virgindade ou mesmo da iniciação sexual em geral, desde uma perspectiva juvenil, como um processo no qual se ganha autonomia e controle sobre suas vidas, reforçando a ideia de superar a infância e consolidar uma etapa onde podem tomar decisões sobre seus corpos e vidas. Isso representa um controle sutil dos corpos e da sexualidade (Foucault, 1984).

O entendimento sociológico permite compreender que, além do constructo social e histórico em torno da iniciação sexual das jovens, também existem aspectos que convidam a analisar como os próprios jovens entendem e significam esse processo dentro de seu círculo de socialização imediato. Foucault (1984) explica que, através da sexualidade, os jovens podem estruturar seus saberes sobre sua identidade.

Em resumo, a iniciação sexual pode ser considerada um tipo de rito, que além de corresponder a mudanças biológicas, é também um marco sociocultural em que os jovens descobrem e constituem sua identidade, autonomia e pertencimento dentro de contextos sociais e históricos específicos, o que também pode ser entendido, tomando como referência a visão de Foucault, como um processo que revela como os jovens internalizam ou desafiam os valores impostos pelas estruturas de poder, ao mesmo tempo que constroem significados próprios sobre a sexualidade.

5.4. Percepção da maternidade adolescente, segundo evolução histórica e construção cultural.

Antes de aprofundar a análise sobre a maternidade na juventude e as limitações e problemáticas que ela pode acarretar nos âmbitos da saúde, educação, economia, entre outros, é fundamental reconhecer que essa “perspectiva problematizadora” é um fenômeno contemporâneo. Há algumas décadas, a maternidade precoce era considerada uma prática comum e, em muitos contextos, socialmente aceitável.

Atualmente existem idealizações sociais que classificam a gravidez na adolescência como um problema emocional, educacional, profissional e econômico. Uma espécie de “castigo” que as jovens mães devem carregar. Assim, “é reiterativa na América Latina, e um fenômeno mais marcante na América Central” (Gupta e Leite, 1999, p. 29).

Quer dizer, a idade esperada para o casamento e o número de filhos desejados diferem amplamente segundo a época, o contexto, e dos padrões atuais, assim as transformações das práticas associadas à maternidade, se entrelaçam aos modelos familiares e tradições comunitárias vigentes, adaptando-se ao longo do tempo conforme se atualizam normas culturais, expectativas sociais e diretrizes de políticas públicas. Deste modo, é possível compreender que as mudanças nas concepções sobre a maternidade na juventude ocorrem de forma intrínseca com o tempo, acompanhando o desenvolvimento histórico e as dinâmicas sociais de cada época.

(2004) defende que, através da sociologia, é possível questionar por que e como certas circunstâncias, em períodos e contextos específicos, levam determinados fenômenos, antes considerados “normais”, a serem vistos como problemáticos. Nesse sentido, para a presente análise, a pergunta mais apropriada não é por que a gravidez era antes vista como comum e agora é considerada problemática. Em vez disso, a questão é: o que havia na realidade do passado que permitia que o fenômeno fosse percebido como um ato cotidiano? Além disso, quais fatores atuais reforçam sentimentos de medo, culpa e ira em mães adolescentes?

É evidente que, tanto no passado quanto no presente, existe um fator físico importante a ser considerado: o corpo da mulher jovem, ao ainda não ter atingido a maturidade plena dos órgãos reprodutivos, está exposto a riscos para a saúde. Esse aspecto físico e de saúde deve, sem dúvida, ser levado em conta na reflexão. No entanto, o objetivo deste trabalho não é definir se é “correto” ou não ter filhos na juventude. Pelo contrário, a presente investigação busca realizar

uma análise sociológica e científica dos fatores que explicam por que, em contextos específicos do passado e do presente, diferentes grupos experimentam sentimentos diversos em relação à maternidade adolescente. Longe de relativizar o fenômeno, o intuito é evidenciar as condições sociais e históricas que explicam sua existência.

Com base no que foi analisado, passa-se agora a aprofundar o estudo sobre os principais aspectos que, de forma geral, tanto no contexto da Costa Rica quanto no do Brasil, explicam as transformações nas perspectivas sobre a maternidade adolescente. O fim é examinar os fatores históricos e sociais presentes que contribuíram para as idealizações relacionadas à maternidade e compreender como essas mudanças influenciaram as percepções contemporâneas sobre o tema.

Em relação às questões históricas, um aspecto importante que marca a diferenciação na perspectiva sobre a maternidade juvenil é o fato de que "na década de 1990, observou-se um aumento da fertilidade nas adolescentes, fenômeno que foi explicado pelo declínio da fecundidade nas demais faixas etárias. Esse contexto contribuiu para a criação de um sentimento de que a gravidez entre moças jovens passou a ser vista como algo excessivo." (Heilborn, 2004, p. 29).

Em outras palavras, múltiplos fatores constituem a ideia e a probabilidade de querer ser mãe; no entanto, durante esse período, esses elementos não impactaram de maneira equitativa os diferentes grupos etários. Em particular, as jovens careciam dos recursos necessários para se instruírem e tomarem decisões informadas. Como enfatiza o autor, esta situação se encontra relacionada com a distribuição de desigualdade de recursos, poder e educação entre os grupos, sobre todo devido a

fatores como a pobreza e a violência urbana que são determinantes predominantes na vida dessas jovens, aspectos que moldaram o tom principal do debate público sobre o fenômeno. Contudo, tal fenômeno só pode ser compreendido considerando a distribuição desigual de poder e recursos nos sistemas culturais construídos por diferentes grupos" (Heilborn, 2006, p. 31).

Entre os aspectos que influenciam a reconfiguração da percepção sobre a maternidade na adolescência ao longo da história, destaca-se o papel da família. Romero (2018), em seu estudo sobre os discursos relacionados à maternidade adolescente, enfatiza que a causa mais imediata e significativa de as adolescentes se tornarem mães é a desescolarização, além da ênfase dada pela família sob a importância da educação, o fornecimento de suporte material e emocional para apoiar a criação de projetos de vida.

As teorias de ambos os autores sustentam a ideia de que a taxa de gravidez na adolescência, tanto no passado quanto na atualidade, está relacionada ao construto social dos papéis de gênero e da identidade feminina. Antigamente, a figura feminina era predominantemente associada a tarefas domésticas, como o cuidado do lar, a limpeza e a atenção à família. No entanto, a partir do aumento das políticas públicas, esse imaginário social começou a se transformar, modificando a percepção sobre o papel das mulheres na sociedade. Tais mudanças validaram direitos e recursos que possibilitam às mulheres o acesso à educação, ao trabalho, ao voto, entre outros. Isso abriu novas possibilidades de ação, permitindo que as mulheres tomassem decisões mais autônomas sobre suas vidas.

Como uma medida paliativa diante das adversidades que a maternidade na adolescência pode acarretar, existem exemplos de programas dos governos, como as Creches (no caso do Brasil) e os CECUDIS (no caso da Costa Rica). Esses programas governamentais promovem a ideia de que o casamento não é indispensável, tal como se acreditava no passado, e buscam reduzir a dependência econômica nas relações afetivas, assim como lutar contra o abandono escolar. Eles oferecem alternativas de cuidado e atenção para os filhos de mulheres em situação de vulnerabilidade, permitindo que essas mães, durante o dia e, em alguns casos, à noite, possam continuar seus estudos e desenvolver seus projetos de vida. Esse apoio institucional visa, portanto, proporcionar condições para que as mulheres jovens não precisem interromper suas trajetórias educacionais e profissionais devido às responsabilidades maternas, ao mesmo tempo em que fortalece a autonomia e a independência financeira das participantes.

As construções sociais do gênero e as atitudes em relação à sexualidade têm sofrido diversas transformações conforme o tempo; a figura das igrejas, especialmente o catolicismo e as denominações evangélicas, tem tido uma grande influência na construção do que é considerado moralmente aceitável, promovendo a ideia social de que a sexualidade antes do casamento é indecorosa e pecaminosa. Nas famílias ligadas a essas tradições, esse discurso sobre moralidade acaba por moldar a forma como os jovens lidam com a sexualidade e a contracepção. A partir dessa visão, houve uma tendência a evitar discussões abertas sobre métodos contraceptivos, mesmo diante das transformações nas relações sexuais da juventude. Resultando crucial reforçar na presente pesquisa, que a contracepção e a orientação devem ser legitimadas como um direito.

Além disso, políticas públicas, o governo e a mídia desempenham papéis significativos na construção de ideais sociais e na maneira como as questões sociais são percebidas. No estudo

de Heilborn (2004), é possível observar como a mídia, exemplificada por artigos como o de Domingues (2019) no Jornal Globo, alimenta uma moralização exagerada em torno da gravidez na adolescência, condenando as adolescentes por "irresponsabilidade" ou "ignorância", o que oculta aspectos mais amplos, como a falta de políticas públicas efetivas para a educação sexual. Essa abordagem frequentemente individualiza o fenômeno.

A manipulação da informação pela mídia não se limita à forma como a gravidez é retratada, mas também à construção do que é considerado "risco" para a sociedade. A gravidez na adolescência, muitas vezes associada a um risco psicossocial, é tratada como um problema que desvia os jovens do que a sociedade capitalista considera como sendo “produtivo”. Essa narrativa tende a obscurecer a ausência de investimentos em áreas essenciais, como educação, apoio psicológico e assistência social, perpetuando o estigma e a condenação moral em torno da maternidade precoce.

Assim, ao considerar os fatores históricos que moldam a percepção sobre a gravidez na adolescência, é importante compreender que não existe um momento específico em que essa mudança de perspectiva ocorreu, mas é imprescindível apontar que de fato existe. O que antes era visto como uma fase natural da vida de muitas mulheres, especialmente jovens, agora é encarado como um problema social em razão a distintas vertentes, por um lado, se aprofundam direitos das mulheres que permitem aceder a novos direitos e alternativas de projetos de vida, e por outro lado, as transformações também foram dadas gradualmente por um conjunto de influências, como a atuação das igrejas, a narrativa das famílias, políticas públicas e a forma como a mídia constroi e dissemina essas ideias.

5.5. Situação particular do problema em Brasil e Costa Rica

Uma vez compreendidos os fatores que modificam a percepção da maternidade adolescente e como isso reconfigura os sentimentos e experiências das pessoas diante do fenômeno, o marco contextual avança para examinar a "magnitude do problema" da gravidez na adolescência. Para isso, são continuamente apresentados dados estatísticos⁵ cruciais de Costa Rica e Brasil, evidenciando a extensão e o impacto da gravidez adolescente.

⁵ Apesar de realizar uma busca exaustiva, não foram encontradas fontes formais ou dados específicos sobre a magnitude do problema de gravidez adolescente nos assentamentos de Esparzol e Glória. Portanto, os dados estatísticos apresentados se referem apenas a Costa Rica e Brasil como um todo.

À escala mundial, a taxa de nascimentos na adolescência (de idades entre 15 e 19 anos) diminuiu de 64,5 nascimentos por cada 1000 mulheres em 2000, para 41,3 nascimentos por cada 1000 mulheres em 2023. No entanto, as taxas de câmbio têm sido desiguais em diferentes regiões do mundo, (...) a América Latina e o Caribe continuam tendo uma das taxas mais altas no nível mundial, 51,4 nascimentos por cada 1000 mulheres, em 2023 (OMS, 2024) (tradução própria)⁶

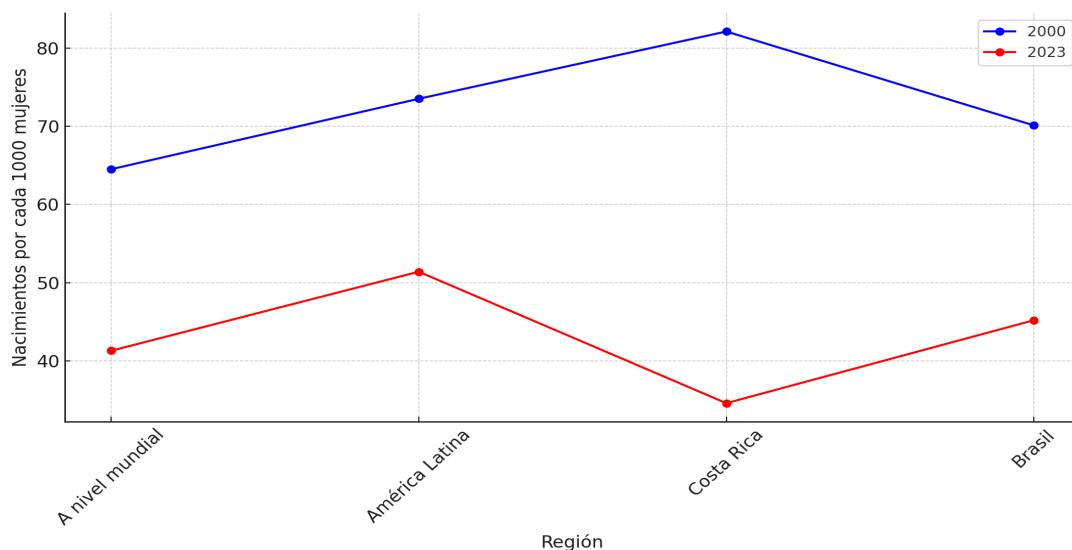
Isso leva a questionar quais aspectos da vida das pessoas na América Latina contribuem para que a região tenha um percentual de gravidez na adolescência mais alto do que outras regiões. Sob essa premissa, coloca-se o questionamento sobre quais são os fatores de risco econômicos, educativos, sociais, políticos, culturais e familiares que propiciam e constituem um ambiente para a gravidez na adolescência.

Segundo dados da Organização Panamericana de Saúde (2023), no caso específico da Costa Rica, a fecundidade adolescente diminuiu em 57,9%. No ano 2000, a taxa era de 82,1 nascidos vivos por cada 1000 mulheres adolescentes de 15 a 19 anos, enquanto em 2023 a cifra foi reduzida para 34,6 nascidos vivos por cada 1000 mulheres no mesmo grupo etário. No caso do Brasil, no ano 2000, a taxa era de 86,4 nascidos vivos por 1.000 mulheres, enquanto em 2023 a taxa foi reduzida para 43,6 nascidos vivos por 1.000 mulheres no mesmo grupo etário.

Para representar a informação exposta até agora sobre gravidez na adolescência ao nível mundial, latino-americano, costa-riquenho e brasileiro, se mostra continuamente um gráfico para facilitar a compreensão das tendências ao longo do tempo, nos últimos 4 anos.

⁶ No original: A escala mundial, la tasa de nacimientos en la adolescencia (de edades comprendidas entre 15 y 19 años) ha disminuido de 64,5 nacimientos por cada 1000 mujeres en 2000 a 41,3 nacimientos por cada 1000 mujeres en 2023. Sin embargo, las tasas de cambio han sido desiguales en diferentes regiones del mundo, (...) América Latina y el Caribe continúan teniendo una de las tasas más altas a nivel mundial, 51,4 nacimientos por cada 1000 mujeres, en 2023 (OMS, 2024)

Gráfico 1. Taxa comparativa de nascimentos na adolescência no nível mundial, na América Latina, Costa Rica e Brasil (15-19 anos)



Fonte: Elaboração própria com base em Organización panamericana de la Salud

Além dos dados estatísticos, é importante levar em consideração a interrupção das trajetórias de vida das jovens mães e as profundas implicações emocionais para elas e seus filhos, pois a maternidade na adolescência afeta não apenas o curso individual dessas jovens, mas também reflete e reforça as dinâmicas estruturais de desigualdade e exclusão social que devem enfrentar no seu novo contexto e vida. As implicações emocionais estão profundamente entrelaçadas com fatores como estigma social, o recursos de apoio, acesso desigual a recursos educacionais e de saúde, e a perpetuação de ciclos de pobreza. As adolescentes, ao enfrentarem a maternidade precoce, muitas vezes são obrigadas a redefinir responsabilidades, obrigações, suas identidades e papéis dentro da família e da comunidade, enfrentando desafios que vão além do âmbito pessoal e que estão enraizados em contextos culturais mais amplos.

Um exemplo do que foi dito anteriormente, pode ser representado nos dados de abandono escolar, a inserção precoce no mercado de trabalho. No que concerne à Costa Rica, de acordo com um informe realizado pelo noticiário *Elmundo.cr* (2018), em 2017 13.294 mulheres abandonaram seus estudos. Leonardo Garnier, ministro da Educação na ocasião, destacou que o fenômeno se deve a repercussões sofridas pelas estudantes, como

"Exclusão, por problemas de equidade e acesso; expulsão, por um problema de fracasso nos processos de aprendizagem; repulsão, por baixa pertinência e atração (...) Enquanto as estudantes provenientes de famílias com maior nível socioeconômico e maior nível educativo têm mais facilidades para estudar e aprender, o contrário acontece com jovens oriundas de lares mais pobres e, sobretudo, com menor nível educacional. Sonia Marta Mora, ministra do MEP de 2014 a 2018 comenta que o termo deserção foi substituído pelo de expulsão, pois 'é o sistema que não consegue reter o estudante' (Elmundo.cr, 2018) (tradução própria)⁷.

Segundo diversos estudos realizados na Costa Rica, observa-se que o abandono escolar entre as mães adolescentes é um problema significativo. De acordo com o exposto pela CEPAL e UNICEF (2016), 15.767 mulheres deixaram seus estudos, além disso, verificou-se que entre 67% e 89% das mães adolescentes não frequentam a escola.

Ao analisar qual é e como se configura o problema da maternidade, é possível identificar que a gravidez na adolescência é um fenômeno que vai muito além dos riscos físicos. Existem múltiplas afetações vistas a partir de uma perspectiva sociológica, que se agravam nos casos de jovens mães em situação de pobreza, como o desemprego, evasão escolar, e que também não dispõem de uma rede de apoio sólida. Assim, a pessoa se encontra em um nível de alto risco em um ambiente nocivo que não atende às suas particularidades, aspecto que será desenvolvido na próxima seção.

6. Metodologia e procedimentos da pesquisa

Continuamente são explicadas as principais bases metodológicas que guiam a pesquisa de acordo com os objetivos do estudo, para o qual se describe uma contextualização do espaço onde se trabalhou, os método de coleta de dados, a abordagem selecionada, e o processo da análise dos dados obtidos, entre outras técnicas de pesquisa, arquivos e fontes a serem usados.

Com o objetivo de contextualizar as experiências da maternidade adolescente em seus respectivos momentos históricos e culturais, foi realizada uma análise de cada um dos espaços onde o trabalho de campo foi desenvolvido. Esse procedimento visa compreender de que

⁷ Texto original: "Exclusión, por problemas de equidad y acceso; expulsión, por un problema de fracaso en los procesos de aprendizaje; repulsión, por baja pertinencia y atractivo (...) mientras que estudiantes que provienen de familias con mayor nivel socioeconómico y mayor nivel educativo tienen más facilidades para estudiar y aprender, lo contrario ocurre con jóvenes que vengan de hogares más pobres y, sobre todo, con menor nivel educativo."

maneira os fatores contextuais influenciam as vidas das participantes, atribuindo-lhes significados específicos dentro de suas realidades

No processo de coleta de dados no Brasil, o trabalho de campo foi realizado em Uberlândia, residência da pesquisadora, o que facilitou consideravelmente a logística da coleta de dados, incluindo os deslocamentos e agendamento das entrevistas. A proximidade geográfica também contribuiu para a construção de uma relação de confiança e respeito pelo fato de conhecer onde elas moram, elementos essenciais para a qualidade das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas no Assentamento Glória, região leste de Uberlândia, próximo aos bairros Jardim das Palmeiras, Morada Nova e Umuarama. A escolha deste local se justifica pelo fato de apresentar um dos maiores índices de pobreza da cidade, o que estimulou a investigação em tela considerando a temática da maternidade na adolescência em contextos socioeconômicos desfavoráveis, que é um dos objetivos centrais da pesquisa e tem uma equivalência com a situação econômica das entrevistada, em Marañonal, Costa Rica.

Outras particularidades que configuram o clima social e econômico do Assentamento Glória e de seus habitantes é que a comunidade se estabeleceu, inicialmente, como uma ocupação territorial. Segundo o noticiário Globo.com (2020), foi a partir de 2012 que várias famílias formaram comunidades precárias, ou seja, começaram com uma infraestrutura improvisada para as casas, utilizando materiais reciclados. Além disso, não dispunham de energia elétrica, água potável ou esgoto, nem acesso a qualquer outro serviço básico.

Essa situação resultou em impactos significativos na saúde, economia e desenvolvimento integral, criando ambientes inadequados, especialmente para a garantia dos direitos básicos de crianças e gerações futuras. Desde sua criação até a atualidade, o bairro experimentou um crescimento urbano extremamente acelerado, atualmente, abriga 12.000 habitantes, de acordo com dados do Diário de Prefeitura de Uberlândia (2023).

Em 2018, a Universidade Federal de Uberlândia, que era inicialmente proprietária do terreno, realizou a doação, e o governo local reconheceu formalmente a área como Bairro Élisson Prieto (Globo.com, 2020). No entanto, até o momento, ainda são visíveis os efeitos de um ciclo contínuo de pobreza, que é transferido e multiplicado ao longo do tempo; sendo um problema que não afeta apenas a dimensão econômica, mas também questões culturais, educacionais, de segurança pública, segurança alimentar, falta de fonte de emprego e convivência comunitária.

De acordo com relatos das pessoas entrevistadas e observações realizadas no trabalho de campo, apesar de a doação do território ter ocorrido há seis anos, o governo local ainda mantém uma estrutura precária. As ruas continuam sem pavimentação, sendo de terra, e não há sistema de drenagem pluvial, o que causa inundações no período de chuvas, dificultando o trânsito e aumentando o número de acidentes. Além disso, os sistemas de abastecimento de água são deficientes.

O governo municipal também não entregou títulos de propriedade às famílias. Por isso, mesmo investindo na melhoria de suas casas, as famílias das entrevistadas expressam não ter a tranquilidade de saber que as propriedades lhes pertencem, temendo que seus esforços sejam perdidos. Esse contexto revela, dentro da presente análise, que também existem repercussões na saúde mental e psicológica dos residentes.

Recentemente, foram construídos um posto de saúde e uma escola, além de o bairro Elisson Prieto contar com igrejas, supermercados e outros estabelecimentos de produtos gerais. No entanto, o transporte público atende apenas a rua principal do bairro, embora o bairro possua 63 hectares, essa é a única via asfaltada que permite a circulação de ônibus. As entrevistadas também relataram que o transporte privado, como Uber, só chega até a rua principal devido a questões de segurança, considerando que é considerado como um local “perigoso” para pessoas de fora do bairro, questão que afeta e limita a liberdade de circulação.

A abordagem das entrevistadas foi realizada com o intermédio da líder comunitária do Bairro Glória, a Cacica Kawany Tupinambá.

No caso da Costa Rica, o trabalho de campo foi realizado no estado de Puntarenas, município de Esparza, distrito de Marañonal. A escolha deste local se justifica pela anuência do Ebais de Esparza (posto de saúde, equivalente à UAI, no Brasil), que manifestou-se disposto a atuar apenas como ponte de comunicação entre as adolescentes e a pesquisadora, facilitando o contato, com a sua autorização prévia. Os locais das entrevistas foram combinados com cada adolescente, respeitando sua conveniência. Todas elas optaram por realizar as entrevistas nos próprios domicílios.

Uma parte significativa das jovens que mostraram interesse em participar na entrevista, na Costa Rica, residem no bairro conhecido como Esparzol, que no seu início começou também como um assentamento. Embora as moradias tenham sido estabelecidas originalmente como parte de um assentamento precário, atualmente, as famílias conseguiram obter a titularidade legal

das propriedades, contando com os documentos oficiais que as certificam como proprietárias. Inclusive, a maioria das casas recebeu subsídios do governo para sua restauração, ou seja, houve um avanço significativo no nível urbano, pois dispõem de vias asfaltadas, sistemas de drenagem e serviço de transporte público.

No entanto, esse avanço não conseguiu alcançar toda a extensão do bairro, que ainda apresenta características de assentamento precário, com casas que utilizam plásticos como telhados e paredes de latas de zinco deterioradas. Ainda não há centros educacionais ou de saúde propriamente dentro do bairro, razão pela qual as pessoas precisam ir ao centro de saúde mais próximo, localizado a 5 km de distância, ou às escolas, a 4 km e 5 km.

Além disso, o bairro é reconhecido por ter altos índices de criminalidade, violência, tráfico de drogas, evasão escolar e pobreza no município de Esparza. Na comunidade, foi identificado que algumas moradias não têm acesso formal aos serviços básicos de água potável e eletricidade fornecidos pelas entidades reguladoras do governo local. Em vez disso, os residentes implementam conexões informais às redes centrais de distribuição, utilizando métodos autodidatas para garantir o fornecimento.

Essas práticas, derivadas da falta de recursos econômicos para custear o acesso regularizado, refletem a vulnerabilidade estrutural e econômica que caracteriza parte da população, bem como as desigualdades na provisão de serviços básicos essenciais e direitos humanos. Essas condições dificultam a estabilidade econômica e limitam o acesso a serviços básicos e oportunidades educativas, o que resulta, com o tempo, em altos índices de pobreza, trabalhos informais e temporários, ou desemprego.

A partir do exposto, nos dois países, é crucial compreender como todos esses fatores contextuais moldam as experiências das mães adolescentes. As barreiras estruturais e a marginalização dos bairros exacerbam a vulnerabilidade de milhões de habitantes. Além disso, as jovens mães, que já enfrentam um grau maior de vulnerabilidade, têm suas oportunidades de acesso à educação e inserção no mercado de trabalho ainda mais limitadas, impactando diretamente suas perspectivas de futuro. A ausência de um suporte adequado não apenas compromete o pleno exercício da maternidade, mas também reforça padrões de exclusão social que se manifestam de maneira intergeracional.

6.1. Registro de avaliação domiciliar

Com o objetivo de compreender as condições estruturais que embasam as experiências sociais e os cursos de vida de mulheres adolescentes mães, esta seção concentra-se na análise da infraestrutura das casas e da dinâmica familiar das entrevistadas. Busca-se identificar os pontos de convergência entre as participantes, destacando os aspectos comuns e as particularidades que caracterizam os contextos específicos de cada país.

Entre as particularidades, no contexto do Assentamento Glória, Brasil, as moradias das entrevistadas encontram-se em condições precárias, e nenhuma delas pertence às famílias. Três das casas foram obtidas por meio de ocupação territorial, portanto não possuem os títulos legais correspondentes, mas aguardam a regularização necessária; as outras duas são alugadas

No contexto de Costa Rica, algumas das moradias também foram obtidas por apropriação territorial, embora nesses casos já disponham dos documentos legais que as certificam. A maioria das moradias das entrevistadas são alugadas, a particularidade das casas alugadas, aliada à limitada situação econômica das famílias, resulta em constantes mudanças de residência, motivadas por diferentes fatores, como contratos informais ou a ausência do mesmo, as casas apresentam deterioração paupérrima ao longo do tempo, devido à falta de manutenção, e muitas vezes, as famílias são obrigadas a se mudar devido à impossibilidade de pagar o aluguel, sendo obrigadas a despojar; situação o leva ao despejo, e a uma instabilidade emocional maior

Agora entre os pontos em comum, nos dois países estima-se que as casas apresentem um grave estado de deterioração, com paredes, pisos e tetos visivelmente danificados; todos os domicílios apresentam problemas de infiltração no teto. As paredes estão em mau estado de conservação e, em alguns casos, nem sequer estão pintadas, além disso, a umidade provocou o aparecimento de mofo, e em algumas áreas são observados buracos. Essa situação impõe limitações adicionais nas famílias para manter as casas em bom estado, pois as famílias precisam priorizar suas necessidades básicas de sobrevivência.

As casas possuem mobiliário mínimo e, na maioria das vezes, está deteriorado. A maioria dos domicílios carecem de uma sala de jantar, o que obriga as famílias a comer em locais não ergonômicos, como camas, bancos ou até mesmo no chão, usando o colo como superfície para os pratos. Essa falta de condições adequadas para a alimentação reflete as limitações econômicas e infraestruturais que enfrentam.

Quanto às dinâmicas familiares, foram identificados dois tipos de núcleos: os monoparentais, onde a figura materna é a única responsável pelos cuidados e criação dos filhos (devido à ausência dos pais das adolescentes ou do pai de seus filhos); e os núcleos extensos, nos quais, além dos filhos das adolescentes, também vivem seus sobrinhos na mesma casa. Devido às dificuldades econômicas, as famílias não dispõem de tempo nem recursos para atividades recreativas ou culturais, além de enfrentarem dificuldades para lidar com gastos inesperados, situação que permitiu observar tensões nas relações interpessoais.

No âmbito educacional, todos os adultos pertencentes às famílias entrevistadas, relataram ter baixa escolaridade, defasagem escolar e/ou ausência de educação formal, o que limita ainda mais as possibilidades de melhorar a qualidade de vida dessas famílias.

6.2. Método de coleta de dados

Quanto ao método utilizado para a coleta de dados no processo da pesquisa foram:

- **Entrevista Narrativa:** aprofundamento de temas.
- **Questionário semiestruturado:** para identificação do perfil sócio-demográfico da entrevistada.

Schutze (apud. Bauer e Gaskell, 2002, p. 93) sugere uma sistematização da entrevista narrativa, ele baseia sua ideia em “reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, tão diretamente quanto possível”, quer dizer, mediante os relatos literais que oferecem as entrevistadas, é possível reconhecer fenômenos sociais segundo a identificação de padrões dentro da sua cotidianidade.

A proposta sistemática de Schutze sobre as entrevistas narrativas consiste também em incentivar que a pessoa crie uma narração a partir de uma provocação específica, pode ser uma pergunta com relação ao tema desejado, o autor sustenta que uma vez que o informante tenha começado, o contar histórias irá sustentar o fluxo da narração, fundamentando-se em regras tácitas subjacentes (Schutze, apud. Bauer e Gaskell, 2002).

Com o objetivo de seguir o método descrito, foi elaborado um instrumento para garantir uma orientação clara e delimitar os temas a serem desenvolvidos. O instrumento foi estruturado em três segmentos:

1. **Descrição:** Inclui uma explicação concisa sobre os objetivos da entrevista, os direitos das participantes, os benefícios, possíveis riscos, o compromisso com a confidencialidade e o esclarecimento sobre o livre-arbítrio para participar.

2. **Questionário semiestruturado:** Destinado à identificação do perfil socioeconômico, demográfico das entrevistadas, abordando também aspectos como dinâmica familiar e trajetória educacional.
3. **Provocações Narrativas:** Utiliza-se o conteúdo já apresentado pela participante para formular questões que promovam o aprofundamento nas experiências em relação à maternidade, sem introduzir novas ideias ou conceitos externos. Quer dizer, permitindo o aprofundamento e a continuidade sob as narrativas e os objetivos desejados.

Cada entrevista teve uma duração mínima de 30 minutos e máxima de 1 hora e 20 minutos. Em todos os casos foram solicitados assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nos casos de menores de 18 anos, este Termo foi assinado, também, pelas respectivas pessoas responsáveis. As entrevistas foram conduzidas em um ambiente privado e seguro, audiogravadas com prévio consentimento das participantes, e posteriormente, foram transcritas na íntegra para a sua análise.

Sobre outros aspectos teórico-metodológicos que são considerados dentro da entrevista narrativa, no quadro 3 se encontram as principais fases descritas por Sandra Jovchelovitch & Martin W. Bauer:

Quadro 3. Fases principais da entrevista narrativa

Fases	Regras
Preparação	<ul style="list-style-type: none"> - Exploração do campo - Formulação de questões exmanentes -Criar familiaridade com o campo de estudo
Iniciação	<ul style="list-style-type: none"> -Formulação do tópico inicial segundo interesses do entrevistador. -O procedimento é explicado ao informante. -Evitar que se tomem posições ou se assumam papéis de parte do pesquisador -Evitar referir datas, nomes ou lugares. Devem ser trazidos somente pelo informante.
Narração central	<ul style="list-style-type: none"> - Não interromper, só sinais não verbais de escuta atenta. - Esperar pelos sinais de finalização para inserir a seguinte pergunta e continuar a narração. -Se pode tomar notas ocasionais para perguntas posteriores, se isto não interferir com a narração.
Fase de perguntas	<ul style="list-style-type: none"> - Ir de perguntas exmanentes (derivam dos objetivos ou tópicos do pesquisador) para imanentes (derivam da narrativa do entrevistado) -Se recomenda usar as palavras do informante - Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes - Não discutir sobre contradições - Não fazer perguntas do tipo "<i>por quê?</i>"
Fala conclusiva	<ul style="list-style-type: none"> - Parar de gravar - Permitir perguntas do tipo "<i>por quê?</i>" - Fazer anotações imediatamente após a entrevista

Fonte: Elaboração própria com base em Schütze (apud Bauer e Gaskell, 2002: 97).

Dessa forma, a aplicação estruturada da entrevista narrativa descrita por Schütze (1977), proporcionou uma compreensão mais abrangente, assegurando que as narrativas fossem construídas de forma fluida, com escuta activa e respeitando o ritmo e as perspectivas individuais

das adolescentes. Isso também possibilitou que os dados coletados refletissem, de maneira fiel, as realidades sociais vivenciadas pelas participantes.

6.2.1. Método de análise dos dados obtidos nas entrevistas.

Optou-se por utilizar uma abordagem qualitativa para obter uma compreensão mais profunda da experiência de mães adolescentes em vulnerabilidade social de Uberlândia e de Maraçonal, pois a abordagem se baseia em princípios que fornecem várias ferramentas metodológicas para a pesquisa social e que permite alcançar um conhecimento científico construído coletivamente a partir de suas experiências e da teoria selecionada.

A esse respeito, Cardoso (2004) afirma que, por meio da abordagem qualitativa, é possível focalizar a atenção nos sistemas simbólicos que se configuram nas inter-relações das pessoas e nos significados que elas dão às suas experiências. Razão pela qual a abordagem permite que o presente estudo se aproxime da realidade da população em questão de forma horizontal, sob a premissa de que o conhecimento construído se baseia em seus conhecimentos, preocupações e significados, e não apenas em pressupostos teóricos.

Como se trata de amostragem qualitativa, não é possível, a priori, a definição precisa da quantidade de entrevistas que serão necessárias para alcançar a saturação desejada. Por se tratar de estudo de caso, o tamanho da amostra, estimou uma aproximação de 5 participantes na Uberlândia e 5 no Maraçonal.

6.2.2. Enfoque analítico dos dados

Para analisar a informação obtida, será utilizado o Enfoque de Análise de Conteúdo, pois ele proporciona uma abordagem sistemática para identificar padrões, categorizar significados emergentes, processar os temas e significados respeitando seu contexto original (Gerbner, 1969).

Resulta importante esclarecer que a análise central desta pesquisa está fundamentada prioritariamente nos dados obtidos a partir das entrevistas narrativas realizadas com mães adolescentes na Costa Rica e no Brasil, quer dizer, as entrevistas são a principal fonte de informação. Ainda assim, o enfoque também permitirá a análise de conteúdo de documentos acadêmicos que servirão como apoio complementar, por exemplo: publicações acadêmicas sobre representações sociais da maternidade adolescente, documentos informativos (legislações oficiais, divulgações de notícias em jornais) sobre políticas públicas de gênero em cada país,

relatórios governamentais, teses e dissertações e estudos de caso, revistas sobre Condições Sociopolíticas e Econômicas em Uberlândia e Maraú, artigos científicos, entre outros livros, jornais, revistas e publicações acadêmicas.

Esse enfoque secundário tem o objetivo de ampliar e aprofundar a interpretação dos achados empíricos, conectando as narrativas das participantes com a fundamentação teórica e os contextos socioculturais que permeiam a pesquisa. Assim, a análise de conteúdo torna-se uma ponte entre os dados empíricos e a teoria, sem perder de vista a centralidade das entrevistas narrativas.

O que permite também identificar pontos de convergência e divergência, e, assim, aprofundar a compreensão dos fenômenos em estudo, atualizando a teoria com a realidade, além de possibilitar um suporte para a consolidação de hipóteses, objetivos e novas teorias.

Continuamente se expõem os passos teórico-metodológicos que guiarão a interpretação e análise de conteúdo das entrevistas, de acordo com a teoria exposta por Bardin (2011, apud, Sousa e Santos 2020):

6.2.2.1. Pré-análise

O objetivo da etapa é selecionar e organizar a informação que será útil. A descrição da etapa consiste em 4 etapas: leitura flutuante, escolha dos documentos, reformulações de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores (Bardin, 2010, p. 1401).

Dessa forma se tomou como material a) o instrumento de coleta de dados, b) as entrevistas realizadas às adolescentes mães em condição de pobreza de Uberlândia e Maraú, e c) alguns documentos acadêmicos de caracterização teórica. A leitura possibilitou sistematizar as ideias preliminares para a codificação dos indicadores, que são elementos de marcação para permitir extrair das comunicações a essência de sua mensagem (Bardin, 2010).

6.2.2.2. Exploração do material

Item por finalidade a categorização ou codificação no estudo.

Segundo Sousa e Santos (2020) este passo envolve a leitura minuciosa das transcrições das entrevistas e implica a divisão do texto em amplas unidades conceituais para organizar a análise, quer dizer, trata-se de um processo de categorização que organiza conceitualmente os dados, agrupando elementos similares em categorias temáticas que refletem aspectos-chave da

investigação. Para este estudo, as categorias principais identificadas foram: "Emoções principais", "Redes de apoio" e "Mudanças no cotidiano".

Por outro lado, a codificação é um processo mais técnico e operativo, que implica designar códigos específicos dentro das unidades de análise, como palavras, frases e expressões relevantes, que facilitem a identificação dentro do texto, relação e relevância dentro de cada categoria. Serão registrados indicadores como:

a) Para a categoria das emoções principais:

- Emoções e sentimentos: como vergonha, culpa, ódio, ira, medo, felicidade, amor; bem como declarações pessoais tipo "eu me senti", "eu pensei" ou metáforas.
- Sentimentos de ambivalência: expressões como "não sei o que sentir", "ao mesmo tempo feliz e triste", ou "confusa".
- Descrições de estados emocionais: "ansiedade", "frustração", "esperança", "desespero", ou "alívio".
- Linguagem corporal descrita: frases como "eu chorei", "não consegui dormir", "tremia por..", ou "sorri de felicidade"
- Indícios de resignação ou aceitação: frases como "é o que é", "não tinha escolha", "aprendi a lidar",

b) Para a categoria das Redes de apoio:

- Redes de apoio familiar: "meus pais me disseram", "(não) tive apoio de...", "fui rejeitada pela"
- Redes de apoio educacional: menções de "professores", "orientadores", "escola", "colégio", "colegas"; também frases como "o colégio (não) me deu suporte", "o professor me ouviu", "o melhor da escola foi", "o pior da escola foi".
- **Redes de apoio religiosa:** relatos tipo crenças religiosas, "acredito em" "a igreja me acolheu", "encontrei consolo na fé", ou "me sinto amparada pela comunidade religiosa".
- **Influência das redes de apoio nas emoções:** "me senti mais tranquila com o apoio da...", "a falta de apoio me deixou frustrada", ou "o apoio institucional me deu esperança". Comentários como "me julgaram", "fiquei com vergonha do que iam pensar". Termos que refletem expectativas, como "preocupação com o futuro", "esperança de dias melhores", ou "medo de não dar conta".

c) Mudanças no cotidiano e suas repercussões emocionais e sociais

- **Mudanças nas rotinas diárias:** "não consigo mais sair com os amigos", "agora meu dia é todo focado no bebê", "minhas atividades mudaram completamente", "não tenho mais tempo para mim".
- **Impacto na identidade adolescente:** "antes eu sonhava com ser..." "me sinto diferente agora", "não sou mais a mesma pessoa", "minha vida é agora como mãe", "perdi um pouco de quem eu era antes da gravidez".
- **Adaptação a novas responsabilidades:** "agora sou responsável por outra vida", "sinto o peso de ser mãe", "não tenho mais as mesmas responsabilidades de antes", "preciso aprender a me organizar para dar conta de tudo".
- **Mudanças sociais e relacionais:** "me afastei das minhas amigas", "não consigo mais acompanhar as conversas sobre a escola", "sinto que as pessoas me julgam", "minha relação com meus pais mudou".
- **Impacto emocional:** "me sinto sobrecarregada", "o medo de não dar conta me consome", "sinto uma pressão constante", "às vezes, fico desesperada, mas tento seguir em frente", "sinto que estou deprimida", "não tenho forças para nada", "me sinto bem fisicamente, mas emocionalmente estou cansada", "minha saúde mental mudou com a maternidade".

Em resumo, a categorização possibilita a construção de um marco referencial mais amplo, segmentando e organizando as informações conforme os principais subtemas da pesquisa. Enquanto a codificação desdobra as informações em unidades mais detalhadas e específicas, com o propósito de aprofundar os temas previamente definidos nas categorias. Dessa forma, é possível reconhecer que cada uma das etapas se complementam, garantindo uma análise integral que conecta de maneira precisa os resultados obtidos aos objetivos específicos estabelecidos.

6.2.2.3. Tratamento dos resultados

Se foca no tratamento dos resultados e interpretação.

Após a identificação e a subcategorização da informação, o processo de tratamento dos resultados envolve, inicialmente, a elaboração de uma descrição que sintetize os principais achados de cada categoria (FOSSÁ, 2013). Em outras palavras, se deve fazer uma exposição de

padrões, tendências e conexões, utilizando citações textuais dos dados originais para ilustrar os pontos-chave de forma clara e fundamentada.

Posteriormente esta técnica de pesquisa, vai além de uma mera descrição dos dados coletados, implica um trabalho minucioso de análise, prestando especial atenção aos aspectos explícitos quanto aos implícitos nas mensagens, visando alcançar uma interpretação que possa revelar as nuances e complexidades do fenômeno investigado. Conforme ressalta Morales (1999, p. 12), "uma boa análise de conteúdo não deve limitar-se à descrição". É importante que procure ir além, atingir uma compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens através da inferência e interpretação". Nesse sentido, se precisa desvelar significados subjacentes, oferecendo uma visão mais rica e complexa sobre o objeto de estudo.

Por tanto o método a seguir nesta etapa, enfatiza em fazer um movimento circular entre a interpretação, teorização e compreensão, e em cada retomada do ciclo se procura atingir maior profundidade na análise, esclarecendo que o ato de interpretação não é linear, exige várias constantes que aprimoram e aprofundam a análise realizada (Morales, 1999).

Assim, a interpretação é amplamente reconhecida como um passo essencial e indispensável na etapa de análise de resultados. Por meio dela, é possível não apenas consolidar as informações obtidas, mas também conferir maior profundidade e significado às reflexões desenvolvidas ao longo do estudo.

6.3. Critérios de inclusão das participantes

Alguns dos critérios levados em conta para a seleção da população da pesquisa são os seguintes:

- Mulheres que tenham se tornado mães antes dos 18 anos de idade, e que atualmente não tenham mais de 23 anos de idade.⁸
- Mulheres com status econômico: pobreza básica ou pobreza extrema.

⁸ A delimitação da idade das participantes em torno de 23 anos nos critérios de inclusão, se baseia na teoria do desenvolvimento cerebral proposta por Izaguirre (2017). Segundo essa teoria, o lóbulo frontal, região cerebral crucial para funções como controle de impulsos, planejamento e tomada de decisões, ainda está em processo de desenvolvimento na adolescência e na aduldez jovem, alcançando sua maturidade funcional por volta dos 20-25 anos. Porém, não é apenas uma questão baseada em aspectos físicos; pelo contrário, investiga-se como essas questões físicas se manifestam nas marcações culturais e sociais nos estilos de vida. Na seção de Juventudes, nos pontos 5.2 e 5.3", constroi-se e explica-se a juventude principalmente por meio de marcações culturais e sociais.

- 5 mulheres residentes em Uberlândia e 5 em Maraú.
- Mulheres que tenham pleno discernimento e capacidade de consentir livre e esclarecidamente sua participação.
 - Além da autorização dos responsáveis legais, quando for o caso (somente no caso das jovens tivessem menos de 18 anos de idade).

Diante da situação em que o número de mulheres que atendem aos critérios de elegibilidade supera a quantidade de entrevistadas previamente definidas, a seleção das participantes será realizada por meio do Método do Índice de Pobreza (MIP) do respectivo país. Esse método visualiza identificar as mulheres em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, priorizando aquelas que apresentam os níveis mais elevados de pobreza.

7. Apresentação dos resultados

7.1. Contextualização dos perfis das jovens entrevistadas.

O trabalho de campo foi realizado em dois momentos: no Brasil, durante o mês de dezembro de 2023, e na Costa Rica, nos meses de janeiro e fevereiro de 2024. No total, foram conduzidas 10 entrevistas semiestruturadas e narrativas, sendo 5 em cada país. Todas as entrevistas ocorreram nas casas das participantes, decisão tomada por elas devido à comodidade e privacidade que esse ambiente proporcionava. Apesar de serem oferecidas outras opções, como centros de saúde ou bibliotecas, as entrevistadas preferiram receber a pesquisadora em suas casas, destacando a falta de tempo ou recursos econômicos para se deslocarem, além da tranquilidade de estarem com seus filhos em um espaço familiar.

Todas as participantes que demonstraram interesse em contribuir com o estudo tiveram acesso a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O documento detalhou os benefícios, a confidencialidade e os direitos garantidos dentro da pesquisa, sendo assinado tanto pelas participantes quanto pelos responsáveis, no caso das menores de 18 anos.

Os instrumentos utilizados na pesquisa foram avaliados pelo orientador da pesquisa, Dr. Márcio Ferreira de Souza, professor da Universidade Federal de Uberlândia, reconhecido por sua experiência em sociologia com ênfase em estudos de gênero, sociologia das emoções e humilhação social.

Como foi dito na metodologia, o instrumento aplicado foi organizado em três segmentos:

- a) uma breve explicação do projeto (visando fazer uma introdução ao entendimento das

participantes sobre o que iriam participar), b) questionário semiestruturado⁹, e c) provocações narrativas¹⁰.
Eso es apenas un ejemplo

Continuamente vai se desenvolver os resultados do segmento dois, a entrevista semiestruturada, que de acordo com os princípios teórico-metodológicos de Bardin (2010), consiste na descrição dos perfis das participantes — respeito às informações descritivas do perfil da pessoa como estrutura da família, escolaridade, estatus socioeconómico, entre outras opções.

Os dados apresentados nesta etapa têm como objetivo exclusivo descrever os resultados obtidos, oferecendo ao leitor uma visão inicial das trajetórias das adolescentes entrevistadas. Essa abordagem descritiva delimita o ponto de partida necessário para análises posteriores, nas quais as informações serão interpretadas de maneira crítica e aprofundada. Dessa forma, esta etapa inicial constitui uma base essencial para orientar e fundamentar as futuras análises, garantindo uma interpretação embasada nos princípios da sociologia

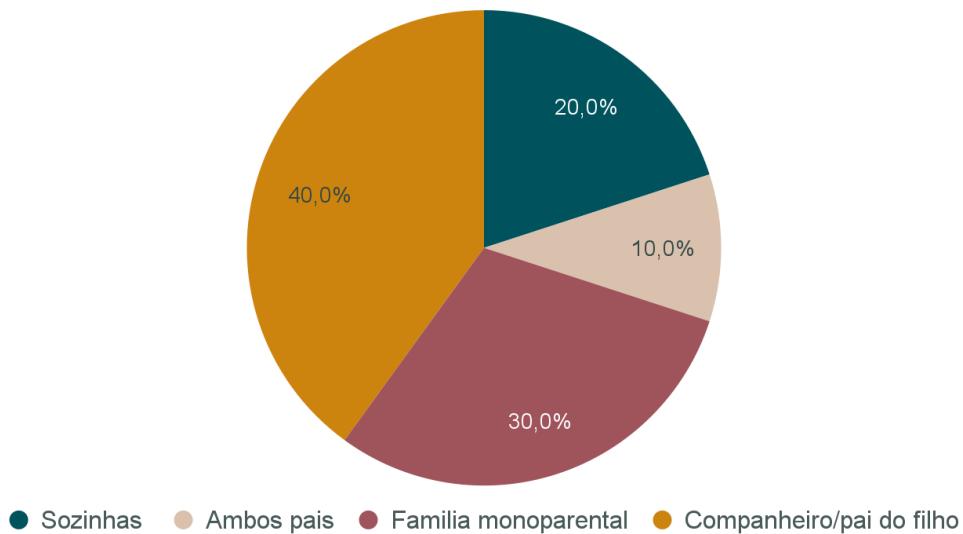
O grafico dois apresenta a composição dos lares em que vivem as adolescentes, e dizer com quem elas compartilham suas residências, além de seus filhos: duas delas moram sozinhas, quatro delas moram como seus companheiros/pais dos seus filhos, sendo que somente uma das entrevistadas mora com seus dois pais e irmãos e três delas constituem parte de família monoparental¹¹, o que se traduz nesse caso especificamente que dentro de casa mora unicamente a progenitora, e o progenitor se encontra fora, além de alguns irmãos. Continuamente de ilustra o descrito:

⁹ Destinado a uma identificação do perfil socioeconômico, demográfico, dinâmica familiar, além de trajetórias educacionais. Com a finalidade de fazer uma descrição dos pontos preliminares das suas vidas

¹⁰ Corresponde à terceira e última etapa da coleta de dados, no qual se fornecem perguntas provocadoras, para aprofundar nos temas e objetivos em discussão, o que vai servir para a análise e confrontação com a teoria.

¹¹ A **família monoparental** é a configuração familiar composta por um único progenitor e seus filhos, sem a presença do outro progenitor.

Gráfico 2. Composição dos lares
Com quem elas moram além dos filhos¹²



Fonte: Elaboração própria, 2025

Com quem convivem as mães adolescentes, pode ser analisado como um fator de risco e, em certos casos, como uma problemática que impacta diretamente sua qualidade de vida. A combinação de responsabilidades educacionais, laborais e de cuidado com seus filhos, somada às limitações financeiras, restringe significativamente o tempo e os recursos necessários para equilibrar essas demandas.

Em particular, para as jovens mães menores de idade, Novellino (2010) assegura que aquelas que residem com seus pais, ou ao menos com um deles, costumam contar com maior apoio financeiro, afetivo e nas tarefas de cuidado com seus filhos. Esse suporte contribui para reduzir o grau de vulnerabilidade social enfrentado por elas, oferecendo uma rede de proteção e contenção que mitiga as dificuldades próprias da maternidade precoce.

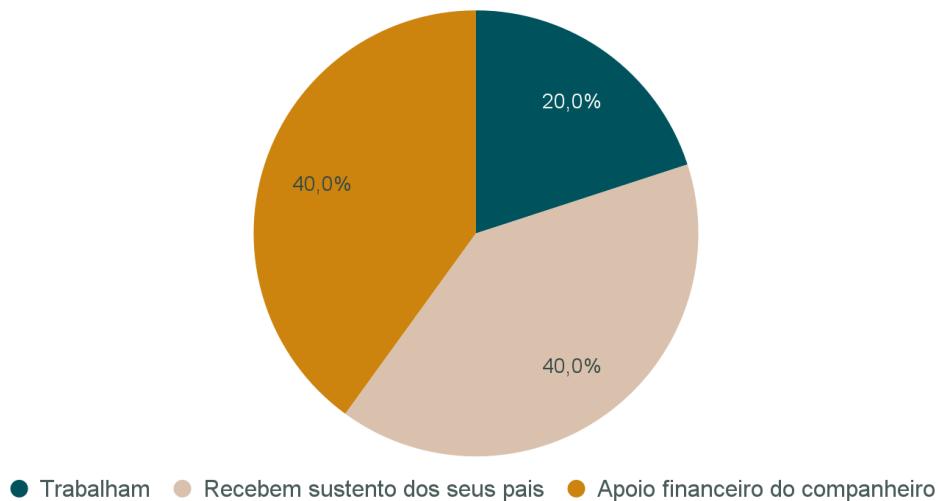
Assim, a configuração familiar e o ambiente de convivência emergem como aspectos fundamentais a serem considerados posteriormente na análise dos resultados. Evitando interpretações reducionistas ou moralistas sobre o papel da família, este item da entrevista será analisado não apenas pela existência ou ausência de apoio afetivo e econômico, pelo contrário, essas informações sobre a configuração dos lares serão organizadas e projetadas para serem

¹² O parentesco descrito nas opções é sempre em relação com a entrevistada, exemplo, quando se fala de pais, são os pais da entrevistada.

examinadas sob a perspectiva de que a carência de figuras de apoio, pode contribuir para perpetuar desigualdades estruturais e sociais, impactando o desenvolvimento das jovens mães e de seus filhos, de acordo com suas possibilidades e limitações nos diferentes contextos.

O gráfico três mostra justamente de que jeito as meninas, diante da ausência ou presença de redes de apoio institucionais, têm que se organizar para atender e solucionar suas necessidades fundamentais. De maneira causal, se apresenta no mesmo porcentagens de mulheres (correspondente às mesmas pessoas) que moram sozinhas é a mesma porcentagem de mulheres que falaram que se encontram trabalhando. E dizer, a ilustração do gráfico dois mostra: duas das participantes se encontram trabalhando para dar sustento a seus filhos, das entrevistadas que moram com um ou seus dois pais: 4 delas satisfazem suas necessidades e lá de seus filhos mediante o ingresso e apoio de suas figuras progenitoras, mesmo resultado para as 4 participantes faltantes que moram com seus colegas/pais dos filhos, satisfazem suas necessidades mediante o apoio do parceiro, tal como se pode observar na ilustração continuamente:

Gráfico 3. Organização financeira
De qual forma atendem suas necessidades fundamentais



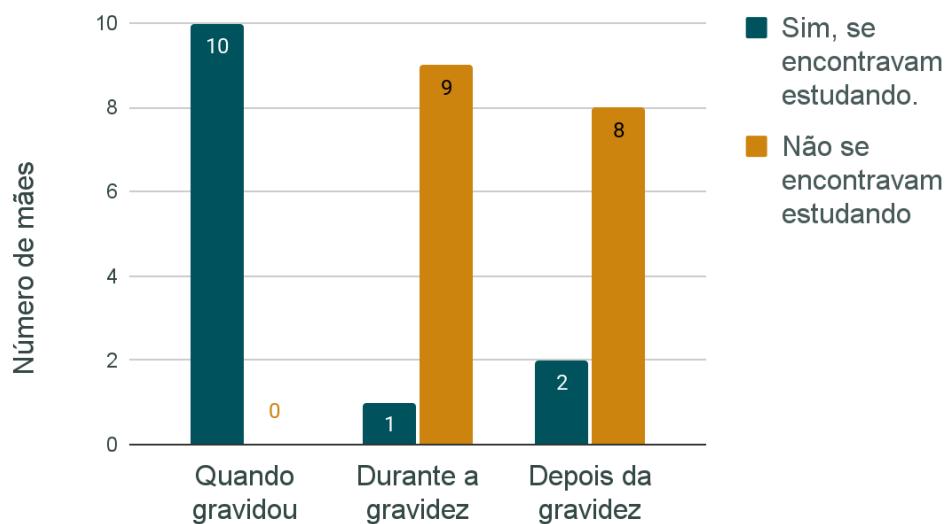
Fonte: Elaboração própria, 2025

Conforme mencionado anteriormente, este item da entrevista semiestruturada, além de ser descritivo nesta seção, servindo apenas como uma forma de contextualização sobre as realidades do trabalho de campo, onde e com quem foi desenvolvido, é utilizado como uma

antecipação para a determinação e delimitação de qual perspectiva será utilizada para analisar as informações posteriormente. No caso específico do gráfico três, os dados evidenciam situações de dependência econômica que, apesar de proporcionarem sustento a curto prazo, aprofundam estruturas de desigualdade de gênero ao limitar a autonomia. Para as jovens que trabalham, a situação não é menos complexa, já que muitas precisam equilibrar suas responsabilidades laborais com as tarefas de cuidado dos filhos e, em alguns casos, com a continuidade de seus estudos. Ademais, é importante mencionar que os trabalhos relatados não ofereciam garantias trabalhistas, o que resultava em salários abaixo do mínimo.

Sobre os estudos, no Gráfico 4, intitulado "Escolaridade em relação à maternidade", observa-se as jovens mães e sua situação educacional em três momentos distintos: quando ficaram grávidas, durante a gravidez e após a gravidez.

Gráfico 4. Escolaridade em relação à maternidade

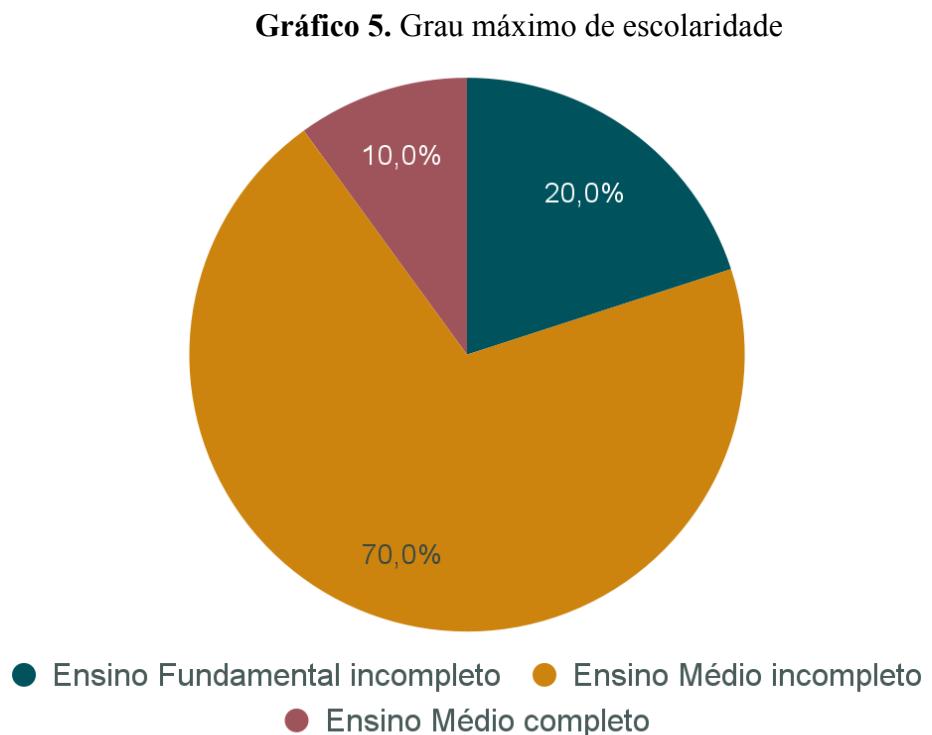


Fonte: Elaboração própria, 2025

A questão referente à escolaridade nesses momentos específicos, tem como objetivo compreender as implicações dessa experiência na vida das jovens mães. Os dados revelam que, no momento em que engravidaram, todas as jovens estavam estudando. Contudo, durante a gestação, observou-se uma mudança significativa: 9 das 10 mães deixaram de frequentar a escola, representando uma ampla maioria, enquanto apenas 1 jovem permaneceu nos estudos. Após a gravidez, conforme evidenciado nas barras do gráfico, apenas 2 das jovens retomaram os

estudos, enquanto as outras 8 não voltaram a frequentar os estudos. Esse padrão reflete uma interrupção significativa da trajetória educacional das mães adolescentes, tanto durante quanto após a gestação. Comparando os momentos analisados, nota-se uma quase inversão dos resultados iniciais, demonstrando um impacto profundo da maternidade sobre a continuidade dos estudos.

Em continuidade, o Gráfico 5 apresenta o grau máximo de escolaridade alcançado por elas até o momento atual que foi feita a entrevista:



Fonte: Elaboração própria, 2025

Os dados mostram que 7 das 10 jovens não completaram o Ensino Médio, permanecendo com o Ensino Médio incompleto, apenas 1 das 10 jovens concluiu o Ensino Médio, enquanto 2 delas não chegaram a finalizar o Ensino Fundamental. Esses resultados reforçam a relação direta entre a interrupção educacional observada durante e após a gravidez (como mostrado no Gráfico 4) e o baixo grau de escolaridade alcançado posteriormente.

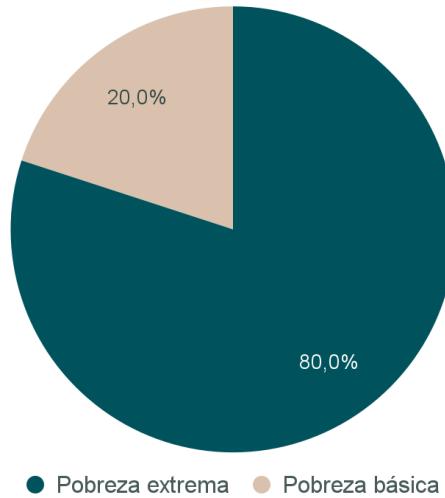
Observa-se que o impacto na educação das jovens mães se estende a longo prazo, mas não é a maternidade em si a responsável por isso. A baixa escolaridade está mais diretamente relacionada às desigualdades no acesso a oportunidades e recursos, que permeiam a trajetória de

muitas dessas mulheres na sociedade. A partir dessa perspectiva, é possível reconhecer que a falta de continuidade nos estudos não se deve exclusivamente ao fato de terem filhos ou à maternidade precoce, mas, sobretudo, às condições estruturais e econômicas que limitam o acesso a recursos essenciais para sua educação.

Algumas jovens relataram não ter apoio ou alguma rede institucional para cuidar de seus filhos enquanto frequentavam as aulas, embora tivessem o desejo de continuar seus estudos. Outras, por sua vez, relataram que, mesmo tentando retornar, enfrentaram barreiras, como a recusa de suas professoras em não permitir a entrada com os bebês, assim como queixas de colegas de classe.

Assim, as jovens, movidas pela necessidade urgente de sustentar a si mesmas e a seus filhos, enfrentam desafios agravados pela baixa escolaridade e pela escassez de recursos econômicos, o que frequentemente as conduz à aceitação de empregos precários e desprovidos de garantias trabalhistas, o que faz perpetuar sua condição de empobrecimento. Essa realidade reflete diretamente nas condições de status socioeconômico das jovens, tema que será ilustrado continuamente:

Gráfico 6. Status socioeconômico das entrevistadas



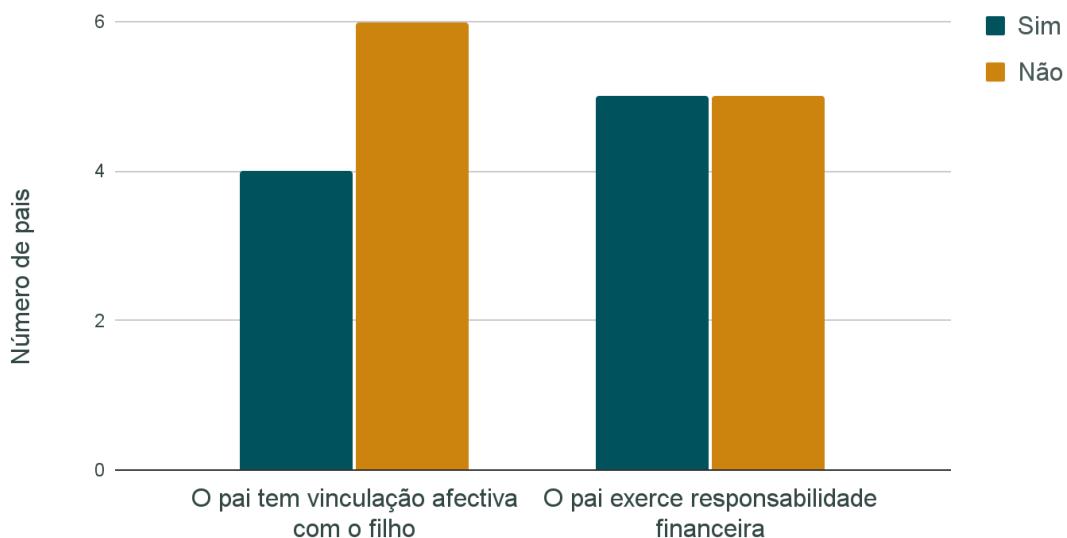
Fonte: Elaboração própria, 2025

Os números revelados no Gráfico 6, mostram que 8 das 10 entrevistadas vivem em condições de pobreza extrema, enquanto as outras 2 enfrentam pobreza básica. Os dados

refletem sobre os múltiplos fatores de vulnerabilidade e dificuldade que enfrentam as jovens; as dificuldades cotidianas, marcadas pela luta constante para prover o mínimo necessário para si mesmas e seus filhos. Esta pergunta foi incluída na entrevista justamente para destacar e examinar dentro da pesquisa sobre os desafios estruturais que perpetuam esse ciclo de vulnerabilidade, da maternidade preços em relação à pobreza, afetando suas escolhas e oportunidades. Justamente, a análise dos resultados do objetivo 3 buscará explorar como essas condições influenciam suas trajetórias.

Complementando os aspectos sociais e emocionais que moldam a trajetórias de vida das jovens, o Gráfico 7 oferece uma visão essencial sobre a relação com o pai da criança:

Gráfico 7. Relação do pai com a criança



Fonte: Elaboração própria, 2025

A questão foi incluída na pesquisa para compreender de que forma a presença ou ausência paterna pode influenciar tanto no desenvolvimento da criança quanto nas de vida das mães. Os resultados apresentados foram: 6 dos 10 pais, não tem vinculação afetiva com seus filhos, as jovens disseram nas entrevistas que os filhos nunca vieram. Sobre a responsabilidade financeira 5 dos 10 pais, cumprem com os pagamentos das necessidades fundamentais de seus filhos. No gráfico permitem analisar as dinâmicas familiares e os desafios emocionais e estruturais que surgem na construção dessa relação, oferecendo elementos essenciais para aprofundar a análise no âmbito do objetivo 2.

Diante o panorama mostrado, os próximos segmentos aprofundarão a interpretação crítica desses achados, buscando compreender como essas dinâmicas afetam suas perspectivas futuras e analisar os desafios que persistem na sua autonomia e bem-estar.

7.2. Análisis de resultados

A maternidade adolescente em contextos de pobreza é uma realidade complexa que exige um olhar atento às dimensões emocionais e sociais envolvidas. Essa estrutura teórica busca contribuir para esse entendimento, organizando a análise em três eixos principais. Primeiro, serão explorados os fundamentos teóricos da sociologia das emoções, com o objetivo de desvendar as raízes sociais das experiências afetivas e emocionais das adolescentes, junto com uma análise das emoções predominantes associadas à maternidade adolescente, considerando as dimensões positivas e negativas dessa experiência à luz das informações obtidas no trabalho de campo. Em seguida, será feita uma reflexão sobre o conceito de juventude, explorando os desafios e as oportunidades oferecidas a essa faixa etária, compreendendo a influência da estrutura social na configuração da transição da infância para a vida adulta. Por fim, a pesquisa investigará as principais vivências e transformações que as adolescentes têm experimentado em suas rotinas diárias após se tornarem mães.

7.2.1. Sociologia das emoções

Em relação à sociologia das emoções ao longo da história tem-se questionado se realmente as emoções são um tema de sua competência, para resolver tal questionamento, resulta fundamental expor o postulado por Barbalet (1998, p. 22) quem consegue explicar que "os padrões das experiências emocionais são diferentes em sociedades diferentes, porque existem fatores estruturais que criam séries de oportunidades particulares e limitadas, de modo que as possibilidades de ação das pessoas estão restrinvidas" de acordo com o contexto onde os humanos se encontram. Por isso, o recomendado seria pensar que existem experiências emocionais que são sociais e reações individuais, em resposta às particularidades que tem a pessoa.

É por esse motivo que Barbalet (1998, p. 22) se refere às emoções como um fenômeno social, visto que "são necessárias para explicar os próprios princípios fundamentais do

comportamento social", isso porque é possível identificar que existem padrões nas experiências emocionais de acordo com o contexto, cultura.

A partir da teoria exposta e o trabalho de campo desta pesquisa, é possível analisar como as construções socioculturais influenciam nas experiências emocionais das adolescentes em condição de pobreza frente à maternidade não planejada. Tomando como referência o apresentado por Barbalet (2001), sobre a variabilidade das emoções segundo culturas e contexto sociodemográfico, foram selecionados como contextos de estudo o Assentamento Glória em Uberlândia (Brasil) e o Assentamento Esparza e o Bairro Marañonal (Costa Rica), pois embora ambas localidades compartilhem condições de marginalização e exclusão, apresentam realidades culturais distintas que enriquecem a análise e possibilitam mostrar o contraste e diferenciação na maneira como se constituem as emoções de um lugar para outro.

Em suma, este desenho metodológico e os relatos das jovens não só enriquecem a compreensão sociológica das emoções, mas também contribuem para identificar fatores que, no futuro, possam mitigar as consequências negativas dessas experiências em populações vulneráveis.

Para realizar a análise de como as emoções se configuram, vai se abordar cada uma delas separadamente, com a intenção de evidenciar: a) quais foram as principais emoções que as participantes mencionaram sentir em relação a maternidade precoce segundo seu contexto, e b) fazer uma análise de como essa emoção se configurou no nível sociológico.

De acordo com Bourdieu (2010) as emoções dolorosas são entendidas como aquelas que têm o poder de desorganizar os processos sociais e os sistemas de ação orientados por metas. Isso significa que, sobre as emoções de culpa, medo, vergonha, ódio ou humilhação, as pessoas podem perder o foco em seus desejos e objetivos. Esses estados emocionais de forma intensa e persistente, podem gerar marcas profundas no estado de ânimo, razão pela qual tem o nome dito em cima, pois alteram a forma como os indivíduos interpretam e respondem às situações sociais, deixando uma sensação de angústia emocional.

Por exemplo, uma jovem que enfrenta constante e intensa humilhação ou culpa na sua vida, pode tomar decisões guiadas exclusivamente pela necessidade de evitar os sintomas de angústia, deixando de lado seus próprios desejos e aspirações por um caminho que possa dispor da satisfação de necessidades básicas. Para ilustrar este ponto, se considera o seguinte fragmento de uma das entrevistas:

Eu sempre quis ser cabeleireira, porque para mim era muito fácil fazer tudo isso.... Sempre sonhei em ter um salão, fazer cortes, colorações... Só que aí, quando eu tive o primeiro bebê, e logo um após o outro, meus sonhos morreram. Mas agora, preciso me dedicar o tempo todo aos cuidados deles, mesmo ainda gosto de me imaginar aí, o sonho já foi! porque tenho que cuidar deles até crescerem, até eles crescerem, mas depois já vou ser velha (Ana Laura, 2023).

O exposto pela entrevistada pode ser analisado e compreendido também pela teoria apresentada por Lise Bourbeau (2022), que explica que existem emoções dolorosas e experiências traumáticas na infância e juventude que levam as pessoas a construir máscaras em sua personalidade como mecanismos de sobrevivência, afastando inconscientemente tudo aquilo que provoca medo, vergonha, solidão, ira, culpa, estresse, para se proteger no inconsciente. Como se exemplifica no caso da entrevista com Ana Laura, quem na entrevista falou que mesmo tendo uma vocação, gosto e habilidade sobre o estilismo, demarcou que já não era mais um sonho ou meta na sua vida, eliminando e afastando a ideia de fazê-lo algum dia, diante do medo e inseguranças que seus recursos materiais e condições de vida não são possíveis agora, segundo sua perspectiva.

Por conseguinte, as experiências emocionais traduzem a maneira como se configuram os gostos e as decisões das pessoas. No entanto, essas mesmas experiências também são moldadas, ao longo da história, pelo contexto sociodemográfico, pelas condições culturais e pela estrutura social, que delimitam e reconfiguram tais vivências.

Portanto, as pessoas que enfrentam emoções dolorosas de maneira intensa e reiteradamente, e estas intentam ser reprimidas e ocultas, elas não desaparecem, pelo contrário tendem a se manifestar em sintomas neuróticos, como ansiedade, depressão e fobias, além de influir no comportamento e pensamento das pessoas (Freud, 1926), o que leva as pessoas a agir de uma forma que não necessariamente corresponde aos seus objetivos ou desejos, mas sim à pressão de seu entorno de sobrevivência, tomando decisões não com base no que querem, mas no que garante sua subsistência, e dizer agindo e decidindo a partir das emoções dolorosas descritas.

Considerando o contexto de pobreza e de vulnerabilidade da população participante da pesquisa, é compreensível que em alguns casos, se vivenciem tensões e privações como na insegurança alimentar ou a falta de acesso a serviços básicos, o que as leva a maioria das pessoas a priorizar a suas necessidades básicas e adiar o reconhecimento de suas emoções e interesses. Como é o caso da entrevistada Maryeli (2023) da Costa Rica

Eu queria terminar os estudos, mas desde que virei mãe, e já com duas filhas, tive que procurar trabalho para a gente poder comer. Além disso, precisava achar alguém pra cuidar delas, comprar fraldas, roupa, e nem tinha como pagar o uniforme da mais velha ou para levá-las ao pediatra. Antes, eu me preocupava com os estudos, mas agora o que pesa mais em mim é o medo por elas duas (as duas filhas). Nem é tanto pela responsabilidade de sustentar elas, mas sim pela responsabilidade de criá-las bem, de dar uma boa educação. Eu me preocupo pra que elas não passem pelo que eu passei. Queria colocá-las dentro de uma bolha de vidro e proteger elas de tudo. A responsabilidade de criar elas, mesmo sendo frustrante e cansativo, faz que eu tire forças de algum lugar e pense “eu tenho que conseguir, eu vou conseguir, pra que elas não passem pelo que eu passei”.

A pressão social associada a uma gravidez não planejada ou a responsabilidade de criar um filho em condições econômicas precárias exacerba as emoções dolorosas, como tristeza, angústia, medo, culpa, vergonha, entre outras. Essa dinâmica, caracterizada por uma polaridade entre a afetividade emocional e a necessidade de adaptação a um ambiente adverso, pode gerar afecções na saúde mental, como estresse, ansiedade e depressão, intensificando as tensões e, em alguns casos, levando ao desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento menos saudáveis, ou incluso de risco, como a permissividade e aceitação de coisas que nem sempre é o que a pessoa queria. Mesmo Marleny falando que o interesse dela era acabar os estudos, seu contexto e ausência de condições financeiras propicia e constroi tipo de emoções que lhe pressionam a sentir e pensar que a prioridade para agir tem que se centrar no instinto de sobrevivência para ela e pra suas filhas, além de referir a uma questão de como as emoções são influenciadas pela estrutura social mediante as necessidades básicas, é importante salientar que este tema também reflete a uma questão de invalidação de direitos humanos. pois o acesso ao estudo mesmo sendo um direito mundial, na realidade é que as condições de acesso são remotas por poder adquisitivo de somente algumas classes sociais.

A pressão social associada a uma gravidez não planejada ou à responsabilidade de criar um filho em condições econômicas precárias exacerba emoções dolorosas, como tristeza, angústia, medo, culpa e vergonha. Essa dinâmica, caracterizada por uma polaridade entre a afetividade emocional e a necessidade de adaptação a um ambiente adverso, pode gerar impactos significativos na saúde mental. Entre esses impactos estão o estresse, a ansiedade e a depressão, que intensificam as tensões e, em alguns casos, levam ao desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento menos saudáveis, como a permissividade ante situações que não correspondem aos desejos da pessoa.

Mesmo quando Marleny expressa o desejo de concluir seus estudos, seu contexto e a ausência de condições financeiras adequadas acabam por influenciar suas emoções e decisões. Esse cenário constroi um tipo de pressão emocional que a leva a priorizar o instinto de sobrevivência, tanto para si quanto para suas filhas. Essa situação revela como as emoções individuais estão profundamente influenciadas pelas estruturas sociais, especialmente no que diz respeito ao atendimento das necessidades básicas.

Além disso, é crucial destacar que o descrito também reflete uma invalidação de direitos humanos. Embora esta discussão tenha como foco principal as implicações emocionais e sociais da maternidade em contextos de vulnerabilidade, é importante não ignorar a questão estrutural subjacente. Mesmo o acesso à educação é um direito universal, na prática, realmente ele permanece restrito às classes sociais com maior poder aquisitivo, evidenciando as desigualdades que limitam o acesso de muitas mulheres a oportunidades fundamentais para seu desenvolvimento. Não se entrará em profundidade sobre esse tema para não desviar o foco principal, mas foi mencionado para não passar despercebido. Retomando o tema das emoções, Barbalet (1998) destaca que elas são profundamente influenciadas pelas estruturas sociais, moldando as respostas individuais e coletivas frente às adversidades.

a emoção facilita a ação racional, quando de facto ocorre e pode ser utilizada para explicar as ações que decorrem na ausência de condições de tomada de decisão cognoscível. Aliás, pode também demonstrar-se que o comportamento habitual, na medida em que ocorre, tem uma base emocional

Com o objetivo de mergulhar nas histórias de vida das entrevistadas e compreender com maior sensibilidade as emoções dolorosas que vivenciaram em torno da maternidade, cada emoção será explorada de forma individual. Essa abordagem busca não apenas entender as origens dessas emoções, profundamente enraizadas no contexto único de cada pessoa, mas também refletir sobre os impactos que elas tiveram em suas vidas, sejam positivos ou negativos, valorizando as vivências por trás de cada relato.

A primeira emoção a ser analisada será a vergonha, dada sua recorrência nos relatos das entrevistadas e pelo impacto profundo que exerce em suas vidas. Definida por Scheff (2011) a define como um sentimento que emerge diante do risco de exclusão ou de desvalorização por parte dos outros, sendo fundamental para compreender sua relevância em contextos comunitários e sociais.

Em relação aos relatos das entrevistadas, ao serem convidadas a refletir sobre como se sentiram ou vivenciaram o momento em que tomaram consciência de sua gravidez, elas comentaram:

Minha mãe estava presente quando dona a obstetra disse aquilo. Eu olhei para ela (minha mãe), mas ela não disse nada. Eu lembro que, quando chegamos em casa, minha mãe começou a chorar, e foi aí que eu comecei a me sentir muito mal. Sim, eu teria gostado que ela fosse diferente. Eu não entendia nada sobre ter filhos. Depois, com toda a família sabendo, me senti constrangida; senti que essa situação afetou negativamente minha autoestima. (Maiara, Brasil, 2024).

Eu estava planejando, então foi uma emoção muito forte, porque obviamente eu nunca pensei em não ter o bebê. Eu não queria ainda, fiquei muito assustada (...). Meu parceiro é mais velho, então ele queria. Fiz o teste sozinha e, depois, liguei para ele, que estava trabalhando. Quando contei, ele ficou feliz, e isso acabou me contagiando um pouco. Sim, eu teria gostado de esperar por ele, para que nós descobrissemos juntos, para que fosse a mesma emoção (...). Durante a gravidez, eu não comia qualquer coisa, então me sentia muito fraca; às vezes eu até passava mal na rua. Fiquei muito magra, sentia vergonha daquele momento que estava vivendo e de meu corpo. (Meibelin, Costa Rica, 2024).

Estes dois fragmentos retratam dois dos grandes focos dos cenários enfrentados pelas jovens. Em um primeiro momento, sob um cenário no qual a família evidenciou algum tipo de rejeição diante da notícia, e, em um segundo caso, o círculo mais próximo à jovem recebeu a notícia com entusiasmo. Nenhuma das jovens planejou a gravidez nem expressou sentir-se emocionalmente preparada para essa experiência. Sob a perspectiva da sociologia das emoções, esses relatos refletem como o sentimento de vergonha emerge com força em contextos de vulnerabilidade social, especialmente diante do risco de julgamento e exclusão.

A vergonha relatada pela jovem Maryely evidencia uma profunda conexão com as expectativas de apoio ou julgamento materno, enquanto a experiência de Meibelin destaca a vergonha vinculada à autopercepção de fragilidade física e social durante a gravidez. Nesse sentido, é essencial compreender que as circunstâncias que desencadeiam e originam as manifestações de vergonha, em todos os mamíferos, estão relacionadas à ameaça de perda do vínculo social, além de estarem associadas à possibilidade de rejeição (SCHEFF, 2014, p. 11).

Ao vincular a teoria com a realidade das entrevistadas, é possível compreender a explicação para a busca de conexão visual de Maryely com sua mãe, mesmo sendo uma notícia que dizia respeito à sua própria vida. Da mesma forma, no caso de Maryely, que descreveu sentir confusão por 'não ser o que queria', observa-se que, no momento em que recebe validação e acompanhamento por parte de seu parceiro, ocorre uma transformação da emoção presente. Ou

seja, consolida-se a ideia de que a dinâmica social desempenha uma grande influência na configuração das emoções, independente da variação cultural que impulsiona a vergonha.

Segundo o exposto pelo reconhecido sociólogo Georg Simmel, a vergonha expressa a internalização das expectativas sociais e se manifesta em como as pessoas se sentem avaliadas pelos outros (Sabido, 2019). Isso também se reflete nos relatos de várias jovens ao comentar:

Quando eu tive que contar ao meu pai que estava grávida, eu não sabia bem o que dizer. Não sabia como a conversa ia funcionar, como ele ia reagir. Então eu disse para ele me perdoar, por favor, porque eu o havia decepcionado e que iria sair de casa. Comecei a chorar porque, na verdade, eu não queria ir embora, mas sentia que não podia mais olhar para eles de frente. Então continuei chorando, mas ele já entendeu que era por causa de uma gravidez e me disse para ficar tranquila, que ele me apoiaria (Gênesis, Costa Rica, 2024).

Faz vários dias que eu estava me sentindo mal, então fui até o posto de saúde, e lá descobri que estava grávida. Me disseram no meio do dia, mas eu fiquei ali pensando como poderia chegar em casa e como contar isso para a minha mãe. Cheguei quase à noite, e ela me perguntou como tinha sido... aí que eu comecei a chorar (Raiani, Brasil, 2024).

Conforme o descrito nos relatos das meninas, em ambos casos a vergonha emerge como uma resposta emocional à percepção de que suas ações poderiam ser julgadas negativamente por pessoas próximas, como seus pais, assumindo segundo suas perspectivas o fato de estarem gravidez como se tivessem transgredido normas, o se precisarem se desculpar. Agora bem, a resposta dos progenitores, neste caso em particular, foi de acompanhamento e apoio, o que gerou calma nas jovens. No entanto, existem outras jovens cuja resposta de seus pais foi oposta.

Ao serem confrontadas com uma gravidez não planejada, várias enfrentaram reações adversas de seus progenitores, incluindo agressões físicas e verbais, que as levaram a abandonar seus lares. Situações que não apenas perpetuam múltiplas emoções dolorosas, mas também podem reforçar ciclos de violência e desamparo.

Minha mãe sempre me dizia: 'Se você fizer alguma besteira, você sai da minha casa'. Mas ela falava isso com a intenção de que eu não desobedecesse e me mantivesse na linha. Ela nem me deixava ver meu namorado porque não gostava dele, e para mim isso sempre foi um problema. Então, quando contei que estava grávida, ela ficou muito brava. Lembro que, nesses dias, ela falava comigo de um jeito muito grosseiro e eu me sentia muito mal. Já não me sentia bem ali, então fui morar com ele (seu namorado) (Rosangela, Brasil, 2024)

Minha mãe tentou me bater na hora que percebeu que eu estava grávida. Foi minha irmã que disse para ela que ela poderia machucar o bebê. Foi aí que pensei que seria melhor sair de casa e morar com meu namorado. Mas depois que comecei a morar com ele, ele também mudou. Começou a me tratar de um jeito que eu não gostava. Então, quando o bebê fez 1 ano, fui embora. Até hoje trabalho e alugo este apartamento (Maryeli, Costa Rica, 2024).

Desse cenário, é importante reconhecer que a vergonha diante da gravidez, acompanhada de agressão, repressão e culpa por parte do círculo social primário, acarreta impactos significativos na saúde física e mental da pessoa. Esses fatores não apenas limitam o desenvolvimento de metas e habilidades das jovens, mas também aumentam a vulnerabilidade a transtornos neuróticos e restringem acesso aos direitos humanos.

A falta de espaços para uma comunicação efetiva entre cuidadores e adolescentes, assim como a ausência de apoio emocional, resguardo físico e psicológico e orientação na tomada de decisões, reforçam de maneira inequívoca a sensação de culpa nas jovens por situações que, na realidade, são resultado da falta de reconhecimento e validação de seus direitos. Esse processo pode ser compreendido como um ciclo no qual a vulnerabilidade das jovens é continuamente reforçada, situação que atenua sua autonomia.

Na mesma linha argumentativa, muitas das entrevistadas mencionaram ter se sentido envergonhadas e julgadas diante de comentários passivo-agressivos de conhecidos baseados em estereótipos, os quais reforçam tipos de violência, alguns desses comentários foram:

No começo, algumas amigas e outros familiares me diziam que eu tinha arruinado minha vida ou me olhavam com pena, com aquela expressão de tristeza, e falavam: "Você não sabe no que se meteu". Eles colocavam muitas inseguranças como se fosse a pior coisa. (Jackeline, Brasil, 2024).

Principalmente minha família, como tias e primos em geral, me diziam: "A partir do momento que você tiver o bebê, nunca mais vai dormir, então se prepare, porque não tem mais volta. Mas, de qualquer jeito, era isso que você queria, não era? (Rosângela, Costa Rica, 2024).

A respeito Scheff (2014, p. 13) refere que “a vergonha” imposta na vida das pessoas, “causa violência, no sentido de realização, preservação e obtenção de posições de status, ou mesmo perda de status, busca por reconhecimento, honra/desonra, vingança ou retaliação, e assim por diante”, teoria que se expressa justamente no modo de vida da população em estudo.

A teoria exposta sob os status, permite explicar à presente pesquisa a causa da vergonha nas mulheres adolescentes grávidas, pois a maioria dos papéis nas vidas delas se mostram deslocados pela sociedade, não visivelmente, no momento em que se tornam mães. Por exemplo, o status de ser estudante e seu direito e dever de dedicar seu tempo para os estudos se vê interrompido por novas responsabilidades de trabalho e cuidado dos filhos, diante a pressão e mecanismo de coerção das pessoas de terem que atender “suas responsabilidades” por cima dos seus direitos.

É a partir do caminho percorrido é descrito que se entende por que a vergonha nas adolescentes se manifesta como uma emoção dolorosa e efêmera, que repercute no sistema de metas e estado emocional das pessoas. Em meio a esta situação, na qual as pessoas recebem assédio sobre seus comportamentos, Scheff, (2014, p. 14) explica que as pessoas acabam por realizar “ações instrumentais”, o que quer dizer manejar as situações nas suas vidas como uma questão transitória e permissiva aos controles externos sobre suas vidas em busca de pertencimento ao grupo. O que explica a maneira pela qual os jovens não sempre percebem os níveis de violência sobre suas vidas.

Outro dos cenários em que as entrevistadas relataram, de maneira recorrente, ter experimentado vergonha foi no início de sua atividade sexual. Isso se deve ao fato de que os comentários de seus cuidadores tendiam a associar a iniciação sexual em idades precoces a um problema, pecado ou motivo de punição. Como resultado, muitas das jovens optaram por manter essa experiência em segredo diante dos adultos que representavam figuras de autoridade e controle sobre suas vidas.

No entanto, embora a iniciação sexual fosse um tema tabu perante os adultos e, em muitos casos, fosse mantida em segredo por medo de julgamentos ou sanções, a experiência, em si mesma, foi percebida de maneira distinta. Para muitas das entrevistadas, esse processo representou um redescobrimento pessoal, proporcionando uma maior compreensão e conforto com sua identidade de gênero, orientação sexual e a construção de sua própria noção de amor. Além disso, permitiu-lhes questionar e ressignificar suas experiências afetivas, promovendo uma maior autonomia na criação e imposição de limites dentro de suas relações.

Ou seja, no momento da iniciação sexual, há uma ambivalência de emoções. Por um lado, algumas experiências dolorosas em que a vergonha se entrelaça com a culpa, resultantes do medo do julgamento social e das normas impostas pelo ambiente familiar e cultural. As famílias das jovens, em ambos os países, reproduziam discursos religiosos, tanto evangélicos quanto católicos, nos quais se reforçavam ideais como: 'somente depois do casamento se deveria pensar na iniciação sexual', 'o sexo existe exclusivamente para a procriação' ou 'o correto seria que a iniciação sexual ocorresse apenas dentro de um matrimônio e um lar já constituído não na juventude. Mas por outro lado, o tema em relação a si mesmas, emergem emoções relacionadas à alegria, à afirmação pessoal, e sensações vinculadas à autonomia, prazer e construção da identidade.

Essa dicotomia emocional reflete o conflito entre as restrições impostas externamente e as vivências subjetivas, onde o significado atribuído à sexualidade é condicionado pelo contexto e pelas relações interpessoais. E é aqui que entram em jogo o papel da culpa e do medo em relação a seu contexto.

Por sua vez, o medo se manifesta como uma extensão da culpa e como um instrumento de regulação social (Dores, 2011). O receio de decepcionar à família, de ser estigmatizada pelas amizades e/ou de enfrentar repercussões emocionais e físicas faz com que muitos jovens ocultem suas vivências sexuais, mantendo em silêncio suas experiências.

Esse medo, muitas vezes, também limita o acesso à informação sobre métodos contraceptivos, restringindo a possibilidade de se educar e solucionar as dúvidas que tenha no respeito, além de também se verem privadas de seus direitos sexuais. Consequentemente, a combinação entre culpa e medo não apenas aprofunda a desinformação, mas também faz com que as adolescentes se coloquem diante de diferentes riscos, ao atuar sem terem conhecimentos básicos, aumentando as possibilidades de doenças sexuais, riscos de gestação, ou vulnerabilidade diante de relacionamentos desiguais e coercitivos.

Meu primeiro namorado foi como uma droga para mim. Eu nunca tinha sentido algo assim antes, só queria estar com ele o tempo todo. Mas minha mãe não deixava a gente ficar muito tempo sozinhos. Então, um dia, fui para a casa dele e acabamos tendo relações. Depois, fiquei apavorada de medo, nesses dias nem conseguia comer, pensando se poderia estar grávida, mas não tinha como perguntar isso para minha mãe... ela me mataria. (Jussara, Brasil, 2024)

Como eu não falei para minha mãe que eu já tinha relações com meu namorado, eu estava com medo dela brigar comigo, aí eu demorei para falar que estava grávida. Tardei quase quatro meses em casa ocultando, depois disso já não tinha mais como esconder pela barriga, aí eu fui, peguei o papel e nem falei para minha mãe, só entreguei para ela com medo de como ela ia reagir (Maiara, Brasil, 2024)

Eu já estava há bastante tempo com meu namorado, mas nunca tinha acontecido nada sexual entre nós. Teve um dia que quase aconteceu, mas senti medo do que poderia vir depois, então disse a ele que era melhor deixar para outro momento. Foi então que procurei uma amiga, que sabia mais sobre essas coisas do que eu, e foi ela quem me explicou o comprimido que ela usava para também usar. (Mariang, Costa Rica, 2024)

As informações fornecidas pelas jovens podem ser subdivididas em dois tipos de conceitos de medo, conforme exposto por Dores (2011). O primeiro relato vincula o medo a uma emoção de autopreservação, funcionando como um reflexo biológico fundamental para a sobrevivência. Nesse caso, o medo se manifesta intensamente no corpo: a pessoa treme, seu ritmo cardíaco acelera, há uma liberação elevada de adrenalina e seu sistema nervoso simpático é

ativado. É por isso, que a jovem relata não conseguir comer, pois seu instinto de sobrevivência a fazia sentir que precisava estar em estado de alerta, como se estivesse em risco, preparando-se para se defender. Assim, a fome passa a ser uma necessidade secundária diante da prioridade instintiva de autoproteção.

De acordo com o exposto pelo autor, esses sintomas são comuns ao organismo humano e representam uma resposta evolutiva primitiva, antigamente se precisava desse mecanismo para se proteger contra ataques de animais ou outros perigos presentes nesses contextos. No entanto, o que não é natural — ou, pelo menos, não é adequado para a saúde — é manter o corpo sobre esse estado emocional de maneira intensa e prolongada, diante “riscos” que realmente não são iminentes, são criado a partir de subjetividades que violentam os direitos humanos das jovens, reflejado no caso de Jussara, que experimentava os sintomas ao pensar na reação da sua mãe

Assim, Dores (2011) explica que, embora o medo seja um reflexo biológico essencial para a autopreservação, historicamente ele tem sido manipulado como uma ferramenta de controle social, utilizada por hierarquias para manter o autocontrole e a submissão dos indivíduos às normas e estruturas de poder vigentes. Esse processo se consolida, a partir de uma perspectiva política, como o medo enquanto instrumento de controle social, refletido de forma mais concreta no segundo relato.

A experiência relatada por Mariang (Costa Rica, 2024) e Maiara (Brasil, 2024), ilustra como o medo pode atuar como um mecanismo de controle social, afetando diretamente a autonomia delas em relação à sua sexualidade e à tomada de decisões sobre seu corpo.

As estratégias criadas pelas jovens, como esconder uma gestação por até quatro meses, assim como a busca por informações em fontes não confiáveis — por meio de amigas sem formação profissional — para ingerir medicamentos hormonais, refletem um tipo de medo, que longe de ser apenas um instinto de autopreservação, inserem-se em um contexto social mais amplo, no qual a falta de acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva gera insegurança, desigualdade e perpetuação de ciclos de violência. levando lhes a práticas arriscadas para lidar com a gravidez e maternidade.

Quando se lhes convidou a dialogar sobre sua experiência na iniciação sexual, a média entre as dez entrevistadas indicou que a maioria começou entre os 14 e 16 anos. Esse dado reflete um período de redescobrimento, especialmente no que diz respeito à sexualidade. No entanto, segundo o discutido na teoria em vinculação com os dados empíricos das entrevistas narrativas,

esse mesmo na vida das mulheres participantes vira um momento propenso ao controle, à mercê dos ideais que tenham seu círculo mais próximo.

Até o momento, em ambos os países, foram identificados casos de jovens que sofreram agressão física e psicológica durante o processo de iniciação sexual, ao receber a notícia da gravidez e até mesmo durante a experiência da maternidade, marcada por um vínculo de dependência econômica, tanto com seus parceiros quanto com seus pais.

No entanto, também há uma contraparte nos dois países, na qual se evidenciou a presença de uma rede de apoio, oferecendo acolhimento, escuta, suporte emocional e até mesmo assistência financeira diante das dificuldades e necessidades da jovem e do bebê. Através de comentários como "Não se preocupe, estamos aqui para te ajudar", "Vai dar tudo certo", "Você não está sozinha", "Nada vai faltar para vocês", "Fique calma, ao bebê nunca vai lhe faltar nada", evidencia-se o impacto positivo de uma rede de apoio nas experiência emocional das adolescentes. Essas expressões de solidariedade e acolhimento não apenas proporcionam suporte emocional, mas também contribuem para a construção de um ambiente mais seguro e estável.

Particularmente, neste último cenário, observa-se que, quando os pais ou o pai da criança assumiram suas responsabilidades consanguíneas e exerceram um papel ativo no suporte afetivo e material, a experiência emocional das jovens foi significativamente distinta. Essa presença solidária proporcionou um contraste marcante em relação às jovens que não contaram com uma rede de apoio. Para estas últimas, a maternidade foi vivida de forma solitária, acumulando responsabilidades como o cuidado da criança, o trabalho e as tarefas domésticas sem suporte. Nessas circunstâncias, as emoções dolorosas foram descritas com maior frequência, em contraposição com aquelas que tiveram acompanhamento e uma rede de apoio mais sólida.

Em relação às experiências emocionais das jovens, desde sua iniciação sexual até sua experiência atual de maternidade, elas relatam ter atravessado um ponto de ruptura no momento do nascimento de seu filho. Embora as emoções dolorosas estiveram presentes antes e depois do parto, percebe-se que sua intensidade diminui diante do predomínio de sentimentos como felicidade, entusiasmo e amor nos meses posteriores ao nascimento do bebê.

Foi descrito por uma das jovens como uma “transmutação de emoções”, ao transformar as tristezas por alegrias:

Eu acho que desde o momento em que a mulher percebe que está grávida, passa especialmente pelo medo, insegurança, vergonha, culpa e, mais depois chega até o polo oposto de sentimentos de auto aperfeiçoamento, muito amor e

felicidade por ter a possibilidade de superar a solidão com a companhia e
presença de um filho. (Gênesis, Costa Rica, 2024)

A partir do exposto pela jovem, percebe-se que o nascimento e a presença do bebê representam nela um fator motivador e esclarecedor de mérito pessoal, e a emoção de alegria se torna mais presente em sua vida. Assim como ela, muitas outras jovens participantes da pesquisa, além das emoções dolorosas, mencionaram sentir-se também felizes, apaixonadas e entusiasmadas com seus filhos ou filhas. Referem que o aumento de felicidade surge após o alívio de terem superado o susto da gravidez e do parto, considerando que, apesar dos riscos enfrentados, atualmente se encontram bem fisicamente, o que representa um grande alívio e, de certa forma, uma sensação de satisfação.

A felicidade foi absurdamente grande para mim na hora quando o médico colocou ele aqui no meu peito, ainda mas na hora que consegui dar peito (...) eu gostava de dar peito, tem uma questão que gera ternura, mas também era meio cansativo nas noites, o pai do bebê ficava dormindo por enquanto eu tinha que dar peito para ele a cada duas horas da madrugada (Jussara, Brasil, 2024).

Há pessoas que gostam de ver os outros mal. Eu sofri uma depressão horrível no colégio porque sofri muito bullying, e, por causa disso, eu era muito insegura. Além disso, nesse período, minha prima faleceu. Foi então que senti que a gravidez teve um papel importante nessa depressão, me ajudou a sair dela. Eu e meu parceiro sentíamos muito amor e felicidade pela bebê, havia muitos sentimentos bonitos. Apesar de sentir tristeza por outras razões, eu tentava deixar algumas coisas para trás, e pensar somente no bem do bebê (Mariang, Costa Rica, 2024).

Muitos outros relatos, também referem a um sentimento de superação em relação às sensações anteriores de solidão, ao se encontrar na convivência diária com seus filhos, como uma fonte constante de entusiasmo e propósito nas suas cotidianidades. A ordem em que as emoções foram apresentadas na seção de análise de resultados corresponde à sequência em que as jovens descreveram suas experiências emocionais na maternidade: vergonha, medo/culpa, e, felicidade com a chegada do filho.

Embora a felicidade tenha sido destacada por muitas adolescentes como a emoção mais marcante no momento do nascimento de seus filhos, é importante considerar que essa expressão emocional pode estar profundamente influenciada por expectativas sociais sobre o que significa “ser mãe”. Em contextos marcados pela pobreza e pela ausência de redes de apoio consistentes, prevalece um modelo idealizado de maternidade que espera da mulher alegria, docura e gratidão, mesmo diante do cansaço e da solidão. Quando sentimentos como angústia, medo ou arrependimento não se encaixam nesse ideal, acabam sendo silenciados. Isso contribui para a

construção de uma **maternidade culposa**, marcada pela necessidade constante de se mostrar feliz, mesmo quando o peso das responsabilidades se torna insuportável. Esse silêncio imposto sobre o sofrimento revela o quanto ainda se espera das mulheres uma abnegação emocional que pouco reconhece a complexidade da maternidade real

Ao nos referir futuramente a “emoções positivas”, será compreendido como aqueles sentimentos e experiências vinculados com hormônios como a dopamina, associada à recompensa e motivação; a serotonina, ligada ao bem-estar e à regulação do humor; e a ocitocina, fundamental para o apego e a conexão social, como se exemplifica no caso da felicidade e o amor. Norbert (1990) fundamenta justamente a interconexão entre corpo e cultura. Ele explica que embora existam estados emocionais pré configurados pela cultura em situações específicas, as emoções também são mediadas por componentes bioquímicos, que não determinam, mas potencializam a experiência emocional, tornando o amor e a felicidade sensações que emergem tanto de estruturas sociais quanto de mecanismos fisiológicos.

Com o que foi identificado no trabalho de campo, felicidade e o amor, desempenharam um papel importante e bastante marcante nas histórias de vida das mães adolescentes, sem ignorar e contemplar as limitações econômicas e os efeitos físicos e emocionais que seu contexto implicava pelo empobrecimento. As entrevistadas afirmam que, em meio à escassez econômica e à incerteza da situação, há uma luz de amor e felicidade que emana em relação a seus filhos.

Não a partir de uma abordagem romântica que alude a um relacionamento amoroso e afetuoso entre mãe e filho, mas, ao contrário, o vínculo entre mãe e filho é um relacionamento que se constroi com esforço e dedicação. No trabalho de campo, vários participantes comentaram que o amor e a felicidade que sentem são atribuídos à forma como seus filhos mediaram uma mudança na maneira como eles viam seu contexto.

Meu filho tem síndrome de Down. No início, precisava ir ao hospital muitas vezes. Para mim, foi uma grande alegria ver como ele começou a crescer e se desenvolver cada vez mais. Foi um choque emocional intenso, com tantas emoções misturadas que eu nem sabia como expressar o que sentia. Eu chorava muito, mas, no fundo, me sentia feliz por vê-lo bem (Mariang, Costa Rica, 2024)

Esta descrição de felicidade, ainda que entrelaçada com o cansaço e o desabafo por meio do choro, pode ser analisada à luz das reflexões da antropóloga Ortner (1974). A autora argumenta que a maternidade não deve ser entendida como um instinto biológico, mas sim como um fenômeno socialmente construído. Segundo Ortner, é a cultura que delimita quais emoções e

comportamentos são considerados aceitáveis para as mulheres que se tornam mães, influenciando, assim, sua experiência emocional.

Ou seja, cabe destacar que a felicidade descrita por Mariang pode estar atravessada por normas culturais que moldam a experiência emocional. Em outras palavras, a vivência relatada pela entrevistada ilustra como a felicidade materna pode coexistir com sentimentos de exaustão e vulnerabilidade. O alívio expresso por meio do choro não se opõe à alegria, mas evidencia o impacto emocional de assumir o papel materno em um contexto onde a maternidade nem sempre é planejada, sendo vivida em meio a doenças, complicações de saúde, limitações econômicas, entre outros desafios.

A partir do exposto por Ortner (1974), ao considerar que a cultura e o entorno são os responsáveis por definir quais emoções são aceitas e legitimadas pelas mães, também se pode compreender como esses fatores determinam e influenciam a forma como as mulheres vivenciam e expressam suas experiências maternas. Um exemplo disso é a valorização social da felicidade e da alegria ao falar sobre a amamentação, ainda que esse seja um processo frequentemente doloroso.

Por meio dos ritos de passagem, as pessoas são conduzidas a integrar, de forma progressiva, as mudanças de status e as transformações em suas rotinas. Ou seja, as mulheres ressignificam gradualmente as experiências de felicidade, alegria e alívio à medida que assumem a maternidade (Gennep, 2013).

A partir do exposto, é possível compreender as mudanças nas perspectivas dos jovens e a maneira de pensar e analisar o contexto em que se encontram. Ou seja, as emoções podem expressar o vínculo entre o sujeito e seu contexto. Visto dessa forma, se analisarmos as emoções positivas das mulheres jovens em relação à maternidade, é possível reconhecer que, mesmo imersas em contextos desiguais e repressivos, o resultado do sentimento não é necessariamente direcionado a um resultado homólogo negativamente, pelo contrário, e tal como se descreve nos relatos, também existem emoções positivas culturalmente inducidas.

Da mesma forma, quase todas as entrevistadas expressaram sentir uma transmutação de emoções, desde o momento em que perceberam estarem grávidas, passando pelo medo, insegurança e tristeza, até o polo oposto de sentimento de auto aperfeiçoamento, segurança, tranquilidade, muito amor e felicidade por ter a companhia e a presença de seus filhos. Assim, as emoções e os sentimentos de felicidade, entusiasmo, desejo, curiosidade, força refletem que

dentro da pessoa existe um fator que funciona como motivador e esclarecedor do mérito pessoal, ou seja, do que a pessoa está sentindo e visualizando como merecedora pelo que foi construído e fornecido em seu contexto especificamente.

Segundo Lindner (2013), as emoções e a racionalidade não podem ser divididas, é dizer, os sentimentos e emoções ligados nesse momento nas adolescentes têm uma profunda conexão de emoções dolorosas diante emoções positivas, porque dentro dos contextos em que se encontram existe um tipo de idealização punitivo frente à ação delas. Esta é a explicação essencial das mudanças emocionais.

Em resumo, as experiências emocionais referidas são ao mesmo tempo causa e consequência do contexto social no qual as jovens se encontram inseridas. Isso significa que essas emoções são experiências socialmente atribuídas. A análise realizada até o momento mostra que as emoções emergem como construções culturais que seguem padrões recorrentes, mesmo em diferentes países. Essa regularidade se manifesta, especialmente, em contextos marcados por normas religiosas e estigmatizantes sobre a iniciação sexual.

Ao respeito, Dores (2011) mobiliza o conceito denominado “emoções comunitárias e sociais”, a partir do qual reconhece que existem relações de poder, e especifica que no decorrer do ciclo de vida, as adolescentes tornam-se vulneráveis aos culturalismos etnocêntricos e/ou relativistas. Um exemplo disso se mostra com o medo, pois na história “a manipulação do medo é parte evidente do trabalho político também no caso dos estados modernos, e é por isso que o medo faz-se sentir de forma especialmente intensa em pessoas com responsabilidades por filhos” (Dores, 2011, p. 2)

Esse achado evidencia que fatores como a idade orgânica, idade social, e situações sociais específicas, como a gravidez na adolescência, desempenham um papel importante na construção de experiências emocionais pré-definidas. Nesse caso específico, a **sociedade** não apenas exerce pressão sobre as jovens, mas também molda as emoções vivenciadas, destacando como as expectativas sociais contribuem para a ressignificação ou intensificação das emoções relacionadas a esse período da vida.

A partir das entrevistas narrativas, foi possível identificar fatores em comum entre os relatos que descrevem suas emoções mais intensas. Observou-se que cada uma das experiências emocionais descritas está vinculada a momentos específicos de suas vidas, tais como: a) a sexualidade como um processo de autodescobrimento (uso de métodos anticoncepcionais,

construção de autonomia, enfrentamento de estereótipos e julgamentos); b) o momento em que percebem que estão grávidas (medo); c) a comunicação da gravidez à família (culpa e vergonha); d) a revelação aos amigos (vergonha); e) a vivência da maternidade (insegurança); f) o exercício da maternidade (angústia, particularmente quando relacionado à sua situação econômica) e felicidade ao se referirem aos filhos.

7.2. Redes de apoio e as repercussões nas vidas das jovens.

No contexto das mães adolescentes, as relações sociais de gênero e a construção diferencial da sexualidade desempenham um papel crucial. Essas relações influenciam não apenas a percepção e vivência da maternidade, mas também determinam as dinâmicas das redes de apoio disponíveis para essas jovens. Compreender essas inter-relações permite uma análise mais profunda do apoio disponível e de suas emoções.

A seguir, serão categorizadas e detalhadas as diferentes redes de apoio identificadas, tais como familiares, educacionais, religiosas e outras, incluindo também a figura paterna ou a presença do namorado, que podem desempenhar um papel significativo na cotidianidade das jovens. Cada uma dessas redes será explorada em sua composição e funcionalidade, considerando suas dinâmicas nos contextos de Costa Rica e Brasil.

As redes de apoio, podem ser traduzidas também como parte dos fatores que constroem a estrutura social, é dizer, são instituições mediante as quais se expressam as normas e interações na sociedade. Nesse sentido, vale destacar aqui o conceito de violência institucional estabelecido pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes (2023), que é definido como a falta de ação ou intervenção inadequada de profissionais ou familiares diante do sofrimento de adolescentes causado por negligência. Além disso, o Plano também faz referência a que:

O artigo 227 da Constituição Federal estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado colocar a criança e o adolescente a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Desta forma, a violência institucional geralmente é praticada por quem tem o dever de proteger crianças e adolescentes com absoluta prioridade (Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, 2023, p. 54).

O que foi descrito, embora demonstre as regulamentações legais que definem as ações voltadas à priorização do bem-estar de pessoas menores de idade, é apresentado sobre um

aspecto teórico e descritivo, refletindo um ideal do que deveria ser. No entanto, na prática cotidiana, essa normativa nem sempre é cumprida ou implementada de forma eficaz

Deixando de lado a conotação romântica e moralista, e em um sentido crítico, é importante entender as diferentes manifestações de redes de apoio e utilidade que dá a estrutura social. No caso da família como rede de apoio, Foucault (1988, p. 21) explica que a

família funciona como um dispositivo de controle da sexualidade, impondo normas que regulam o comportamento sexual e reforçam as estruturas de poder (...) a diferenciação social não se afirmará pela qualidade sexual do corpo, mas pela intensidade da sua repressão.

A partir do exposto, reconhece-se que a família atua na sociedade como um instrumento que reforça as distinções de gênero, perpetuando dinâmicas de subordinação. É importante destacar que essas ações e funções nem sempre ocorrem de forma consciente; pelo contrário, tendem a se reproduzir e a se manter ao longo do tempo de maneira sutil.

É importante retomar o que foi descrito no Gráfico 2, sobre a composição dos lares das entrevistadas, e no Gráfico 3, referente à organização financeira para suprir as necessidades básicas. Das 10 entrevistadas, duas participantes trabalham para sustentar economicamente seus filhos. Nesses casos, os pais das crianças não assumiram sua cota de responsabilidade, o que as obriga não apenas a arcar com as necessidades financeiras, mas também a lidar sozinhas com o cuidado e a criação dos filhos. Essa situação representa uma das manifestações mais evidentes da desigualdade de gênero, na qual a carga de trabalho é distribuída de forma desproporcional, recaindo exclusivamente sobre as mulheres. A ausência de corresponsabilidade por parte dos pais reforça uma estrutura desigual e coercitiva, em que as mulheres enfrentam uma sobrecarga de tarefas sem possibilidade de escolha.

Essa mesma dinâmica se repete nos núcleos familiares de outras três entrevistadas, que vivem apenas com suas mães. Nesses casos, as avós assumiram, de maneira inequívoca e sem possibilidade real de escolha, a responsabilidade que caberia ao pai das crianças, reproduzindo novamente a sobrecarga desproporcional sobre a figura feminina. Isso evidencia, além disso, uma problemática que tem sido reproduzida ao longo de diferentes gerações.

Por outro lado, entre as quatro jovens que compartilham o lar com o pai de seus filhos ou com seus companheiros, observa-se uma distribuição tradicional de papéis: os homens assumem a função de provedores econômicos, enquanto as mulheres são responsáveis pelo cuidado e

criação das crianças. Essa estrutura desigual limita seu desenvolvimento acadêmico e profissional, gerando dependência econômica e restringindo suas possibilidades de autonomia.

A mesma organização se repete no caso da entrevistada restante, que vive com seus dois pais. Nesse lar, o pai é o responsável pelo trabalho remunerado, enquanto a mãe assume as tarefas domésticas, o cuidado e a educação dos filhos. Essa distribuição de responsabilidades condiciona o acesso ao desenvolvimento profissional e acadêmico da mulher, relegando suas aspirações pessoais.

Em todos os casos, identifica-se uma visão da maternidade ligada à estrutura tradicional, em que a figura feminina assume maiores responsabilidades e deveres, frequentemente acompanhados de formas de subordinação, seja por fatores econômicos, falta de qualificação ou experiência profissional. No futuro, essa realidade se traduz na perpetuação da pobreza e na desigualdade de oportunidades. Essa configuração reforça as desigualdades de gênero, consolidando um modelo que naturaliza a sobrecarga feminina e restringe suas possibilidades de crescimento e desenvolvimento.

Compreendida a amplitude do conceito e delimitada a perspectiva sociológica, que se refere e expressa as relações sociais de gênero e a construção diferencial de oportunidades, é possível identificar outra dimensão complementar. Além dessa abordagem sociológica, há também uma perspectiva distinta descrita pelas algumas das entrevistadas, que não necessariamente se contrapõe à anterior, mas é referida a partir de suas próprias percepções. Nesse sentido, elas compreendem o apoio familiar como 'uma rede que propicia bem-estar emocional', tanto para elas quanto para seus filhos

Minha mãe sempre esteve à minha disposição. Às vezes, eu dizia que queria comer algo, e ela conseguia e preparava para mim. Esses pequenos gestos me ajudaram muito a me sentir acompanhada no meio de tudo que estava acontecendo." (Maryeli, Costa Rica, 2024)

Aqui em casa, eu e meu namorado moramos na parte de trás, mas compartilhamos a cozinha com meus pais, meus dois irmãos e minha irmã. No dia a dia, todos ajudam a cuidar dos bebês. Quando preciso tomar banho ou sair rapidamente de casa para resolver algo, eles sempre me apoiam. Até mesmo para dar comida ou trocar a fralda, se estou ocupada, eles se fazem presentes. (Ana Laura, Brasil, 2024)

Isso pode ser explicado por Ortner (1974) ao referir que os processos pelos quais as jovens internalizam suas ideologias e formas de pensamento ocorrem por meio de regras impostas e limitações baseadas em expectativas culturais sobre maternidade e feminilidade.

Essas normas são apresentadas pela estrutura social de maneira quase imperceptível, influenciando de forma sutil a construção das identidades de gênero segundo o sistema que rige.

Mas, partindo da perspectiva das jovens entrevistadas, o apoio familiar ou a presença do pai do bebê, determina o desenvolvimento de múltiplas possibilidades e acesso das jovens mães para definir e atingir metas educacionais e aspirações pessoais, bem como a forma como elas lidam com as dificuldades associadas à maternidade.

Ou seja, mesmo que as pessoas já tenham capacidades e habilidades pré-estabelecidas na vida, a rede de apoio, segundo o descrito nas suas cotidianidades, pode aprimorar e intencionalizar as maneiras pelas quais as situações são vivenciadas, ou pelo contrário limitar e atrasar o logro de meta, porque é claro, nem sempre o fato de morar com família vai a significar perce que vai existir uma contenção e apoio.

Jovem que mora com seu namorado, ou como pai do bebê:

Da outra vez, eu tinha limpado toda a casa, e quando os descobri brincando com um vaso de planta, eles tinham jogado toda a terra para fora. Naquele momento, surtei e fiquei muito chateada mesmo. Sei que são crianças e nem sempre percebem as coisas que fazem de errado, mas, naquele dia, por exemplo, eu estava muito brava e cansada. Aí, nessa hora, João chegou e me disse que eu podia deixar com ele. Então, ele limpou tudo e explicou para os bebês que não podiam fazer isso de novo. (Ana Laura, Brasil, 2024)

Jovem que moram com familiares:

Agora, por exemplo, minhas irmãs estão no centro fazendo várias coisas, no banco e no mercado, e eu fiquei cuidando dos meus sobrinhos e com José (o filho), aí eu sei que em outra ocasião que eu preciso sair, então trocamos favores. (Jussara, Brasil, 2024).

Jovem que mora sozinha e não dispõe de rede de contenção ou ajuda de outras pessoas.

Eu acordo às 5 da manhã para arrumar a mais velha para a escola, logo faço o café da manhã, comemos e tenho que amamentar a outra. Depois, vamos caminhando até a escola, volto para casa, limpo um pouco e já tenho que voltar para buscar 'Fulana' na escola. Quando chegamos, tudo o que eu quero é dormir. Tento fazer com que as duas durmam um pouco para que eu também possa descansar, mas quase sempre é impossível. Depois, tenho que tentar vender alguns produtos da revista pelo telefone, e há dias em que preciso sair para fazer entregas. E assim são todos os dias. (Maryeli, Costa Rica, 2024).

Além da desigualdade e das relações de gênero que atravessam a cotidianidade materna das jovens participantes, é importante destacar dois polos de vulnerabilidade e fragilidade em suas dinâmicas diárias, determinados pelo círculo primário de socialização e pela maneira como elas se percebem e se organizam dentro de suas realidades.

Por um lado, o caso de Ana Laura mostra uma experiência na qual o pai de seus filhos assume sua responsabilidade parental, tanto financeira quanto afetivamente. Nesse contexto, evidencia-se a complexidade da maternidade, onde, apesar do apoio do companheiro, ainda persistem cansaço e frustração, decorrentes da sobrecarga de tarefas domésticas, de cuidado e educação. No entanto, João se apresenta como uma figura que compartilha responsabilidades e proporciona alívio em momentos de crise, o que pode ser interpretado como um exemplo positivo de co-responsabilidade na criação dos filhos, contribuindo para uma possível redução da carga de trabalho tradicionalmente atribuída às mulheres.

Um caso diferente é o de Jussara, que precisou assumir sozinha as responsabilidades do pai de seu filho. No entanto, sua experiência ilustra como a família pode funcionar como um mecanismo de apoio, especialmente por meio da iniciativa de suas irmãs na criação do bebê. Esse cenário também pode ser analisado como uma estratégia de sobrevivência dentro de um círculo de mulheres, onde todas enfrentam circunstâncias semelhantes, e a sobrecarga continua recaindo majoritariamente sobre elas.

Por outro lado, no caso de Maryeli, reflete-se uma sobrecarga diária de responsabilidades, com um ritmo de vida exaustivo e com poucas oportunidades de descanso. Além disso, observa-se a falta de alternativas para romper o ciclo de pobreza e baixa escolaridade, já que o retorno aos estudos ou a inserção em um trabalho com garantias laborais se torna uma realidade difícil de alcançar diante da ausência de uma rede de apoio significativa. A falta de tempo para atender suas próprias aspirações reforça as limitações estruturais enfrentadas por mães jovens em contextos de vulnerabilidade.

Dito isto, comprehende-se que as particularidades do contexto no qual a pessoa está inserida podem limitar ou potenciar seu desenvolvimento. Por exemplo, um ambiente que respeita a autonomia da jovem, permite que ambos progenitores construam suas aspirações, e se promueva a informação sobre saúde reprodutiva de maneira ampla e sem estereótipos, permite nela uma exploração sexual baseada na informação, consentimento e no prazer, e não na coerção ou julgamentos. Em contraste, os entornos caracterizados por violência, negligência, falta de apoio e informação e restrição de oportunidades atuam como fatores adversos, limitando e dificultando este processo. (Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, 2023, p. 37)

Dessa forma, entende-se que em entornos caracterizados pelo, distribuição equitativa de responsabilidades, ausência de pressão, ou violência, acesso a informações sobre saúde e direitos, oportunidades de desenvolvimento e estímulo à autonomia, ajudam as meninas a realizar seus sonhos, além de fornecer as ferramentas necessárias para atingir seus objetivos. As meninas que tiveram o apoio e a empatia dos familiares mais próximos relataram comentários como:

No meio do medo e da incerteza sobre o que fazer como mãe, minha mãe me disse que, assim que eu terminasse o período de amamentação, já poderia voltar para o colégio, pois ela poderia me ajudar a cuidar do bebê para que eu pudesse estudar. Por agora, ainda não é possível, mas acredito que, em algum momento, poderei estudar, sair com os amigos e retomar coisas que antes gostava e que ficaram adiadas (Jacklaine, Brasil, 2024).

Esses relatos ilustram a importância de um ambiente que proporcione suporte emocional e oportunidades de desenvolvimento, mesmo diante de desafios como a maternidade precoce. A possibilidade de 'estudar', 'sair com os amigos' e 'retomar sonhos' ressignifica o papel das jovens para além da maternidade, permitindo-lhes recuperar e retomar outras atividades, interesses e ocupações, indo além das limitações impostas pela estrutura social.

Nos assentamentos onde foi realizado o trabalho de campo, identificou-se, em ambas as culturas, a reprodução da ideia de que a mulher, ao se tornar mãe, sua função na sociedade se limita exclusivamente à maternidade. A jovem, ao ter seu primeiro filho, é incentivada a assumir um papel materno exclusivo, como se fosse um instinto natural, relegando a segundo plano outros aspectos de sua identidade como ser humano.

Al respecto, Mathieu (1977, p. 65) em sua obra *Biological Paternity, Social Maternity*, argumenta que

A maternidade, longe de ser uma escolha exclusivamente individual, é um fenômeno profundamente estruturado pelas normas sociais e expectativas de gênero que moldam o papel das mulheres na sociedade. (...) O que quero destacar é que, ao enfatizar excessivamente o vínculo biológico que une a mulher à criança, a própria mãe nunca é realmente vista como um sujeito social pleno, ao contrário do pai. No estado atual da análise, o verdadeiro sujeito social da maternidade é a criança, não a mulher. Ao focar na mãe como o locus psico-biológico da criança, há grandes chances de que a mulher como sujeito social seja esquecida: na realidade, ela é considerada mais como objeto do que como sujeito da maternidade.

O acesso equitativo à educação, trabalho, tempo de ócio, no casos das jovens participantes, pode ser favorecido por redes de apoio, seja por meio da família ou de amizades,

bem como pela distribuição mais justa das responsabilidades maternas e parentais. No entanto, a ausência dessas redes, especialmente entre jovens que não planejaram a gravidez, intensifica as desigualdades sociais, restringindo suas oportunidades educacionais e profissionais. Ainda que possuam alta capacidade cognitiva e aspirações profissionais, essas jovens enfrentam severas limitações econômicas e estruturais, que as colocam em uma posição de maior vulnerabilidade e dificultam sua autonomia.

Quando não há ambientes seguros disponíveis, múltiplos fatores costumam interferir na perpetuação de um ambiente nocivo para as jovens, como se, de forma metafórica, fosse possível exemplificar com um tipo de corrente que as mantém em uma posição limitada diante das adversidades interconectadas que surgem de suas experiências passadas. Por exemplo, uma das dificuldades recorrentes na vida das mulheres, que também aumenta uma série de riscos em suas vidas, é a negociação no uso do anticoncepcional masculino no ato sexual, pois é uma objeção sustentada pela história e constituída:

Por padrões sociais pautados em relações de gênero, vulnerabilizando particularmente as mulheres, muitas vezes com a sua cumplicidade, é quando a insegurança afetiva, noções de amor romântico e fidelidade podem contribuir para que as mulheres abram a guarda em relação à administração do seu poder de fecundação e direito a se prevenir em relação. (Garcia, Abramovay, Bernadete, 2004, p. 118)

Um caso que também exemplifica a desigualdade estrutural de gênero e perpetua o ambiente nocivo para as jovens, é quando o pai do filho longe de cumprir com sua responsabilidade, ao contrário, não oferece apoio nem segurança para elas e seus filhos. Inclusive, em várias das entrevistas, foram relatados casos de violência doméstica.

Eu liguei para ele pelo telefone. Aí eu falei para ele que estava grávida. Ele falou que ia assumir, né? Aí depois foi lá em casa. ele voltou falar que ia sumir e que ia ajudar, mas nem foi isso, quem tava mais comigo sempre foi minha mãe, ele não foi tipo uma ajuda na minha vida, pelo contrário. Foi só um dia no pré-natal, ele achava que com essas coisas estava me ajudando, mas nem voltou nunca mais. Ele era muito instável, me fazia sentir muita ansiedade, aparecia cada vez que queria. Foi minha mãe que me ajudou. Aí minha mãe que ia buscar no bairro doações para a bebe, porque era só nós duas. (Jacklaine, Brasil, 2024). Ele não queria continuar namorando, mas ele ficava me mandando mensagem que me amava, que não sei o que, que ele ia mudar, que se arrependeu muito das nossas brigas, que nós precisávamos estar juntos. Eu falei, Leandro eu não vou mais, eu não quero mais, nosso relacionamento está uma merda. Eu não posso viver um relacionamento desse jeito que faz tão mal cada vez que fica bravo, que mexe comigo, né? Ele estava mexendo com minha saúde mental, entendeu? Tava sentindo desespero dentro de mim querendo me separar dele, só que não conseguia por conta de ter o bebé entendeu?. Na hora que minha mãe me falou

que poderia ir morar com ela, eu saí daí (na casa do namorado) o problema foi que ele nunca mais voltou a procurar ele (o filho) (Jussara, Brasil, 2024).

Infelizmente, as entrevistadas que falaram sobre casos de tipos de violência também mencionaram que seus parceiros se tornaram as únicas pessoas em quem “podem contar” para a criação dos filhos e para fornecer algum tipo de “sustento”, seja em forma de moradia ou alimentação. Essa situação evidencia a grave problemática que enfrentam devido a um ambiente nocivo, que claramente redefine suas experiências emocionais e delimita suas trajetórias de vida diante da falta de fatores de segurança.

Essa situação as condena e as sobrecarrega com formas inadequadas de naturalização da violência patrimonial, levando-as a perceber essas relações como suas únicas redes de apoio, quando, na realidade, representam um risco para suas vidas. A partir de outros discursos relacionados aos anteriores, percebe-se que, diante da dependência econômica e do excesso de controle, e não tendo “outro recurso de apoio”, reconhece-se que as jovens acabam aceitando e recebendo tratamento degradante, mesmo sem sentirem que, por vontade própria, desejam compartilhar afeto com os pais, porém, relatam não ter outro apoio ou opção, identificando, portanto, algum tipo de resignação como forma de sobreviver.

A partir do que foi analisado até o momento, é importante reconhecer que as necessidades da juventude, em especial das mães, não são desde uma perspectiva paliativa de motivação individual, isso, pelo contrário, atribui uma abordagem funcionalista que nubla e encobre a verdadeira opressão do ambiente, que lhes faz sofrer exclusão e desigualdade de gênero. Ao respeito coloca a ideia que:

Não se trata aqui, de fazer a condenação ou o elogio da gravidez na adolescência. Trata-se, sim, de trazer à cena uma realidade que, sem negligenciar os perfis epidemiológicos, nos remetem a histórias: trajetórias que contêm sonhos, esperanças, dores, desilusões e que permitem às meninas se apropriar das adversidades, para transformar – mesmo que ilusoriamente – o seu cotidiano em algo que valha a pena ser vivido (Garcia, et all, 2004, p. 135).

Para atender o problema, é primordial entender como ele se configura, e o grande peso que tem o ambiente sobre a conformação da juventude. “O modelo hierárquico e assimétrico das relações de gênero em nossa sociedade, os comportamentos culturalmente esperados de homens e mulheres, assim como a organização dos aparatos institucionais, colaboram para que as mulheres tenham dificuldades para negociar” (GARCIA, et all, 2004, p. 173).

No caso do sistema educacional, este pode desempenhar um papel importante ao oferecer oportunidades de educação, apoio e treinamento para ajudar as mulheres jovens a lidar com a maternidade e planejar seu futuro.

A escola é considerada pelos pais como uma importante fonte de apoio na orientação sexual dos jovens. Para alguns, as aulas e feiras de ciência, as palestras e conversas com professores são tidas como boas estratégias para a elucidação de dúvidas e, de certa forma, complementam as iniciativas parentais nesse sentido. (GARCIA, ABRAMOVAY, BERNADETE, 2004, p. 118)

Contudo, todas as entrevistadas, na maioria das vezes, afirmaram que não receberam nenhum tipo de orientação de sua instituição educacional sobre sexualidade, reprodução, doenças venéreas ou técnicas de prevenção e planejamento da gravidez. Afirmaram também que nem todos os professores ofereceram empatia ou flexibilidade nas tarefas e limitações que elas tiveram de enfrentar diante da gravidez ou da maternidade; pelo contrário, afirmaram que a escola não obriga o profissional a fazer isso, de modo que elas dependem da disposição ou não do professor.

Ao respeito, às jovens falaram sobre a relação da maternidade com a escola:

Eu tentei voltar para a escola depois que a bebe nasceu, mas tem um dia que a professora me chamou para conversar. Ela disse que meus colegas comentaram que não achavam certo eu levar meu bebê para as aulas, porque se sentiam atrapalhados com o barulho dele. Disse que entendia minha situação, mas que talvez fosse melhor eu esperar ele crescer um pouco antes de voltar (Maiara, Brasil, 2024).

No começo, eu tentava ignorar as brincadeiras das minhas colegas, mas com o tempo elas foram ficando cada vez mais pesadas. Eram comentários bem ruins mesmo, que me faziam sentir mal, como se eu não pertencesse ali, elas já pensavam diferente que eu. O pior é que a professora escutava tudo, mas nunca chamou a atenção delas nem colocou um limite. Era como se aquilo fosse normal. Isso me deixou muito desconfortável e, no fim, decidi não voltar de novo. (Rosangela, Costa Rica, 2024).

Portanto, não é correto afirmar que a maternidade precoce tende a levar as jovens a deixar a escola prematuramente para enfrentar as responsabilidades da criação dos filhos, pois isso invalida a figura e a influência do ambiente que afeta o espaço educacional quando não fornece o apoio adequado, ou seja, a exclusão escolar na gravidez, mesmo em nível generalizado, não é uma questão pela qual a aluna é culpada e responsabilizada.

Pelo contrário, quando a aluna opta por não retornar à sala de aula, reconhece-se, em primeira instância, que não houve apoio adequado da instituição em relação à realidade enfrentada pela aluna. Nesse cenário, é fundamental reconhecer o impacto negativo que a

interrupção dos estudos tem na vida das mães adolescentes, já que a única forma de sobrevivência delas é o trabalho, o que também as condena a empregos informais, sem reconhecimento dos direitos humanos e com salários inferiores a um salário-mínimo.

É por essa razão que existe um vínculo muito estreito entre a maternidade na adolescência e a reprodução da pobreza, pois há vários fatores na vida das adolescentes que dificultam que elas vivam e tenham as mesmas oportunidades de melhoria que outras pessoas com estudos, redes de apoio e contextos saudáveis. E assim que Cerqueira, Paludo, Bensaja e Koller (2010, p. 74) argumentam que "apesar de o fenômeno da maternidade na adolescência atingir e estar crescente em todas as classes sociais, ainda há uma forte relação entre pobreza, baixa escolaridade e a baixa idade para gravidez".

Em outras palavras, a população em estudo, mães adolescentes que vivem em situação de pobreza, apresenta vários fatores que agravam as emoções e complicam as possibilidades de desenvolvimento ideal e de desfrutar de uma vida diária emocionalmente equilibrada, não só pelo fato de ser jovem, mas também por ser mulher, mãe, solteira e em condições econômicas limitadas.

É fundamental reconhecer que a situação das jovens mães não se resume à sua condição de pobreza. A maternidade na adolescência é um fenômeno complexo, influenciado por múltiplos fatores que vão além do aspecto econômico. O ambiente familiar, a educação e as fontes de socialização, como o trabalho, a igreja e os amigos, são determinantes na forma como essas jovens vivenciam a maternidade. Em ambientes seguros, essas redes podem mitigar algumas dificuldades, mas em contextos tóxicos ou sem apoio, as consequências podem ser devastadoras.

Assim, a falta de redes de apoio evidencia uma lista de repercussões que podem se traduzir em um futuro em restrições nas vidas das mulheres. De acordo com a teoria exposta por Butler (2009), as pessoas diante de outros espaços nocivos deixam de se perceber como sujeitos de direitos, o que as leva a mergulhar em uma performatividade de gênero abstrata que naturaliza mecanismos de poder coercitivos, assumindo práticas e ideais que as protejam da exclusão, desamparo e marginalização, desconhecendo quais são os tratos dos que realmente são dignas e merecedoras, por questões inconcebíveis de sobrevivência.

Por exemplo, a incidência da gravidez na adolescência entre as mulheres que vivem na pobreza, especialmente nas áreas rurais, poderia ser explicada pela disparidade atribuída à falta

de acesso a direitos, políticas ou redes de apoio, principalmente à educação sexual, aos serviços de saúde reprodutiva e aos métodos contraceptivos eficazes. Questões que não permitem que as jovens façam uso e desfrutem plenamente, com conhecimento seguro de sua sexualidade, pelo contrário, as emoções que emergem são de culpa, vergonha, medo, ansiedade, sentindo que cometaram um erro mal-planejado, que na realidade foi uma falta de educação e instrução claras por parte de suas famílias, sistema educacional e/ou cuidadores.

Entretanto, ao considerar a influência da igreja na formação das emoções das mães adolescentes, a igreja, como instituição social e religiosa, tem um impacto poderoso sobre as percepções das jovens. Por meio da doutrina, dos valores e das normas morais, a igreja influencia a maneira como elas interpretam sua maternidade e as emoções associadas a ela. Por exemplo, várias delas aludiram à vergonha, sentindo que haviam cometido um erro grave “aos olhos de Deus” e que agora carregavam uma percepção de pecado que, para ser perdoado, exigiria “arrependimento”.

Além disso, do ponto de vista religioso, as mulheres jovens também são sobre carregadas com comentários e rótulos de seus círculos sociais e comunitários, acompanhados de frases que tentam moldar sua autoestima em relação a dogmas e crenças religiosas, o que, por sua vez, mesmo que não sejam religiosas, interfere em sua autoestima e bem-estar emocional.

Em conclusão, a análise das juventudes em contextos múltiplos revela a interdependência dos fatores que moldam a experiência das jovens mães e as suas complexidades, assim mediante o termo do habitus estabelecido por Bourdieu, é possível uma compreensão aprofundada das estruturas sociais e como elas constroem as condições sociais e econômicas nas vivências da maternidade na adolescência. Os ambientes familiares, sociais, educacionais, a igreja e o mercado de trabalho, desempenham papéis cruciais na forma como essas jovens experimentam a maternidade, e podem ter acesso a uma vida saudável e segura. Portanto, para enfrentar efetivamente os desafios enfrentados por jovens mães, é crucial adotar uma perspectiva que reconheça e aborde as múltiplas dimensões de suas experiências.

7.3. Vivências e Transformações nas rotinas diárias das jovens.

Este tópico tem como objetivo refletir sobre o impacto da maternidade na adolescência e como essa experiência transforma diferentes aspectos da vida cotidiana das jovens mães. A análise se concentra em três áreas significativas nas vidas delas: educação, trabalho,

cotidianidade e círculo social, evidenciando as principais mudanças que ocorreram nesses âmbitos.

Através das entrevistas, procurou-se investigar e analisar o sentido que as jovens atribuem à experiência da maternidade na juventude, considerando suas percepções, desafios e estratégias para lidar com essa nova realidade. Essa abordagem permite compreender como a maternidade é vivenciada em contextos de vulnerabilidade social e como essa experiência afeta diretamente suas práticas diárias, expectativas e interações sociais.

A partir dos dados obtidos, busca-se não apenas descrever as transformações, mas também problematizá-las à luz de teorias sociológicas e discussões críticas. Este capítulo propõe, assim, ampliar o entendimento sobre as implicações sociais, emocionais e estruturais da maternidade adolescente, fornecendo uma base para reflexões futuras e intervenções que possam promover maior equidade e apoio às jovens mães.

O acesso à educação é um dos aspectos mais impactados pela maternidade na adolescência, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A seguir, o quadro apresenta os dados quantitativos sobre a escolaridade das jovens em relação à maternidade, homólogo aos dados expostos anteriormente no gráfico 4, permitindo uma visualização mais clara das transformações educacionais que acompanharam sua trajetória materna.

Tabela 4. Desempenho escolar

Categoria	Quando engravidou	Durante a gravidez	Depois da gravidez
Sim, se encontravam estudando	10	1	2
Não se encontravam estudando	0	9	8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados nas entrevistas narrativas, interpretação do Gráfico 4.

Os resultados mostram que antes da gravidez, todas as jovens estavam estudando, no entanto, durante e depois da gestação, observou-se uma diminuição significativa na participação das aulas. Elas comentaram que vira uma questão quase inevitável diante dos múltiplos desafios que emergem, ou inclusive, outras limitações já existentes que se agudizam e dificultam as exigências acadêmicas.

Cabe esclarecer que, com base na análise apresentada no capítulo dois, onde se evidenciou a pouca ou nula existência de redes de apoio institucionais, assim como a construção social das mesmas. Este capítulo abordará as repercussões que sofrem as jovens, bem como os desafios emergentes e as estratégias adotadas para lidar com essa realidade.

Entre as principais afectações no nível educativo, se expone en primer lugar as limitações que tuvieron que enfrentar cuando aún se encontraban estudiando:

Tinha mais uma menina que era mãe na minha sala, só que eu precisava sair todo dia cedo para dar peito para ele, pois não deixavam levar a criança às salas, então ficou bem mais difícil para mim. (Jussara, Brasil, 2024).

Eu tinha tentado continuar estudando, mas aí eu parei porque ela começou a chorar muito, aí ela só queria ficar no colo, tava com dor nos braços. Aí não conseguia ficar muito tempo com ela no colo, e escrever ao mesmo tempo, então eu parei de ir para a escola (Maybelline, Costa Rica, 2024)

Eu engravidiei, e quando ele fez quatro meses eu voltei a estudar. [...] Mas eu não podia estudar sabendo que meu filho estava em casa precisando de mamar, né? Não tinha como eu estudar, eu estudava, mas preocupada com ele. Toda vez no recreio eu chamava e mandava mensagem para saber se ele estava chorando. (Ana Laura, Brasil, 2024)

Eu estudava e levava minha filha de três meses para a escola. Mas quando ela cresceu e começou a me chamar e andar, aí não podia mais levar ela. Tive que parar. (Mariang, Costa Rica, 2024)

Resulta indispensável salientar a falta de suporte institucional com o objetivo de esclarecer que as problemáticas descritas não são responsabilidade das jovens. Pelo contrário, evidencia-se a instituição como principal agente responsável pelas dificuldades enfrentadas por elas. Tal como sustentado por Jiménez e Gaete (2013, p. 122), “é a partir da gestão educacional inadequada que se configura uma sobrecarga de impactos sobre essa população, a ponto de levá-las ao abandono escolar”.

No que se refere às repercussões, observa-se que, apesar da diversidade cultural e territorial das entrevistadas, os resultados convergem ao demonstrar que a grande maioria expressa o desejo e o esforço de continuar sua formação acadêmica. No entanto, a ausência de adaptações institucionais às suas necessidades enquanto jovens em processo de maternidade limita suas opções e as obriga, em muitos casos, a abandonar os estudos.

A impossibilidade de dar continuidade à formação acadêmica não apenas compromete a trajetória profissional e as condições econômicas dessas jovens (aspectos que serão aprofundados posteriormente), mas também impacta diretamente sua autoimagem e percepção de capacidade. A escola, tal como está estruturada, atende a um modelo idealizado de estudante — aquele que

possui flexibilidade para se adequar às normas institucionais. Nesse sentido, a permanência das jovens mães se torna extremamente difícil, uma vez que suas realidades destoam do perfil esperado pelo sistema educacional. Assim, a própria estrutura social opera de maneira sutil na manutenção de divisões de classe, reforçando processos de empobrecimento, repressão e subordinação.

Nesse contexto, Taborda (2014, p. 23) aponta que "a perda das oportunidades educacionais tem sido um dos principais efeitos sociais negativos relacionados à gravidez na adolescência e percebe-se que, nos planos futuros, a educação continua sendo uma preocupação e perturbação constante na vida dessas jovens". Esse cenário não apenas restringe o acesso a melhores condições de vida, mas também gera um impacto significativo no nível emocional e na construção de ideologias sobre aspirações e habilidades.

A seguir, apresentam-se trechos das entrevistas que exemplificam as mudanças de perspectivas e prioridades das jovens mães diante de seus novos cenários de vida.

Antes, meu sonho era ser advogada, mas agora não dá. Talvez no futuro, quando ela estiver maior, é claro, se tiver ainda tempo para voltar a estudar (Jusara, Brasil, 2004).

Eu queria aprender violino, mas não consigo porque minha filha não fica com ninguém. Aí eu fico com dó dela chorando e não consigo atender nada mais que ela. (Maiara, Brasil, 2004).

Eu queria entrar na universidade e já estava me preparando para o exame de admissão, mas aí veio a gravidez e eu já não pude seguir com os planos, realmente não dá, nem que seja só porque eu não quero, e porque não tenho quem cuide dela, nem como levar ela. (Rosangela, Costa Rica, 2024).

Antes eu pensava mais em mim, eu sonhava em ter um trabalho de arquivista, usar saltos e roupa bem chiqui. Agora tudo gira em torno do meu filho (Gênesis, Costa Rica, 2024).

No geral, as entrevistadas referem que a tristeza se apresenta de forma aguda e profunda diante os objetivos e visualizações que tinham em relação aos estudos, embora ainda se interessem por eles, é um processo muito cheio de complexidades de acordo com as suas realidades e as exigências que têm de cumprir. Mesmo assim, tem respostas que tentam remediar a sua situação, planejando retomar os estudos quando os seus bebês tenham conseguido maior autonomia, situação que não pode ser claramente determinada numa data exata. Isto reforça e explica certamente as suas emoções de incerteza, cansaço, tristeza, entremeadas com os sistemas impercebíveis de cohesão.

Além disso, ao articular analiticamente as emoções e os ritos de passagem com que as jovens participantes se debatem, esta maturidade forçada, repercute também na possibilidade

delas de explorar plenamente os seus sentimentos, emoções, ideais, objetivos, entre outros. Além disso, o estresse, a pressão e comentários repressivos associados pela idade de maternar, podem afetar negativamente o seu bem-estar mental, deixando-as vulneráveis ao esgotamento e à desmotivação.

Eu queria ser bailarina profissional, sempre tive vontade. Mas agora não tem como com ela. (Raiani, Brasil, 2024)

Antes eu queria montar minha loja de roupas, mas agora tudo que ganho é para as despesas da bebê. Parece que meu sonho ficou para depois (...) Agora minha prioridade é garantir que minha filha tenha um futuro. Meu sonho passou a ser o dela. (Maryeli, Costa Rica, 2024).

Eu queria estudar odontologia, mas agora estou vendo algo mais fácil porque tenho que cuidar de meu filho(...) Antes eu pensava mais em mim, no que eu queria. Agora tudo gira em torno do meu filho (Mariam, Costa Rica, 2024).

Eu gostava de me arrumar, e curtia muito de pensar em trabalhar nisso, fazendo maquiagem profissional, mas agora já não vejo mais sentido nisso. Antes eu pensava em mim, agora penso neles (Ana Laura, Brasil, 2024).

Os trechos descritos anteriormente evidenciam a renúncia de sonhos e aspirações das jovens mães, não necessariamente devido às dificuldades econômicas, mas sobretudo pela pressão social que as impele a assumir um modelo de maternidade onde as necessidades dos filhos devem prevalecer sobre as suas próprias. Esse processo não ocorre apenas como uma escolha meramente individual, mas como um reflexo de um construto social da maternidade, no qual o cuidado e a dedicação total aos filhos são inculcados coercitivamente pela estrutura social como responsabilidades essenciais da identidade feminina, muitas vezes em detrimento de seus próprios desejos e projetos de vida.

A naturalização desse modelo materno, onde a mulher deve se sacrificar integralmente em prol da família, restringe sua autonomia e reduz suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Como argumenta Mathieu (1977, p. 65)

A maternidade socialmente construída impõe às mulheres a obrigação de colocar os interesses dos filhos acima dos seus, perpetuando um modelo de renúncia e abnegação que não se impõe aos homens na mesma medida.

Dessa forma, a autora reforça que a maternidade, longe de ser apenas uma experiência biológica, é também um dispositivo social de controle, que regula as aspirações femininas e impõe limites às suas escolhas. Ao internalizar essa lógica, as jovens mães não apenas ajustam seus planos de vida, mas também redefinem suas identidades, passando a enxergar suas próprias realizações pessoais e profissionais como secundárias diante da obrigação de garantir um futuro melhor para seus filhos.

Esta situação pode, sem dúvida, tornar-se um problema ao longo do tempo e condicionar o desenvolvimento adequado das competências individuais, uma vez que as jovens não estão a conectar-se diretamente com a versão mais autêntica de si próprias, atendendo e dando prioridade às necessidades dos outros, o que dificulta a sua capacidade de se sentirem, encontrarem e compreenderem a si próprias; pois quando as pessoas reprimem constantemente o que sentem, é inevitável que, com o passar do tempo, se afastem da sua identidade e se modifique sua percepção no mundo.

Embora existam algumas leis e programas destinados a atender as consequências da maternidade precoce, a maioria deles tem caráter paliativo (ou seja, não abordam a causa do problema, mas apenas algumas de suas consequências). Além disso, muitos são meramente assistencialistas, oferecendo subsídios econômicos que não permitem superar a desigualdade de classes, servindo apenas para sustentar uma fração do mínimo calórico necessário. Essa problemática social, apesar de relevante, não é o foco central deste estudo. O ponto principal analisado reside na gravidade das repercussões sobre as jovens, especialmente no que diz respeito à percepção dos eventos e à autoimagem que constroem, frequentemente em detrimento de suas aspirações.

Por outras palavras, a desconexão entre o que as jovens conseguem identificar como suas aspirações, capacidades e desejos internos, e o que efetivamente conseguem expressar e realizar em seu cotidiano, frequentemente gera um distanciamento que as conduz a sentimentos de frustração e alienação. Essa dinâmica enfraquece não apenas sua autovalorização, mas também sua percepção de possibilidades futuras.

Essa situação torna-se particularmente evidente ao analisar as repercussões da maternidade nos contextos específicos de jovens no Brasil e Costa Rica. Observa-se a imposição de múltiplos desafios estruturais e culturais que não apenas limitam o acesso a oportunidades educativas, mas também impactam suas perspectivas em diversos âmbitos, restringindo possibilidades futuras e perpetuando desigualdades sociais e econômicas.

Ou seja, os impactos na formação educativa e na autoconcepção dos jovens correspondem apenas às afetações imediatas. No entanto, com o passar do tempo, emergem outros tipos de repercussões, principalmente evidentes no âmbito laboral. Devido à falta de educação e experiência, suas oportunidades de emprego são limitadas, o que as leva em muitas ocasiões, a aceitar inserções laborais precárias, com salários baixos, pouca estabilidade, sem

direitos trabalhistas ou em condições degradantes, perpetuando assim um ciclo de vulnerabilidade e exclusão.

Conforme o exposto por a Diaz, Garita, Sequeira, Campos, Muñoz (2005, p. 27) "87,2% do total de mães menores de 19 anos na Costa Rica se dedica às tarefas domésticas; apenas 7,8% dessas mães adolescentes estuda; 8 em cada 10 dessas mulheres não têm renda própria e também não têm independência económica"¹³ (tradução própria). Situação que além de ser complexa de quebrantar, irrompe também com as capacidades de seguir sua vocação profissional.

Segundo reportagem do noticiero Globo, France (2020) relata que em America Latina:

Quase metade das mães com idades entre 10 e 19 anos se dedicam exclusivamente às tarefas domésticas e têm três vezes menos oportunidades (6,4% contra 18,6%) de conseguir um diploma universitário do que aquelas que adiaram a maternidade, ao mesmo tempo em que em média ganham 24% a menos (Presse, 2020).

A teoria previamente discutida pode ser observada nas condições econômicas e nas estratégias que as entrevistadas adotam para atender às suas necessidades básicas. Segundo o descrito no Quadro 4, apresentam-se em maior detalhe os dados sobre as formas de organização econômica às quais as jovens tiveram que se ajustar diante de suas novas condições.

Quadro 4. Organização econômica

Organização financeira	Relatos das jovens
Trabalham	Eu trabalho cuidando de outras crianças na minha casa (Jacklaine, Brasil, 2024).
	Eu trabalho vendendo roupa de revistas, desde casa eu envio fotos para amigas e conhecidas. (Maryely, 2024, Costa Rica)
Apoio financeiro do companheiro	Meu namorado se encarrega da parte econômica. Eu queria dar tantas coisas para o bebê, mas o dinheiro não dá, e eu não tenho como trabalhar porque tenho que cuidar dele. (Meybelin , 2024, Costa Rica)

¹³ Tradução original: el 87.2% del total de madres menores de 19 años se dedica a las labores domésticas; solo el 7.8% de estas madres adolescentes estudia; 8 de cada 10 de estas mujeres no cuentan con ingresos propios y tampoco tienen independencia económica

	Cada um aqui em casa contribui com comida e compartilhamos. Minha mãe compra uma coisa, meus avós outras, e meu namorado outra (Mariang , 2024, Costa Rica)
	Minha mãe é quem manda dinheiro, meu irmão e meu namorado também. Eu dependo deles para cobrir minhas necessidades (Rosangela, 2024, Costa Rica)
	Eu não tenho como trabalhar, porque tenho que cuidar deles. Meu namorado que trabalha para pagar a casa e as outras coisas. (Ana Laura, 2024, Brasil)
Recebem apoio financeiro de parte dos pais, ou de algum deles.	Na maioria das vezes, é minha mãe que compra e paga as contas. Eu trabalho em um rodízio de pizza, só quando o homem precisa, ele me chama para trabalhar. Além disso, eu recebo Bolsa Família e também a pensão do pai do meu filho.(Jussara, Brasil, 2024).
	Eu quero trabalhar, mas não posso porque tenho que cuidar do bebê (Génesis , 2024, Costa Rica)
	Minha mãe recebe o Bolsa Família e, com esse auxílio, conseguimos pagar quase tudo, mas às vezes falta dinheiro. O pai dela dá 300 reais por mês, mas às vezes atrasa ou dá menos(Maiara , 2024, Brasil)
	Aqui em casa, quem paga as contas é meu padrasto. Ele paga a luz, a água e o aluguel. Minha mãe é quem faz a comida, e eu tento deixar tudo em ordem enquanto cuido dela (Raiani , 2024, Brasil)

Fonte: Elaboração própria.

Nos relatos apresentados, é possível identificar diversas repercussões ao longo prazo do desdobramento das dificuldades iniciais enfrentadas no âmbito educacional. Essas barreiras, antes associadas à exclusão dos estudos, agora refletem-se no acesso ao trabalho e na organização econômica das jovens mães, que precisam lidar com as exigências impostas pela

maternidade social, mesmo seja contando com a presença do parceiro-pai do filho ou assumindo integralmente a criação de seus filhos sozinha.

Cabe destacar, em primeiro lugar, a predominância da dependência econômica na realidade da maioria dessas jovens, seja em relação aos pais ou ao parceiro. Essa condição limita significativamente sua autonomia, reforçando um ciclo de vulnerabilidade econômica e social. Além disso, muitas delas enfrentam altos níveis de sobrecarga de trabalho reprodutivo, acumulando funções que não são remuneradas nem formalmente reconhecidas, como o trabalho doméstico e o cuidado diário dos filhos. Essa sobrecarga dificulta a entrada e a permanência no mercado de trabalho formal, perpetuando desigualdades de gênero e classe.

Essa realidade está diretamente ligada à divisão sexual do trabalho, onde historicamente as mulheres são designadas ao espaço doméstico e ao cuidado, enquanto os homens ocupam majoritariamente o espaço produtivo e remunerado. Como apontam Hirata e Kergoat (2007, p. 596):

A divisão sexual do trabalho se aplica nos estudos sobre a distribuição diferenciada das ocupações e profissões de homens e mulheres no mundo do trabalho e também no trabalho doméstico.

A longo prazo, a perpetuação dessa estrutura representa um desafio significativo para as jovens mães, pois limita suas possibilidades de independência financeira e restringe seu desenvolvimento profissional. Sem políticas públicas eficazes de suporte, como creches acessíveis, programas de qualificação profissional e incentivos à empregabilidade feminina, muitas delas permanecerão em um ciclo de instabilidade econômica, dependendo de redes familiares ou relacionamentos que nem sempre são seguros e sustentáveis.

Diante desse cenário, a ausência de alternativas para conciliar maternidade e trabalho coloca em risco não apenas sua autonomia, mas também suas perspectivas futuras. O reconhecimento e a valorização do trabalho, aliados a políticas efetivas que promovam a equidade no mercado de trabalho, são movimentos indispensáveis para assegurar que a população disponha de oportunidades reais de construir um futuro digno e independente.

Em segundo lugar, no que diz respeito às meninas que possuem horário de trabalho e remuneração, seja em uma pizzaria, no cuidado de outras crianças como serviço particular ou na venda de produtos por meio de catálogos, é importante reconhecer que todas essas ocupações apresentam vínculos informais, ausência de garantias trabalhistas e baixa remuneração, com

ingressos instáveis. Essa inconsistência financeira também se reflete em alterações nos estados emocionais, uma vez que a incerteza sobre a possibilidade de atender ou não às necessidades básicas gera angústia e insegurança.

A precarização do trabalho tem consequências profundas e duradouras para o futuro dessas jovens mães. Sem acesso a empregos formais e estáveis, suas possibilidades de crescimento profissional são limitadas, perpetuando ciclos de exclusão social e econômica. A impossibilidade de acumular tempo de serviço para aposentadoria, a falta de direitos como licença-maternidade e assistência médica, além da exposição a condições de trabalho desgastantes, consolidam um cenário onde essas jovens permanecem em ocupações de subsistência, sem oportunidades concretas de ascensão social (Nascimento, 2016).

Dessa forma, a superação desse cenário não depende exclusivamente da resiliência individual de cada jovem, mas sim de mudanças estruturais que reconheçam a parentalidade como uma realidade social e coletiva, demandando suporte efetivo para garantir que a maternidade das jovens tenham condições de construir um futuro digno, com autonomia e segurança.

Para além das barreiras estruturais que impactam sua autonomia, essas jovens enfrentam desafios diários em suas rotinas, reorganizando completamente suas atividades, relações sociais e prioridades. A sobrecarga do cuidado infantil, a falta de tempo para si mesmas e a necessidade de equilibrar múltiplas demandas sem suporte adequado influenciam diretamente sua experiência subjetiva da maternidade.

Assim, para compreender de maneira mais ampla as repercussões dessa vivência, é essencial analisar como essas jovens reconfiguram suas cotidianidades, lidando com as exigências da parentalidade, os impactos emocionais e as estratégias que constroem para seguir adiante.

O questionário inclui uma pergunta que indaga sobre a rotina das jovens antes de se tornarem mães, para que elas possam comentar sobre o que preferiam fazer, seus gostos e hobbies. Em seguida, passamos a indagar sobre seus gostos atuais e quais práticas elas gostam de fazer durante o dia, sem considerar as responsabilidades da maternidade.

Continuamente se expõem relatos que mostram como a maternidade trouxe mudanças significativas nas rotinas das jovens:

Antes do meu filho, eu gostava muito de sair, de encontrar meus amigos, tomar uma cerveja. Eu sinto falta dessa liberdade de simplesmente sair sem ter que planejar tanto (Maryely, Costa Rica, 2024).

Quando eu estava no colégio, saía com meus primos, ficava o tempo todo com amigos e fazia o que queria. O problema agora é que eles fazem coisas que eu já não posso. Tem vezes que já nem me convidam (Ana Laura, Brasil, 2024).

Agora, se eu quero sair, eu já penso primeiro nele. Não consigo mais planejar viagens ou passeios longos, porque só penso se ele vai estar bem. (Jacklaine, Brasil, 2024).

Eu queria continuar dançando, mas agora tudo é dinheiro. Antes saía de fim de semana, agora não tem como, tudo tem um custo (Meybelin, Costa Rica, 2024). Agora meu tempo é organizado em função da minha filha. Se eu estudo, tem que ser quando ela dorme ou quando alguém pode ficar com ela (Génesis, Costa Rica, 2024).

Entre o relatado e outros comentários no geral, se identifica que várias das jovens não têm uma rotina estruturada durante o dia para atender questões pessoais. Isso devido a que não “não têm tempo suficiente” para cumprir com o cronograma que desejam.

Vários comentários fazem alusão ao fato de que todo o seu tempo deve ser dedicado 100% aos filhos, mesmo quando os bebês estão dormindo, comentaram que não podem contar com esse tempo para retomar qualquer rotina ou hábito, pois não sabem quanto tempo a “soneca” pode se estender, pois pode variar de 2 horas a apenas 5 minutos.

A mesma situação é expressa em relação às oportunidades de estudo ou trabalho que surgiram, situação que muitas delas almejam, e algumas até já tinham decisões e passos avançados em relação ao estudo ou ao trabalho, porém, com a chegada do bebê, muitos processos tiveram de ser suspensos, pois expressaram que não eram compatíveis com o momento de vida em que se encontram no momento.

Quando questionadas sobre quais situações elas acreditam que as impedem de retomar seus gostos, hábitos ou desejos, elas comentam que, embora alguns gostos permaneçam, o que atualmente lhes dá a maior dose de felicidade e paz é a sensação de que estão satisfazendo todas as necessidades do bebê, ficando assim em segundo plano em relação às suas próprias necessidades.

Em geral, é possível identificar um padrão de comportamento na população participante que se refere à dedicação exclusiva ao bebê, o que implica uma negligência de outras áreas de suas vidas, como cuidados pessoais, educação ou procura de emprego, e na maioria dos casos de forma inconsciente. Essa negligência é exacerbada pela percepção de que qualquer tempo livre deve ser dedicado aos cuidados com o bebê, mesmo quando há outras oportunidades para

atividades que promovam o bem-estar e o desenvolvimento pessoal das mães adolescentes, como a participação em atividades recreativas ou sociais.

Essa situação pode ter um impacto negativo sobre a saúde física e mental das jovens mães, bem como sobre sua capacidade de atingir suas metas e aspirações de longo prazo. Portanto, é fundamental abordar essa dinâmica e oferecer o apoio necessário para que as mães adolescentes possam equilibrar suas responsabilidades parentais com suas próprias necessidades e objetivos pessoais.

A percepção dessas jovens mulheres é influenciada pelos comentários e papéis sociais presentes em seu ambiente imediato. As mudanças nas rotinas e os novos horários, conforme expresso no trabalho de campo, podem levar a um sentimento de isolamento, deixando as percepções dos comportamentos esperados amplamente dependentes das redes sociais. Nesse sentido, os horários e as atividades das mães podem ter um impacto significativo sobre como elas se sentem e se comportam.

Para uma compreensão mais profunda e uma sistematização adequada das informações, um quadro detalhando os principais dados de cada uma das mulheres entrevistadas é apresentado continuamente. Essa abordagem facilita a análise e a identificação de padrões e tendências, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e o estudo das experiências das mulheres entrevistadas.

Quadro 5. Dados gerais das mães pesquisadas

Pseudônimo	Status socioeconômico	País	Idade na entrevista	Idade durante a gravidez	Idade da criança	Hacinamento	Responsabilidade financeira	Vinculação afetiva	Quando gravidou se encontrava estudando	Durante a gravidez se encontrava estudando	Depois da gravidez, continuou os estudos	Actualmente
Maybelline	Pobreza extrema	Costa Rica	17 anos	17 anos	2 meses		Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não se sentiu confortável quando se tornou mãe.
Génesis	Pobreza Básica	Costa Rica	17 anos	16 anos	1 ano		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim, dispõe da família como rede de apoio
Maryeli	Pobreza extrema	Costa Rica	18 anos	14 anos	4 anos e outro de 7 meses		Não	Não	Sim	Não	Não	Não, agora trabalha para dar sustento a seus filhos
Rosangela	Pobreza Básica	Costa Rica	18 anos	17 anos	1 ano		Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim, dispõe da família como rede de apoio
Mariam Sofía	Pobreza extrema	Costa Rica	17 anos	16 anos	1 ano		Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não, o filho está doente e tem de ser levado várias vezes ao hospital.

Jussara	Pobreza extrema	Brasil	16 anos	13 anos	3 anos	Sim, hasta tres personas en una cama	Não	Não	Sim	Não	Não	Não tem ninguém que tome conta dos seus filhos para poder ir à escola.
Maiara	Pobreza extrema	Brasil	16 anos	14 anos	2 anos	sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não se sentiu confortável quando se tornou mãe.
Raiani	Pobreza extrema	Brasil	18 anos	16 anos	11 meses	Em hacinamiento 5 personas en 25m2	Sim	Não	Sim	Não	Não, querer mas não pode	Não, o bebê continua a amamentar.
Ana Laura	Pobreza extrema	Brasil	18 anos	16 anos	2 anos e outro de 2 meses		Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não tem ninguém que tome conta dos seus filhos para poder ir à escola.
Jacklaine	Pobreza extrema	Brasil	19 anos	15 anos	3 anos	Com Espacio Moderado	Não	Não	Sim	Não	Não	Não, agora trabalha para sustentar a filha

Fonte: Elaboração própria.

Nota: De 10 entrevistadas, nenhuma manifesta ter planejado sua maternidade, contudo, apenas uma delas manifestou que estava usando algum tipo de método anticoncepcional no momento em que engravidou.

8. Conclusões

O estudo comparativo entre Uberlândia (Brasil) e Marañonal (Costa Rica) revelou que, mais do que um evento individual, a maternidade adolescente é um fenômeno socialmente construído, e influenciado por desigualdades estruturais e normas culturais que impactam. Dito em outras palavras, a experiência da maternidade e a trajetória de vida das adolescentes é profundamente marcada por fatores sociais, culturais e econômicos.

A pesquisa adotou uma abordagem sociológica crítica, compreendendo a maternidade adolescente como uma experiência que vai além do aspecto biológico e se insere em um contexto de dinâmicas sociais e culturais. A maneira como a sociedade enxerga a maternidade adolescente não é neutra; está carregada de discursos que por vezes romantizam, por outras estigmatizam essa vivência. Essa construção social condiciona a forma como as adolescentes percebem e vivem sua maternidade, impondo expectativas e restrições que variam conforme a classe social, o gênero e a etnicidade. A ausência paterna, por exemplo, emerge como um elemento recorrente e naturalizado nos discursos sociais e institucionais, reforçando a ideia de que o cuidado infantil cabe exclusivamente às mães. Essa estrutura desigual restringe as oportunidades das adolescentes, limitando seu acesso à educação e ao trabalho e consolidando ciclos de vulnerabilidade econômica e social.

A análise das emoções das entrevistadas revelou que seus sentimentos não são meras reações individuais, mas sim efeitos de um sistema que impõe barreiras à sua autonomia, desenvolvimento, e inclusive, delimitações nas suas experiências emocionais. A gravidez precoce, muitas vezes atribuída à responsabilidade individual, precisa ser compreendida dentro de um cenário mais amplo, onde a falta de acesso à educação sexual, oportunidades econômicas e a disparidade na distribuição de responsabilidades parentais, desempenham um papel central. Emoções como medo, vergonha e culpa não são intrínsecas à maternidade adolescente, mas sim reforçadas por normas sociais e culturais. A vergonha, por exemplo, está ligada à ideia de desvio de conduta e funciona como um mecanismo de controle social. O medo surge diante da insegurança financeira e da rejeição social, enquanto a culpa reflete a sobrecarga emocional imposta às jovens, que precisam conciliar maternidade e juventude em um cenário pouco favorável.

Os relatos das entrevistadas evidenciaram que a maternidade não planejada está permeada por sentimentos de medo, vergonha e culpa. O medo esteve presente desde o momento

da descoberta da gravidez, relacionado às incertezas sobre o futuro, ao julgamento da família e à dificuldade de acesso a oportunidades. A vergonha decorre da construção social que associa a gravidez na adolescência à irresponsabilidade e à transgressão de normas sociais. Já a culpa intercalada com tristeza, emergiu principalmente na conciliação entre a maternidade e a busca por seus próprios sonhos e autonomia. Esse conjunto de emoções não apenas influencia a forma como as adolescentes vivenciam sua maternidade, mas também reforça sua exclusão de espaços institucionais, dificultando sua permanência na escola e sua inserção no mercado de trabalho. A gravidez, portanto, não pode ser vista como um evento isolado, mas sim como um fenômeno que se insere em um contexto de desigualdade e vulnerabilidade estrutural, ainda mais profundo em contextos de pobreza extrema.

A existência ou ausência de redes de apoio se mostrou determinante para a experiência da maternidade adolescente. Em contextos onde há suporte familiar, educacional e comunitário, as jovens conseguem lidar melhor com os desafios emocionais e práticos da maternidade. No entanto, quando essas redes são frágeis ou inexistentes, as dificuldades são potencializadas, impactando não apenas a saúde mental das mães adolescentes, mas também suas perspectivas de futuro. A invisibilização da paternidade foi um dos elementos recorrentes identificados na pesquisa. A ausência de uma estrutura de co-responsabilidade na criação dos filhos faz com que a carga da maternidade recaia exclusivamente sobre as jovens, reforçando desigualdades de gênero e ampliando sua vulnerabilidade social e econômica.

A maternidade na adolescência provoca uma ruptura na trajetória juvenil, alterando expectativas, oportunidades e autoimagem. O estudo revelou que muitas entrevistadas enfrentam dificuldades para continuar seus estudos e ingressar no mercado de trabalho, devido à falta de suporte adequado e à sobrecarga de responsabilidades parentais. Além disso, a maternidade acaba se tornando um rito de passagem forçado para a vida adulta, colocando nas jovens instabilidade emocional e diante a ausência de informação para lidar com essa transição.

A falta de suporte institucional ou a carência de outras redes de apoio, devem ser entendidas não como um problema das mães, mas como um reflexo das inadequada e incompetente função dos sistemas institucionais. Assim, a vivência da maternidade na adolescência revela não apenas desafios individuais, mas a maneira como a estrutura social e institucional falha em garantir suporte adequado e acesso de direitos para elas conseguir dar continuidade aos projetos de vida.

Consequentemente, as repercussões que enfrentam não decorrem exclusivamente da ausência de apoio, mas sim da maneira deficiente com que os sistemas educacionais, os mecanismos de acesso à educação sexual e reprodutiva e as políticas de assistência são organizadas. A ruptura na rotina escolar, a sobrecarga de responsabilidades e a ausência de creches acessíveis não são fatores isolados, mas estratégias estruturais que, de maneira dissimulada, promovem processos de exclusão escolar. Dessa forma, a escola não apenas reflete desigualdades preexistentes, mas também as reforça ao não reconhecer as necessidades específicas das mães adolescentes, deixando-as à margem de um sistema que exige sua permanência, mas recusa oferecer condições concretas para isso. O que permite analisar a educação no papel de “rede de apoio” o melhor dito como instrumento regulador. Assim, a educação pode ser analisada tanto como uma rede de apoio, em alguns casos, quanto como um instrumento regulador, desempenhando um papel fundamental na estruturação das oportunidades ou nas afetações e limitações nas trajetórias das jovens mães.

O impacto da maternidade na adolescência reflete-se diretamente na limitação das perspectivas de autonomia dessas jovens e no aumento de sua vulnerabilidade social, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Uma das maiores transformações vivenciadas nesse processo está na maneira como elas percebem a si mesmas e reavaliam suas metas e projeções para o futuro. A imposição social da maternidade como prioridade absoluta, ainda que de forma inconsciente, redefine seus planos e restringe suas escolhas, fazendo com que suas aspirações pessoais e profissionais fiquem em segundo plano. Assim, a maternidade, longe de ser apenas uma experiência individual, é um fenômeno atravessado por desigualdades estruturais que reforçam a naturalização do sacrifício e da renúncia como parte inevitável da vivência feminina.

O estudo comparativo entre Brasil e Costa Rica demonstrou que, apesar das especificidades de cada país, há padrões comuns na forma como a maternidade adolescente é vivida e percebida. A pesquisa reafirma que a maternidade precoce não pode ser compreendida de forma isolada, mas sim como um fenômeno condicionado por estruturas sociais que determinam desigualdades de gênero, classe e acesso a direitos. As trajetórias das entrevistadas evidenciam que a gravidez na adolescência não é simplesmente uma escolha pessoal, mas sim um reflexo de um contexto onde o acesso a oportunidades, a informações sobre sexualidade e o apoio institucional é restrito. Para além das narrativas individuais, a pesquisa reforça a

necessidade de ampliar o olhar sobre as redes de apoio e sobre a influência das normas culturais e sociais na vivência da maternidade jovem.

Por fim, esta investigação abre caminhos para futuras pesquisas que aprofundem o impacto das relações de gênero na maternidade adolescente, considerando não apenas as dificuldades enfrentadas pelas jovens mães, mas também suas estratégias de resiliência, suas formas de agência e a importância de um suporte social mais inclusivo e acessível.

9. Recomendações

9.1. Ampliação e reestruturação das redes de apoio para mães adolescentes

A pesquisa evidenciou que a ausência de redes de apoio estruturadas impacta diretamente a qualidade de vida das jovens mães, influenciando sua permanência escolar, acesso ao trabalho e bem-estar emocional. Entretanto, para que essas redes sejam realmente eficazes, é necessário ir além das ações caritativas e assistencialistas, que muitas vezes se limitam a auxílios financeiros ou alimentares.

É fundamental que o suporte oferecido a essas jovens contemple um acompanhamento integral, que inclua não apenas o suporte material, mas também atenção especializada para os impactos emocionais e psicológicos da maternidade precoce. Dessa forma, recomenda-se a implementação de políticas públicas e programas interinstitucionais que promovam intervenções multidimensionais, articulando diferentes setores – como saúde, educação e assistência social – para mitigar os desafios da maternidade na adolescência.

Isso implica garantir serviços acessíveis de cuidado infantil, apoio psicológico contínuo e estratégias educacionais que permitam a essas jovens prosseguir com sua formação acadêmica e profissional. Além disso, é necessário investir na capacitação de profissionais que atuam diretamente com essa população, para que possam oferecer um suporte qualificado e sensível às especificidades da experiência materna em contextos de vulnerabilidade.

Essa abordagem, ao invés de se restringir a medidas paliativas, favorece a construção de um suporte duradouro, permitindo que as jovens mães tenham condições concretas para desenvolver sua autonomia e bem-estar, sem que a maternidade represente um fator de exclusão social.

9.2. Educação Sexual Integral

A implementação de programas de educação sexual integral nas escolas é uma medida fundamental para uma vivência saudável da sexualidade. Esses programas devem ser estruturados de maneira abrangente, fornecendo informações científicas sobre saúde reprodutiva, métodos contraceptivos e direitos sexuais e reprodutivos, garantindo que adolescentes tenham conhecimento para tomar decisões informadas. Além disso, é essencial que a abordagem seja livre de tabus e moralismos, permitindo que os jovens compreendam sua sexualidade de forma responsável e sem estigmatização. Para garantir a eficácia dessas ações, a capacitação de educadores e profissionais da saúde deve ser priorizada, possibilitando que o tema seja tratado de forma acessível e sensível às realidades sociais e culturais dos adolescentes.

9.3. Incentivo a Pesquisas Futuras sobre a Maternidade Adolescentes:

A maternidade adolescente é uma experiência complexa, atravessada por múltiplos fatores sociais, emocionais e econômicos, que impactam diretamente o futuro dessas jovens e de seus filhos. Para compreender melhor essas dinâmicas e propor soluções mais eficazes, é essencial que futuras pesquisas aprofundem o olhar sobre suas trajetórias, considerando suas vivências ao longo do tempo e os contextos que moldam suas experiências.

A ampliação de estudos comparativos entre diferentes contextos culturais e socioeconômicos pode trazer novas perspectivas sobre a maternidade adolescente, ajudando a identificar tanto padrões universais quanto particularidades próprias de cada sociedade. A experiência de realizar uma pesquisa comparativa entre países distintos demonstrou ser profundamente enriquecedora, pois permitiu entender como as condições sociais, os valores culturais e as políticas públicas influenciam de forma diferenciada as vivências das jovens mães. Portanto, recomenda-se que futuras investigações explorem ainda mais essa abordagem, contribuindo para um conhecimento mais amplo e conectado com as realidades diversas da maternidade na adolescência.

Ao incentivar pesquisas que não apenas descreve, mas que também dialoguem com a realidade dessas jovens, é possível avançar na construção de estratégias que as apoiem de maneira mais sensível e eficiente, garantindo que suas histórias sejam compreendidas em toda sua complexidade e que possam contar com caminhos mais dignos e promissores para o futuro.

10. Referência bibliográfica

ABDALA, V. Dados do IBGE indicam que 90% das mulheres jovens com filhos deixam de estudar. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral>. Acesso em: 26 dez. 2024.

ALCÂNTARA, M. Cida Gonçalves anuncia em posse retomada da Casa da Mulher Brasileira. *Metrópoles*, Brasília, 13 jan. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/cida-goncalves-anuncia-em-posse-retomada-da-casa-da-mulher-brasileira>. Acesso em: 11 dez. 2024.

ARBALET, J. *Emotion, social theory, and social structure*. Tradução de Paula Taipas. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BIERSTEDT, R. *Sociología: Teoría y Práctica*. México: McGraw-Hill, 1992.

BOURBEAU, L. *Las cinco heridas que impiden ser uno mismo*. 2. ed. Tenerife: Editorial Ob Stare, 2011. ISBN 978-84-17030-889. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_es|lang_en|lang_pt&id=qYw7DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=Las+cinco+heridas+que+impiden+ser+uno+mismo&ots=61fB-cUNpm&sig=bGIRUPIJQ8qdBd6h9Q_0SV4arP4#v=onepage&q=Las%20cinco%20heridas%20que%20impiden%20ser%20uno%20mismo&f=false. Acesso em: 23 jan. 2025.

BOURDIEU, P. *La invención de sí mismo: Construcción y reproducción de la identidad social*. Barcelona: Anagrama, 1989.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOZON, M. *Sociología da sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 jul. 2023.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069/90. São Paulo: Atlas, 1991.

BUTLER, J. *Performatividade, precariedade e políticas sexuais*. University of California, Berkeley, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/623/62312914003.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CARDOSO, Ruth (org.). *A Aventura Antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CARNEIRO, T. *Damares e o Marajó: cronologia da relação da ex-ministra e o arquipélago com piores IDH do Brasil*. Pará — Belém: Globo1, 17 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/10/17/damares-e-o-marajo-cronologia-da-relacao-da-ex-ministra-e-o-arquipelago-com-piores-idh-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CASTAÑEDA, J.; ESPINOZA, H. Factores de riesgo asociados al embarazo en adolescentes. *Enfermería Global*, v. 20, n. 2, Perú, 2020. Disponível em:

<https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v20n62/1695-6141-eg-20-62-109.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2024. <https://doi.org/10.6018/eglobal.438711>

CAVALCANTE, E. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. *Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos*, v. 23, n. 42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/frh.v23i42.15814>. Acesso em: 26 dez. 2024.

CELLARD, André. *A análise documental*. In: POUPART, Jean *et all.* A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 295-316.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; PALUDO, S.; BENSAJA DESCHIRÒ, E. D.; KOLLER, S. H. Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. *Pesquisa e Práticas Psicossociais*, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/BqKFcS478sbjFTnK3CypB6P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CONNELL, R. W. Educação e justiça social na era da globalização. *Educação & Sociedade*, v. 32, n. 117, p. 911-932, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/F5S9Hjg75XBJwcSbKh6mVZJ/?lang=es>. Acesso em: 26 dez. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202405.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA. Títulos de propriedade a moradores do Glória em Uberlândia deverão ser entregues em 10 meses. Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3QAeO8K>. Acesso em: 22 nov. 2024.

DÍAZ, M.; GARITA, C.; SEQUEIRA, M.; CAMPOS, M.; MUÑOZ, P. *Bases Programáticas: Programa de Atención Integral a la Adolescencia de la C.C.S.S.* San José, Costa Rica: Caja Costarricense de Seguro Social, Dirección Desarrollo de Servicios de Salud, Programa de Atención Integral a la Adolescencia (PAIA), novembro 2005. Disponível em: <https://www.binasss.sa.cr/adolescencia/basesprogramaticas2005.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2025.

DORES, António Pedro. Medo e vergonha: emoções comunitárias e emoções sociais. *Revista Angolana de Sociologia*, v. 7, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ras/1174>. Acesso em: 21 ago. 2024. <https://doi.org/10.4000/ras.1174>

DURKHEIM, É. *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Tradução da obra original de 1893).

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EL MUNDO CR. Cantidad de estudiantes que abandonan el sistema educativo se redujo un 50% en diez años. 3 set. 2018. Disponível em:

<https://elmundo.cr/costa-rica/cantidad-de-estudiantes-que-abandonan-el-sistema-educativo-se-redujo-un-50-en-diez-anos/>. Acesso em: 2 ago. 2024.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historiadosexualida_de.pdf. Acesso em: 31 jan. 2025.

FRANCE PRESSE. Gravidez na adolescência gera ciclo de pobreza que chega a afetar as economias nacionais na América Latina, aponta ONU. *G1*, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/12/gravidez-na-adolescencia-gera-ciclo-de-pobreza-que-chega-a-afetar-as-economias-nacionais-na-america-latina-aponta-onu.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2025.

FREUD, S. *Inhibición, síntoma y angustia*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1992. Disponível em: https://srmcursos.com/archivos/arch_57c430de3696d.pdf. Acesso em: 24 jan. 2025.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA. Processo de regularização do assentamento 'Glória' em Uberlândia é tema de reunião com entidades de governo, Justiça e moradores. *G1*, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/06/27/processo-de-regularizacao-do-assentamento-gloria-em-uberlandia-e-tema-de-reuniao-com-entidades-de-governo-judica-e-moradores.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2024.

GARCIA CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Míriam; DA SILVA, Lorena Bernadete. *Juventudes e Sexualidades*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

GENNEP, Arnold. *Ritos de passagem*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2013.

GERBNER, G.; et al. (Eds.). *The Analysis of Communication Contents: Developments in Scientific Theories and Computer Techniques*. New York, NY: Wiley, 1969.

GONZÁLEZ, J.; MÁXIMO, G. El rechazo femenino es uno de los grandes desafíos para Bolsonaro. *Nuevatribuna.es*, Rio de Janeiro, 22 set. 2022. Disponível em: <https://www.nuevatribuna.es/articulo/global/rechazo-femenino-desafios-bolsonaro-lula-elecciones/20220922123451203044.html>. Acesso em: [inserir data de acesso].

GUPTA, N.; LEITE, I. da C. Adolescent fertility behavior: trends and determinants in Northeastern Brazil. *International Family Planning Perspectives*, v. 25, n. 3, p. 125-130, 1999. Disponível em: <https://www.guttmacher.org/journals/ipsrh/1999/09/adolescent-fertility-behavior-trends-and-determinants-northeastern-brazil>. Acesso em: 5 fev. 2025. <https://doi.org/10.2307/2991961>

HEILBORN, Maria. *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jG8ghXSs9Pn6gTSP9YhHrcK/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2025. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Portal do IBGE*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). *Encuesta Nacional de Hogares, 2022. Costa Rica, 2022.* Disponível em: https://admin.inec.cr/sites/default/files/2022-10/GPES-ELAB-PRPE-ENAHO-2022_Presentaci%C3%B3nDeResuladosGenerales2022.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

IZAGUIRRE, Hernán. *Neuroproceso de la enseñanza y del aprendizaje: metodología de la aplicação da neurociênci na educação.* Bogotá: Alfaomega, 2017. Disponível em: <https://www.alpha-editorial.com/Papel/9789587782301/Neuroproceso+De+La+Ense%C3%A1nza+Y+Del+Aprendizaje>. Acesso em: 28 jun. 2023.

JIMÉNEZ ASENJO, M.; GAETE ASTICA, R. Estudio de la exclusión educativa y abandono en la enseñanza secundaria en algunas instituciones públicas de Costa Rica. *Revista Electrónica Educare*, v. 17, n. 1, p. 57-76, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/ree/v17n1/a07v17n1.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2025. <https://doi.org/10.15359/ree.17-1.6>

KAUFMAN, Gershen. *The Psychology of Shame*. New York: Springer, 1989.

LOPEZ, Magdalena. *Más de 5 mil embarazos en niñas y adolescentes registró Costa Rica en 2021.* La República. 25 ago. 2024. Disponível em: <https://www.larepublica.net/noticia/mas-de-5-mil-embarazos-en-ninas-y-adolescentes-registro-costa-rica-en-2021>. Acesso em: 2 ago. 2024.

MATHIEU, N. C. Biological Paternity, Social Maternity. In: MICHEL, A. (Ed.). *Femmes, Sexisme et Sociétés*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977. Acesso em: 2 fev. 2025.

MINISTÉRIO DE CULTURA Y JUVENTUD DE COSTA RICA. *Política Pública de la Persona Joven 2020-2024.* Centro de Promoción de la Juventud, 2020. Disponível em: <https://cpj.go.cr/documento/politica-publica-de-la-persona-joven-2020-2024/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL (MTSS). *Salarios mínimos CR.* Disponibile en: https://www.mtss.go.cr/temas-laborales/salarios/decretos/decreto_44293-MTSS.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. *Casos de gravidez na adolescência diminuíram, em média, 18% desde 2019.* 31 oct.2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/casos-de-gravidez-na-adolescencia-diminuiram-em-media-18-desde-2019#:~:text=No%20Brasil%2C%20a%20taxa%20de,gesta%C3%A7%C3%A5es%20esta%20fase%20da%20vida>. Acesso em: 26 dic 2024.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes - Matriz 02: Exploração Sexual.* 21 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/planeca-matriz-02-exploracao-sexual>. Acesso em: 28 jul. 2024.

MORAES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NASCIMENTO, S. D. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. *Revista de Políticas Públicas*, v. 20, n. 1, p. 339-346, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321149304034.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2025. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp339-346>

NOVELLINO, M. S. F. Um estudo sobre as mães adolescentes brasileiras. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 299-318, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312011000100018. Acesso em: 5 jan. 2025. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000100018>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Embarazo en la adolescencia*. Organização Mundial da Saúde, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-pregnancy>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Saúde do adolescente*. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://www.who.int/es/health-topics/adolescent-health>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE. *Determinantes sociais e ambientais da saúde*. Organização Panamericana da Saúde. Disponível em: <https://hia.paho.org/es/paises-22/perfil-brasil-pt>. Acesso em: 08 jul. 2024.

ORTNER, S. B. Is Female to Male as Nature is to Culture? In: ROSALDO, M. Z.; LAMPERE, L. (Eds.). *Woman, Culture, and Society*. Stanford: Stanford University Press, 1974. p. 67-88.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. Assentamento Glória será regularizado através do Reurb-S. Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2023/02/15/assentamento-gloria-sera-regularizado-atraves-do-reurb-s/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL, SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. *I dos direitos e das políticas públicas de juventude*, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 22 jun. 2024.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973.

RODRIGUES, M.; ALENCAR, S.; ALMEIDA, C.; CRUVINEL, A. *Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*. 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1630/1592>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ROMERO-DE-LOERA, B. *Hallazgos y discursos en torno a la maternidad adolescente. Civilizar: Ciencias Sociales y Humanas*, v. 18, n. 35, p. 163-176, jul.-dez. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/pdf/ccso/v18n35/1657-8953-ccso-18-35-00163.pdf>. Acesso em: 19 jun 2024.

SABIDO, O. O Análise sociológico da vergonha em Georg Simmel: uma proposta para pensar o caráter performativo e relacional das emoções. In: BUENO, A.; TEIXEIRA, M. (Coord.). *Sobre as políticas de sofrimento social. Digithum*, n. 23, p. 1-15, 2019. Universitat Oberta de Catalunya e Universidad de Antioquia. Disponível em: <http://doi.org/10.7238/d.v0i23.3142>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SCHEFF, T. J. *A repressão da vergonha. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 13, n. 37, p. 10-18, abr. 2014. ISSN 1676-8965.

SMITH, J. *Comparative Social Research*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul.-dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>. Acesso em: 13 dez. 2024.

TABORDA, J. A.; SILVA, F. C. da; ULRICH, L.; NEVES, E. B. Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 3, p. 16-24, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.03332013>. Acesso em: 26 dez. 2024.

TABORDA, L. C. Menina, mãe, estudante pobre: por entre os livros e as fraldas. 2016. Artigo (Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/53721/R%20-%20E%20-%20LUCIANE%20CORREA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 fev. 2025.

UNICEF ECUADOR. *Consecuencias socioeconómicas del embarazo en la adolescencia en Ecuador - Implementación de la metodología para estimar o impacto socioeconómico do embarazo e da maternidade adolescente nos países da América Latina e Caribe*. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/ecuador/informes/consecuencias-socioecon%C3%B3micas-del-embarazo-en-la-adolescencia-en-ecuador>. Acesso em: 6 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Missão*. Minas Gerais: Portal UFU, 2022. Disponível em: <https://ufu.br/universidade>. Acesso em: 8 jul. 2023.